

TERRITÓRIO COMO PALIMPSESTO:

A metamorfose temporal de Vila Nova da Rainha

Trabalho para obtenção de grau de mestre

DISCENTE

Andreia Filipa Pina Simões

DOCENTES

Professor Pedro Botelho, tutor da vertente prática

Professor Paulo Tormenta Pinto, orientador da vertente teórica

Escola de Tecnologias e Arquitetura

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Mestrado Integrado em Arquitetura

JANEIRO 2019

*Ao Armino Saraiva Simões,
que esteja onde estiver, estará a sorrir.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os professores que fizeram parte do meu percurso académico e que de forma mais ou menos direta, ajudaram a moldar o meu caminho. Em especial aos professores: Helena Botelho, Rosália Guerreiro, Vasco Rato, Paula André e João Maria Trindade, que tiveram um impacto significativo no meu percurso.

Ao Professor Paulo Tormenta Pinto, que me auxiliou e guiou com toda a paciência nesta “viagem”, pela sabedoria que partilhou comigo e que enriqueceu substancialmente este trabalho.

Ao Professor Pedro Botelho por todo o conhecimento que partilhou comigo e acima de tudo pela paciência que teve para me acompanhar durante todo este processo.

Aos meus colegas e amigos, que tornaram toda esta viagem numa que nunca vou esquecer e que fizeram com que tudo fosse muito mais fácil. Em especial à Andreia Couto, por todas as horas de companhia e apoio incondicional; à Mariana Brito pelos sempre sábios conselhos; ao Micael Pepe, o meu sidekick, que entende melhor que ninguém o significado de perfectionholic e que batalhou várias vezes ao meu lado pela sua defesa; ao Pedro Geraldês pela partilha inigualável de conhecimentos e pelas horas infinitas de risos; ao Tiago Teixeira, o meu primeiro

colega que nunca falhou em conseguir fazer-me rir; ao Manuel Tavares, o meu para sempre bestie, que está sempre pronto para me dizer a verdade, acompanhada sempre de uma palavra amiga e ao David Carvalho pela paciência que tem para me tentar sempre compreender, mesmo quando é difícil, pela sua capacidade de pôr tudo em perspetiva, pelo companheirismo, apoio incondicional, pela força que me deu nunca deixando que eu deixasse de acreditar em mim, sendo ainda assim o meu crítico número um, fazendo-me sempre querer ser melhor.

Aos meus apoiantes número um, aqueles sem os quais nada disto teria sido possível, o meu pai, mãe, sissy bestfriend Oakley e Rumi. Por me aturarem constantemente quando algo correu mal, com toda a paciência do mundo, pela disponibilidade incondicional para me ouvirem e dar-me uma ajuda, mesmo quando não entendiam do que é que eu estava a falar. Pelo amor e apoio incondicional e por serem o meu porto seguro.

Por fim, aos que dificultaram o meu caminho, por me terem ajudado a construir a força para provar a mim própria que fui capaz.

“Um barco desliza sobre as águas e os fluidos rasgados retomam, imediatamente depois, a própria forma, apagando o sulco; a terra é mais fiel e guarda a marca dos caminhos que, desde sempre, os homens traçaram.”

(Vidal de La Blache, 2008)



Figura 1 – “Percurso de festo”, Guadiana, 1997, fotografia de Duarte Belo

RESUMO

O território concede a cada lugar um carácter único e a sua constituição física, torna-se a matriz dos seus desenvolvimentos históricos. As linhas de fecho, de vale e os pontos notáveis que caracterizam a topografia estão na base dos percursos e dos assentamentos humanos e, portanto, da construção da cidade e da sua arquitetura.

Desde o princípio da existência do homem, podemos considerar que cada construção ou intervenção do mesmo no território, corresponde à materialização de uma necessidade. São gestos que vão dar origem às marcas do ser humano no território, algumas muito duradoras. Ao analisarmos essas marcas, tornam-se claros os diferentes tempos do mesmo lugar. É possível olhar para o território como um palimpsesto, onde as necessidades emergentes são materializadas, “reescrevendo” sobre as intervenções existentes no sítio, correspondentes às necessidades de uma sociedade anterior.

Propõe-se olhar para este tema, tentando analisar de que forma é que as diferentes camadas dos diversos tempos, se informam mutuamente, contribuindo para o trabalho do arquiteto, de que forma se materializa esta influência na estrutura e arquitetura de um sítio e entender, de que forma se imprime num projeto, a ancestralidade do território.

Esta análise tem um olhar mais atento sobre a zona do nó da Estrada Nacional 3, em Vila Nova da Rainha, no concelho da Azambuja, onde é possível notar a reunião e materialização de infraestruturas e arquitetura influenciadas por diferentes tempos e necessidades inerentes aos mesmos.

O projeto para o Rancho Folclórico de Vila Nova da Rainha pretende interpretar a reunião destes diferentes tempos, tentando recuperar a génese dos primeiros assentamentos deste lugar na materialização de um projeto que tem em vista a reunião da comunidade da Vila.

PALAVRAS-CHAVE

Território, Geografia, Paisagem,
Arquitetura, Tempo, Palimpsesto

ABSTRACT

The territory grants each place with a unique character and its physical constitution becomes the base of its historic developments. The ridge and valley lines and the remarkable points that characterize the topography are the baseline of the human routes and settlements, and, therefore, of the city's construction and architecture.

Since the beginning of man's existence, we can consider that each of his constructions and interventions upon the territory, correspond to the materialization of a need. These actions will be the genesis of the human being's traces on the land, some of which can be very long lasting.

When analyzing these traces, the different time periods belonging to the same place become clear. It is possible to look at the territory as a palimpsest, where the emerging needs are materialized, "rewriting" over the already existing interventions that belong to a previous society's needs.

The intention with this project is to look at this theme, while trying to analyze in what ways the layers belonging to different time periods can contribute to the architect's work by being informed by one another. Not only that but also in what ways is this influence materialized in the architecture and structure of a

certain place, and finally to try and understand in what way is the ancestry of a territory imprinted in a project.

This essay focuses specifically upon the area of the intersection of Estrada Nacional 3, in Vila Nova da Rainha, in the county of Azambuja, where the overlapping of infrastructures and architecture belonging to different time periods and their respective necessities is extremely obvious and noticeable.

The project for the Vila Nova da Rainha's folkloric ranch tries to interpret the reunion of these different time periods, while trying to recover the genesis of the first settlements made on this place in the materialization of a project that tries to bring together this village's community.

KEYWORDS

Territory, Geography, Landscape, Architecture, Time, Palimpsest

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

p. 1

Título

Estado da Arte

Metodologia

I. TERRITÓRIO COMO PALIMPSESTO

p. 3

Introdução: Território como Palimpsesto

Tempo, esse grande Escultor

A Forma do Tempo

Território como Palimpsesto

2. METAMORFOSE TEMPORAL

2.1 VILA NOVA DA RAINHA p. 50

Período Romano
A Idade Moderna
Atualidade

2.2 UM KM2: O NÓ DA ESTRADA NACIONAL 3 p. 74

Um quilómetro quadrado
Reunião de diferentes tempos
Cartas

3. O LARGO DE VILA NOVA DA RAINHA

3.1 PROPOSTA DE PROJETO p. 96

Rancho Folclórico de Vila Nova da Rainha

Registo fotográfico
Desenhos
Simulações Gráficas

CONSIDERAÇÕES FINAIS p. 164

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS p. 166

INTRODUÇÃO

Os processos de descodificação do território são essenciais na prática de trabalho do arquiteto. É através dos mesmos que conseguimos determinar o caminho a seguir. As cidades vão sobrepondo-se ao território que as antecede. Tentam, a partir desse território, apagar ou conservar os sinais fundamentais. As cidades estão em constante transformação e é nesse processo de transformação que são ou não revelados os elementos do passado, inerentes ao território.

O presente trabalho é desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura, que corresponde ao último ano do Mestrado Integrado em Arquitetura, no ISCTE-IUL. Segundo o enunciado da Unidade Curricular, é solicitado aos alunos que elaborem um projeto de arquitetura que seja reflexo de um rigoroso processo de investigação.

Desta forma, o tema desenvolvido ao longo deste trabalho é comum a ambas as vertentes, teórica e prática, procurando que se informem mutuamente, desenvolvendo assim uma metódica investigação sobre o local de intervenção, que se materializará numa proposta de um projeto de arquitetura.

Partindo de um grande interesse sobre os territórios adjacentes ao rio Tejo, nos concelhos de Alenquer e Azambuja, e também de uma investigação sobre a relação da antiga Vila da Alenquer com o rio, surge uma atenção *sui generis* sobre uma pequena vila situada junto ao rio Tejo, a Vila Nova da Rainha, uma vila anteriormente pertencente ao concelho de Alenquer e atualmente pertencente ao concelho de Azambuja. Tal como é descrito no enunciado do trabalho, este é um território caracterizado por um contraste entre uma rede de infraestruturas de mobilidade (rodoviária e comboio) e um sistema de produção industrial e agrícola.

Vila Nova da Rainha é um território altamente caracterizado pelos diferentes tempos que a constroem, desde a presença de uma estrada Romana, a estrada da Várzea que estabelecia o acesso entre a Vila de Alenquer a Vila Nova da Rainha e posteriormente ao cais da mesma, junto ao rio Tejo, como à presença da família real Portuguesa, devido à sua posição estratégica inserida na rede de transportes marítima, rodoviária e ferroviária da altura em Portugal. A vila estava também associada

ao transporte de diversas mercadorias, tais como ao itinerário feito para o fornecimento de gelo à capital, desde a serra de Montejunto, até aos cais de Vila Nova da Rainha e da Vala do Carregado. E mais recentemente, com a expansão das infraestruturas de mobilidade portuguesas, esta vila sofreu com a construção de um viaduto pertencente à estrada nacional 3, que conseqüentemente ao passar na vila, divide a mesma em dois.

A seguinte investigação pretende debruçar-se sobre a ideia de um território como um palimpsesto, sobre o qual são “reescritas” as sucessivas necessidades de cada sociedade que habita um lugar, deixando no mesmo marcas ou vestígios da sua apropriação e utilização. Pretende-se investigar de que forma existem estas diferentes camadas de tempo e como se vão informar mutuamente, sendo reveladas num processo de investigação do arquiteto sobre um dado sítio.

Desta forma, este trabalho está dividido em três partes essenciais. A primeira parte que é constituída pela leitura, investigação e descodificação dos ensaios e reflexões que existem, que abordam tema do tempo como escultor de um território e sua reflexão conseqüente na Arquitetura. A segunda que faz uma introdução extensa sobre o território de Vila Nova da Rainha e sobre as diferentes camadas de tempo que o compõem. E finalmente, uma terceira

parte que corresponde à vertente prática, onde se vão materializar todos os conceitos estudados anteriormente através da realização de uma proposta de projeto para o novo Rancho Folclórico de Vila Nova da Rainha.

I. TERRITÓRIO COMO PALIMPSESTO

INTRODUÇÃO — TERRITÓRIO COMO PALIMPSESTO

“A cidade faz-se e refaz-se constantemente, pelo que surge como um palimpsesto, um livro escrito e reescrito vezes sem conta, uma sucessão de camadas sobrepostas e justapostas, uma vez que cada geração adapta o que herda às necessidades do presente. As estruturas envelhecem, degradam-se, apresentam-se desadaptadas às necessidades novas, são reconvertidas ou substituídas.”

(Salgueiro, 2006)

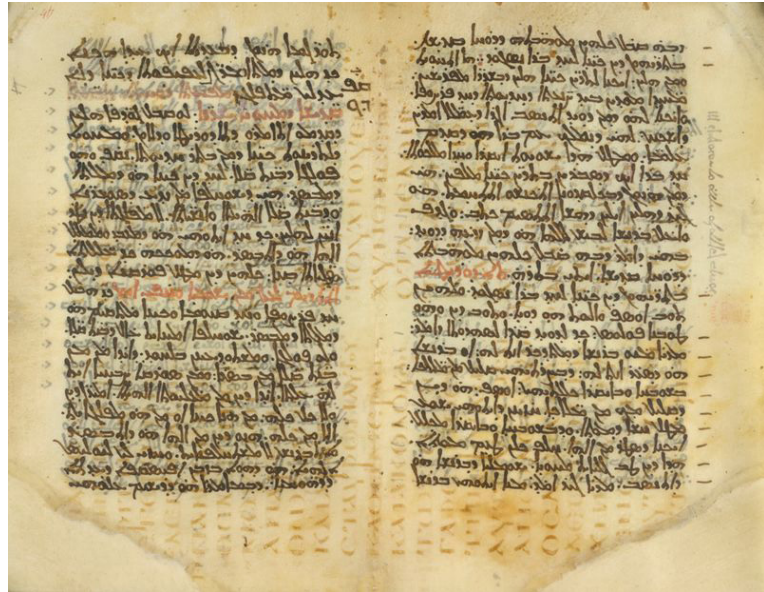


Figura 2 – “Percurso de festo”, Guadiana, 1997, fotografia de Duarte Belo

Este trabalho parte de um interesse pelo entendimento do território a partir das diferentes camadas que o compõem. Partindo desta conjectura, surge a metáfora do uso do termo palimpsesto, aqui enquadrado no campo das artes, mais especificamente, a arquitetura.

O termo Palimpsesto, que deriva do grego palimpsestos, que significa “raspado de novo”, é definido como um papiro ou pergaminho que contém vestígios de um manuscrito anterior, tendo sido raspado ou apagado com o objetivo de reutilizar o material, permitindo, desta forma, a sobreposição de um novo escrito. (Porto Editora, 2018) (figura 2) Uma vez que os pergaminhos eram feitos de pele de animal e este era um material muito caro de utilizar, especialmente durante o período entre os séculos VII e IX, a maior parte dos manuscritos eram reutilizados. Mais tarde, através de técnicas mais avançadas, foi possível recuperar alguns textos já “apagados”, através do uso de processos químicos, ou mais recentemente, através da utilização de luzes ultravioleta. (Verheij, 2015)

O palimpsesto é um elemento que ao longo da história, tem presente em si uma reunião de diversos “estratos” temporais que interligam o passado, ao presente e ao futuro. Conseguimos reconhecer neles, sob os princípios do presente, as marcas do passado. A palavra “palimpsesto” pode ser utilizada como uma metáfora que sugere e se refere aos processos

de transformação que estão inerentes à passagem do tempo.

Podemos comparar estes textos às marcas que são deixadas no território pelas diferentes gerações. Tais marcas correspondem à materialização de um gesto executado com o objetivo de concretizar uma intenção, que dirá respeito, muito provavelmente, à necessidade de sobrevivência de uma comunidade. Estes gestos, que representam as grandes esperanças de uma geração, vão dar origem às marcas do ser humano no território, algumas muito duradoras.

As cidades vão sobrepor-se a essas marcas e ao território que as antecede e tentam, a partir desse, apagar ou conservar os sinais fundamentais. Estas estão em constante transformação e é nesse processo de transformação que são ou não revelados os elementos do passado, inerentes ao território.

“Aquele que forja a frente criando algo novo faz isso como um remador, a avançar, mas rema de costas, olhando para trás, para o passado, para o que existe, de modo a ser capaz de reinventar as suas bases.”

Jorge Oteiza

A duração que os sinais do passado têm ao longo do tempo, está relacionada com a convicção com que estes foram gerados. As ações que têm uma relação direta com o território e que se encontram vinculadas a este, têm um carácter menos efêmero. Desta forma, o território amadurece de forma mais ou menos vinculada aos sinais do passado presentes no mesmo e estes sinais ao serem preservados, influenciam o funcionamento da cidade e das vivências dos seus ocupantes. (Nunes, 2010)

Com o passar do tempo, estes sinais vão-se acumulando, dando origem a uma estratificação que pode ser comparada a um palimpsesto, composto pelas diferentes camadas de cada época, camadas essas que se vão informando reciprocamente, influenciando consequentemente o futuro.

“O ato de dispor por camadas é utilizado normalmente como um instrumento de expressão estética – a visível acumulação de traços sobrepostos provenientes de diferentes períodos, cada um a modificar e a ser modificado por novas adições, para produzir algo semelhante a uma colagem do tempo. É o sentido de profundidade numa cidade antiga que é tão intrigante. Os restos ainda cobertos, são indicadores das camadas que ainda estão escondidas(...)” (Lynch, 1972, pág. 171)

Este processo de disposição em camadas é algo inerente ao funcionamento do meio ambiente e de diferentes fenómenos na nossa envolvente, como é

o caso da geologia, que se concentra, por exemplo, em estudos sobre a estratificação de terras e sobre a acumulação das mesmas. Também no funcionamento de algumas aldeias medievais conseguimos identificar no seu desenvolvimento, um processo de reutilização de estruturas para diferentes valências, podendo ser reconhecidos, ao longo do tempo, os diferentes usos que foram feitos do mesmo espaço. Todas as cidades são “palimpsestos”. Um exemplo muito claro é a cidade de Troia, (figura 3) cuja malha é constituída pelas diversas camadas temporais das diferentes intenções que a construíram ao longo dos anos. Estamos constantemente num processo de reinterpretação e reconstrução da nossa envolvente.

O trabalho do arqueólogo passa por descobrir e decifrar as diferentes camadas do tempo de um certo lugar, procurando fazer sentido das suas ocupações e intervenções, revelando desta forma as necessidades e motivações por detrás dos gestos de várias populações. Este conhecimento é crucial no entendimento do lugar e na justificação das evidências que encontramos ao nos tentarmos relacionar com o mesmo. Tal como disse Saverio Muratori, a necessidade de aproximação histórica ao território é a única garantia de uma visão sintética e racional do lugar. (Graça, 2015, pág. 36)

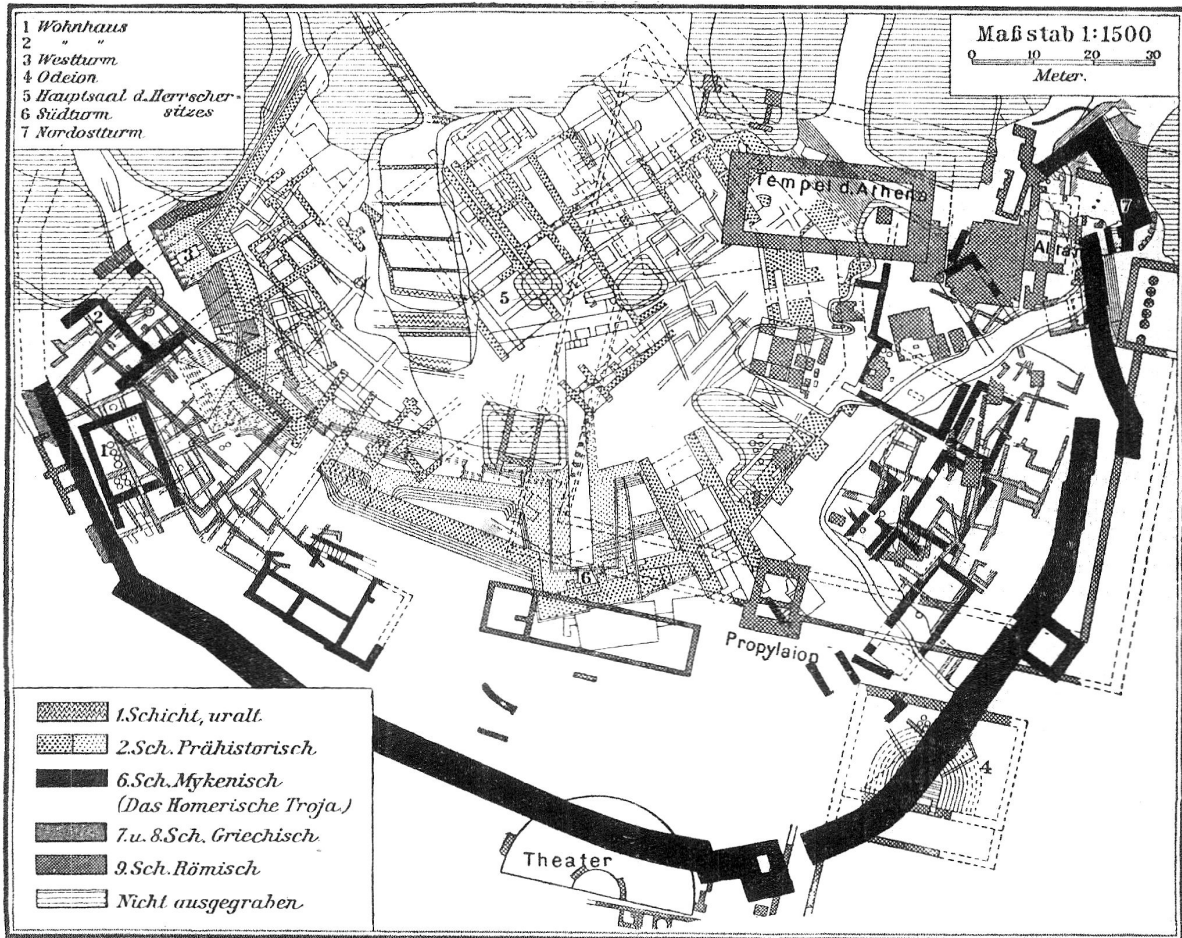


Figura 3 – Mapa arqueológico de Troia, 1904, da autoria de Wilhelm Dörpfeld

Os trabalhos de arqueologia, são algo muito importante para a arquitetura. Numa cidade antiga, por mais que as coisas estejam cobertas, alguma coisa da sua presença fica no ar e é um indicativo para o presente e para o futuro. É o que nos faz compreender bem o terreno, a topografia. Há séculos atrás, quando não haviam máquinas, a relação dos homens com a topografia era perfeitíssima. A escolha do local para a implantação dos edifícios era muito cuidada. Sabermos como isso se fazia é material importante para o projeto.”

Arquiteto Álvaro Siza Vieira

A consciência histórica é uma grande mais valia como fonte de criação de relações entre o passado e o presente. No processo de trabalho do arquiteto, esta descodificação do passado pode representar uma revelação de diversas pistas que vão informar positivamente o trabalho do mesmo, resultando num projeto movido por intenções que se vão provar mais certas e adequadas no presente.

A arquitetura acaba por consistir numa conjugação entre elementos do passado e elementos contemporâneos que juntos acabam por revelar e evidenciar os diferentes tempos do mesmo lugar. Arquitetos como Álvaro Siza Vieira, constataam que uma acertada intervenção sobre o território, consiste numa revelação do que já lá existe de forma inconsciente ou escondida, numa tentativa de fazer desaparecer uma fronteira entre o natural e o humano. Conseguir desenhar algo que o próprio território nos mostra e fazer sobressair a génese

do mesmo e as suas características, fazendo-as funcionar em harmonia e complementaridade com a intervenção. (Siza, 2009)

Com o objetivo de fundamentar esta investigação, foram selecionados dois autores que, de formas variadas abordam o tema do tempo como um elemento crucial na construção da forma. Estas visões representam diferentes formas de interpretação do tempo como um elemento construtor. O tempo é decifrado como um fenómeno capaz de moldar os diferentes elementos que constituem e fazem parte da existência e sobrevivência humana. O tempo – um fenómeno ocasionalmente abstrato - é um conceito desenvolvido e caracterizado pelo ser humano e por isso, quando falamos sobre a capacidade do tempo de ter algum efeito na forma dos elementos da nossa envolvente, tal afirmação não passa de uma metáfora, uma vez que esse efeito se deve à forma como o ser humano é afetado e influenciado pela passagem do

tempo, e não tanto pela ideia do tempo como agente construtor por si só. Aquilo que de facto nos interessa, é compreender as relações intrínsecas à passagem do tempo e os efeitos que estas têm na nossa vivência. A interpretação das premissas apresentadas por estes autores é feita de forma distanciada e analítica, permitindo dar a conhecer os princípios expostos pelos mesmos da forma mais pura possível.

George Kubler (1912 – 1996), um historiador de arte norte-americano, expõe os diferentes tipos de influência do tempo nas mais variadas vertentes da experiência humana. Teoriza sobre o conceito de tempo como forma, questionando-se sobre a caracterização dos diferentes períodos de tempo e leva-nos numa viagem que questiona os diferentes objetos, obras de arte e ações feitas pelo homem, e consequentemente, a sua origem, duração, os sinais que deixam marcados no tempo e a forma como estes se influenciam mutuamente e de que maneira afetam a experiência do ser humano, tanto no tempo presente como em vivências futuras.

André Corboz (1928 – 2012), um historiador de arte, arquitetura e urbanismo, de origem suíça, é um dos primeiros autores a introduzir o termo “palimpsesto” enquadrado no discurso de urbanismo e arquitetura em 1983. O autor teoriza sobre o conceito de território e sobre as diferentes interpretações que são feitas do mesmo mediante a forma como este

é percecionado por cada utilizador. O território é analisado como um suporte de sobrevivência do ser humano, que está constantemente sujeito a alterações e supressões por parte dos seus habitantes, de onde surgem diferentes marcas, cada uma correspondente a um período temporal, que vão modificando o território e dar-lhe determinada forma. Essas marcas que são o resultado de intenções de uma dada sociedade são baseadas nas necessidades da mesma, criando sobre o território uma matriz de sinais que podem ou não ser utilizados como pegadas a ser seguidas pela geração seguinte. A capacidade de entender o território como uma estrutura que resulta de uma “colagem” de diferentes tempos, permite que Corboz faça uma analogia entre os conceitos de território e palimpsesto.

Para além da análise das obras destes dois autores, é pertinente também referir a obra de uma autora que aborda o conceito do tempo no seu sentido mais figurativo, uma vez que o seu trabalho se insere no âmbito da literatura, ao contrário dos outros autores referidos anteriormente que estão mais relacionados com o campo da arquitetura. Esta autora é Marguerite Yourcenar (1903 – 1987) (figura 4), uma escritora francesa, que surge neste trabalho como a autora de uma breve e introdutória análise, de forma muito abrangente, ao conceito do tempo como um escultor, que age como um elemento moldador da forma.

TEMPO, ESSE GRANDE ESCULTOR

Território como escultura

Na sua obra “Tempo, esse grande escultor”, Marguerite Yourcenar aborda o efeito do tempo sobre a forma, mais especificamente no que diz respeito à escultura.

A autora começa por escrever que quando um escultor termina uma obra, apenas completa uma das muitas fases desta, dando assim e só então, início à sua vida. A primeira fase, de esculpir daquilo que é um grande bloco de pedra, uma forma humana, acaba

A autora refere-se especificamente à metamorfose inerente ao processo de transformação de uma obra criada pelas mãos do ser humano, no entanto, os pressupostos expostos ao longo do seu texto, podem ser utilizados para desenvolver uma analogia entre a escultura e o território, do ponto de vista que o ser humano é o escultor da grande obra de arte que é a superfície terrestre. A autora teoriza sobre o efeito transformador do tempo na arte, que baseada na relação entre o homem e a natureza, produz uma sublime obra de arte.

por se poder caracterizar como uma desconstrução do material primário, dando-lhe uma outra forma. Depois de um período, o tempo irá encarregar-se de moldar a obra à sua forma e depois de anos de erosão e atrito, aos poucos a escultura voltará ao estado de massa mineral não formada, da qual o escultor a tinha retirado.

Surge assim uma comparação com o facto de um objeto que é esculpido para ter uma forma semelhante

à humana, acaba por sofrer os mesmos processos de envelhecimento que os próprios seres humanos, “de fadiga, idade e infelicidade”, ou por outras palavras: “o tempo muda-as como nos muda a nós”.(Yourcenar, 1993, pág. 57)

“À beleza imposta pela mente humana, por uma época, ou por uma forma particular de uma sociedade, é adicionada uma beleza involuntária, associada com os perigos da história, que são o resultado das causas naturais e do tempo.”

(Yourcenar, 1993, pág. 58)

O tempo encarrega-se de dar o seu “toque” às formas produzidas pelo ser humano e dá-se um processo que é o resultado da interação do ser humano com o universo, e da sua luta com ele. É uma luta que no fim, acaba por ser ganha pela natureza, no entanto, a idealização do artista perdura eternamente, evidenciando-se na ruína destes objetos.

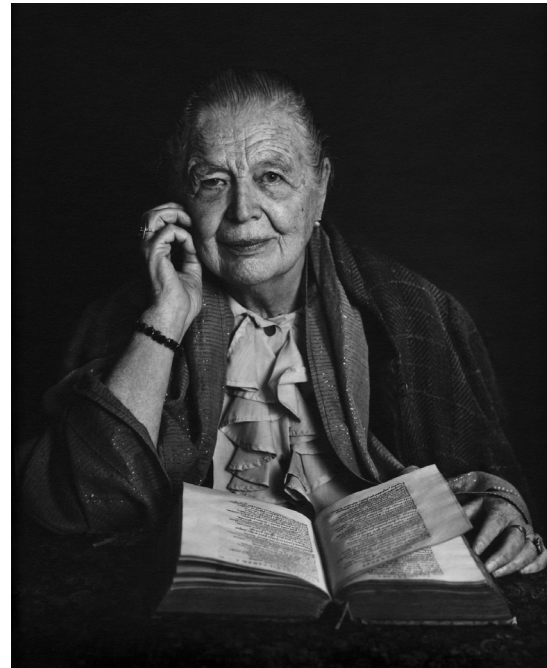


Figura 4 – Marguerite Yourcenar, 1987, fotografia de Yousuf Karsh

Perante esses processos, há uma tentativa por parte dos conservadores-restauradores de tentar retornar as obras ao seu estado original, o melhor que possível. Essas reconstituições são feitas à imagem da época em que são feitas, impondo na obra um certo sentido estético que poderá diferenciar do original.

Por vezes, no entanto, há uma união entre os processos naturais de desgaste e a intervenção humana, que dão origem a aparências fora do comum que não parecem pertencer a nenhuma época, as quais podemos considerar sublimes obras de arte, como é o caso da obra “Vitória de Samotrácia” (figura 5), desgastada pelas tempestades das ilhas Espórades e recuperada e remontada de forma a preservar da melhor forma possível a sua génese, ainda que, evidenciando os efeitos causados pelo desgaste do tempo. (Yourcenar, 1993, pág. 59)

Enquanto que os nossos antepassados tentavam restaurar as obras para o seu estado original, acrescentando-lhe os “pedaços” em falta, hoje em dia temos tendência a recorrer a um despojamento destes elementos falsos para que se deixe evidenciar os efeitos do tempo na sua forma: “A nossa atitude presente representa simultaneamente um ganho e uma perda”. (Yourcenar, 1993, pág. 60)

Ainda que não se refira a arquitetura ou ao território, através deste texto, podemos comparar o processo

que é descrito pela autora com a forma como o ser humano se relaciona com o seu meio envolvente, sendo que neste caso, o ser humano seria o escultor e o território, a escultura. O território acaba por ser ele também uma escultura, em que os seus intervenientes são as muitas populações que dele se apropriam durante as diferentes épocas, ao longo do tempo. Tal como uma escultura, o próprio território, por muito intervencionado que seja, vai também inevitavelmente voltar à sua forma original, uma vez que a natureza é uma força demasiado poderosa para ser vencida permanentemente, ainda assim, manterá nele eternamente, as marcas das intervenções passadas, deixadas como vestígios e pistas para as populações que ainda virão no futuro, vestígios esses que são as diferentes camadas que compõem a história do território.

Estes conceitos que são introduzidos e analisados procuram ser verificados junto de um caso de estudo que corresponde a Vila Nova da Rainha, uma freguesia pertencente ao concelho da Azambuja onde são reconhecíveis vestígios pertencentes a diferentes camadas de tempo, que funcionam em uníssono dando origem a uma situação peculiar de vivência de uma pequena vila.



Figura 5 – Vitória de Samotrácia, descoberta em 1863, fotografia de autor desconhecido

“Gosto de imaginar que o território possui uma estrutura própria que constitui o sistema inicial de suporte de vida do homem neste planeta. E que sobre esse território – que também teve outras formas de natureza, como a sua própria natureza selvagem – fomos construindo, pouco a pouco.”

“La poesía de lo pragmático. Una conversación con João Luís Carrilho da Graça”, entrevista de António Jiménez Torrecillas, El Croquis, n°170, 2014, p.22

A FORMA DO TEMPO, GEORGE KUBLER

O passado e a atualidade

“O passado apenas serve para conhecer a atualidade. Mas a atualidade escapa-me. O que é afinal a atualidade?”

Henri Focillon (Kubler, 2004, pág.31)

Kubler escreve sobre a importância do instante da atualidade e do agora, uma vez que é nela que se projetam os sinais do passado, e é também nela em que estes são revelados. O momento em que nos encontramos, é o único com o qual conseguimos ter contato direto, que conseguimos conhecer diretamente. O restante tempo, que já passou, apenas pode chegar até nós através de sinais, que passaram por si só por diversas fases e suportes inesperados.

“Atualidade é o momento em que o farol fica escuro entre clarões: é o instante entre os tiquetaques do relógio: é um intervalo vazio eternamente transcorrendo ao longo do tempo: a rutura entre passado e futuro: a brecha nos polos do campo magnético gerando em círculo, infinitesimalmente pequena, mas no final de contas real. É a pausa intercrônica quando nada acontece. É o vazio entre os acontecimentos.” (Kubler, 2004, pág. 31)

Surge uma questão sobre a atualidade dos “velhos” sinais que nos são revelados. A mensagem que nos é trazida através de um sinal do passado, é algo que nos transcende uma vez que não existe no presente

instante. A percepção e o significado retirado de um vestígio ou sinal, é algo muito atual e presente, uma vez que acontece no “agora”, no entanto estes são derivados de impulsos que ocorreram num tempo passado.

É certo que a maioria das pessoas, tanto no passado como no presente, vivem segundo ideias já familiares e tradições que se foram acumulando com o passar do tempo. Aqui, George Kubler faz referência a uma ideia semelhante à de palimpsesto, constatando que na duração destas tradições, o “tecido” está a ser desfeito, à medida que um novo é tecido para substituir o velho. Perante estas circunstâncias, com o passar do tempo, haverão casos em que o “padrão” desse tecido sofrerá algumas agitações e abalos, estabelecendo, desta forma, novas formas e figuras.

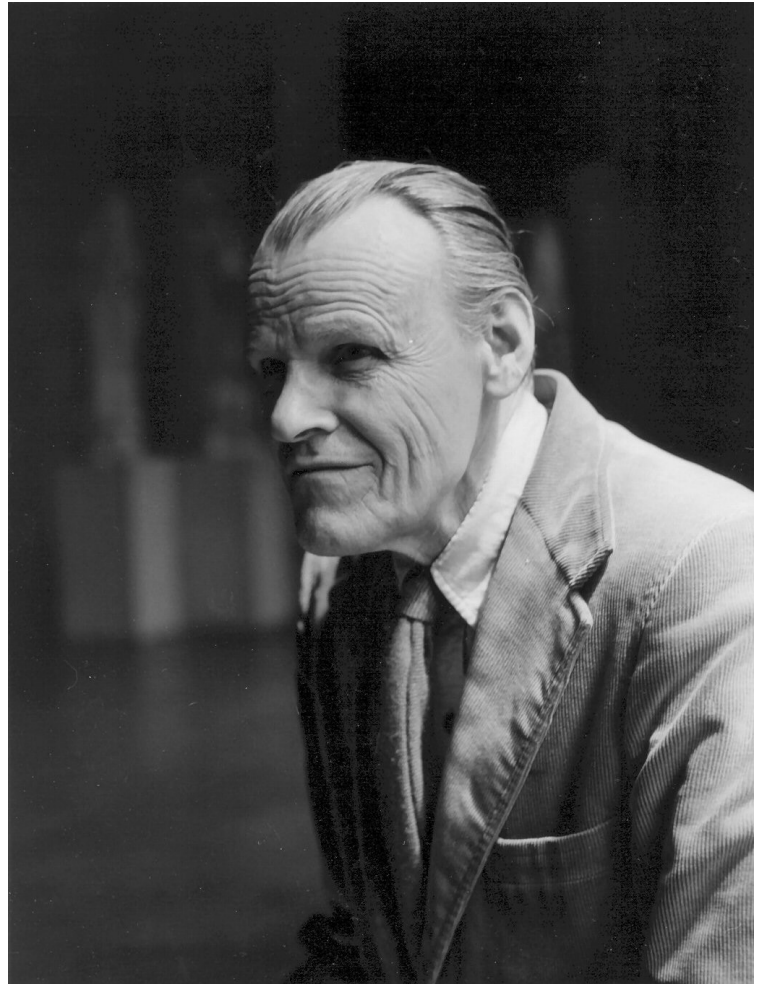


Figura 6 - George Kubler, fotografia de autor desconhecido

Kubler define o agora como o “local” onde a marca do futuro é recebida pelo passado e compara este fenómeno com a luz de uma estrela, que já há muito tempo foi emitida, mas que só no presente percebemos a sua existência. Os acontecimentos históricos assemelham-se aos fenómenos astronómicos na medida que em que estes ocorrem também muito antes de aparecerem aos olhos do ser do “agora”. Daí a semelhança entre os astrónomos e os historiadores: ambos interessados por aparências que se fizeram notar no presente, mas que ocorreram no passado. (Kubler, 2004)

Os sinais do passado

Todos os sinais fundamentais podem ser vistos simultaneamente como transmissões e como comoções iniciais. A interpretação que fazemos de sinais no presente, representam apenas uma fase no processo de subsistência do impulso original.

Torna-se inerente a este processo, o facto de que este conhecimento histórico consiste em transmissões que estão dependentes do emissor, do próprio sinal e do receptor e que todos estes podem afetar a estabilidade da mensagem que é transmitida. De cada vez que o sinal é retransmitido, existe inevitavelmente alguma

As analogias entre estrelas e obras de arte são muitas, tanto o astrónomo como o historiador estão empenhados em retratar o tempo e qualquer obra de arte, por muito imperfeita que se encontre, constitui uma representação de uma porção de um tempo passado. Ainda que as escalas sejam diferentes, ambos transpõem, reduzem, compõem e dão cor a uma réplica que descreve a forma do tempo. Estas analogias são, no entanto, úteis para nos levar a olhar atentamente para a natureza da evidência histórica, para que possamos ter a certeza de nosso fundamento ao considerar várias maneiras de classificá-la.

deformação do sinal original. Um historiador irá esforçar-se ao máximo para recuperar o sinal primitivo. No entanto, existem pormenores que ao parecerem insignificantes são suprimidos e outros que ganham alguma importância que lhes é conferida pela relação com acontecimentos do momento desta retransmissão ou reprodução do sinal.

Cada vez que um sinal é retransmitido ou reinterpretado, é, voluntária ou involuntariamente deformado consoante a posição histórica de quem o faz. Desta forma, uma reconstituição histórica,

difícilmente estará inteiramente correta, devido às sucessivas retransmissões e reinterpretações dos mesmos sinais do passado, que vão, como já foi referido anteriormente, deformar a mensagem. No entanto, as condições de transmissão raramente são imperfeitas ao ponto de impossibilitarem o conhecimento histórico, uma vez que os factos reais despertam geralmente sentimentos fortes que são registados permanentemente na mensagem. A condição essencial do conhecimento histórico, é que

este esteja ao nosso alcance, de que um determinado sinal, comprove uma existência passada. Existem diferentes acontecimentos do tempo passado aos quais não temos acesso por uma questão de falta de evidências e sinais do mesmo.

Problema e solução

Qualquer ação, obra de arte ou objeto, útil ou inútil surge como uma resposta a um problema que se manifesta. Este princípio verifica-se em vários campos, como a arquitetura, arte e escultura. É irrelevante conhecer os objetivos por detrás do acontecimento, se foi propositado ou um acidente, desajeitado ou hábil. O que realmente importa é a compreensão que qualquer uma destas soluções se refere a um problema, para o qual houveram outras diferentes soluções. Com a acumulação das diversas soluções, o problema modifica-se, ainda que através delas, o problema se revele.

Uma vez que a história não é uma atividade completa e finita, irá continuar a expandir-se, à medida que o homem continuar a existir e conseqüentemente a criar e gerar história. George Kubler refere-se a T. S. Elliot, como tendo sido talvez o primeiro a afirmar que qualquer grande obra de arte força em nós uma reavaliação de todas as obras anteriores. (Kubler, 2004, pág. 55) Esta afirmação verifica-se como verdadeira não só no campo da arte como também no campo da arquitetura e principalmente, na história do ser humano como utilizador do território.

Qualquer gesto tem em si uma enorme quantidade de gestos, resultado de diferentes tentativas para resolver uma determinada situação. Raramente agimos de forma autónoma. Qualquer gesto, para que possa resultar como uma ação acertada, deve ser devidamente ponderado, considerando todos aqueles que estão atrás de si.

É gerada uma sequência composta pelas diversas soluções que têm como objetivo resolver o problema. Essa sequência é composta por fronteiras que são marcadas pelas diferentes fases do esforço envolvido nessa mesma resolução. Desta forma, essa sequência só poderá ser aumentada se, no entretanto, surgirem novas necessidades que darão ao problema uma maior proporção. Ou seja, novas necessidades que surgem, geram novos problemas que conseqüentemente, irão gerar novas soluções.

Se pensarmos no território e no conceito de tempo como um palimpsesto, como fizemos anteriormente, considerando as diferentes camadas que existem e no que estas representam, ou entender a razão da grande quantidade e diversidade de existência das mesmas, podemos concluir que se deve ao facto de para cada sociedade existirem diferentes necessidades, às quais teremos que responder com novas e adequadas soluções.

A influência do tempo na forma

A forma de qualquer ação, objeto, obra de arte ou utensílio é altamente influenciada e manipulada pela duração do tempo que a confina. O autor afirma que algo que é tido como uma regra é que geralmente, os utensílios mais simples estão relacionados com durações muito longas, como acontece com os utensílios de cozinha, por exemplo, que sofrem mudanças mínimas ao longo de muito tempo, enquanto que os mais complicados registam breves episódios que se caracterizam por necessidades e invenções especiais.

A moda, por exemplo, situa-se num dos limites mínimos de duração de tempo, uma vez que estão presentes na roupa as nossas mais breves durações. A moda responde a necessidades específicas que não têm a capacidade de acompanhar as evoluções inerentes ao tempo longo. Ou seja, a forma, no mundo da moda é um conceito muito efêmero, uma vez que está extremamente vulnerável às rápidas mudanças de necessidades dos seus utilizadores. O autor acerca do assunto diz: “Uma moda é uma duração sem qualquer mudança substancial: uma aparição, um lampejo, esquecidos em cada estação. É como uma classe, mas difere de uma sequência por não ter uma dimensão sensível no tempo.” (Kubler, 2004, pág. 59)

Questionando a origem das nossas ações e das motivações por detrás das mesmas, de onde é que elas

vêm, porque são influenciadas, nada é original, tudo é um produto derivado de um processo que se prolonga desde os primórdios da existência humana

Ainda sobre a influência do tempo na forma, o autor questiona-se sobre a veracidade da originalidade dos diferentes objetos produzidos ao longo do tempo. Quando observamos um objeto que pensamos ser original e comparativamente, a sua réplica, torna-se difícil caracterizar o objeto original como isso mesmo, uma vez que até esse é suscetível de ter sido influenciado por tantos outros objetos, dos quais é apenas uma variação, ainda que, na sua própria forma, seja o primordial. A questão que é particularmente urgente é o facto de que conhecemos muito poucos objetos primordiais que são derivados com toda a certeza de traços também inaugurais.

Desta mesma forma, podemos verificar o mesmo tipo de dúvida ao teorizar sobre as diferentes manifestações da vivência do ser humano no território. Os diferentes vestígios deixados pelo homem que modificam o território, são o resultado de um longo e demorado processo, que resulta da influência de variadas populações em diferentes épocas e torna-se difícil apurar qual destes sinais ou vestígios, com que nos deparamos na atualidade, será o original, ou aquele que terá dado origem a uma sucessão de diferentes ações sobre o território que se vieram a informar mutuamente ao longo do tempo, resultando finalmente naquele que é o território como o encontramos hoje em dia.

O processo da origem

Ao longo desta obra, George Kubler teoriza sobre os diferentes processos de evolução dos objetos e do efeito do tempo na sua forma. O autor afirma que, tal como foi dito anteriormente, um objeto deriva da existência de uma necessidade. Aqueles de que nos rodeamos, representam simultaneamente antigas e novas necessidades. Estes processos, no entanto, em muito se assemelham aos processos de evolução da cidade e do território e podemos encontrar diversas simetrias nos seus processos de desenvolvimento. Este

facto não se estabelece como algo fora do comum, uma vez que todos estes são processos inerentes à existência e sobrevivência do ser humano e como tal, derivam de princípios equivalentes.

Os processos que dão origem aos objetos e, neste caso, aos diferentes tipos de fenómenos, sejam eles culturais ou físicos, estão relacionados com a invenção, a repetição e a rejeição. Estes estão também por sua vez, inerentes ao conceito de mudança, uma vez que

eles fazem parte de processos de evolução, que sofrem constantes alterações consoante o tipo de população e época a que respondem.

“Toda a nossa tradição cultural favorece os valores da permanência; contudo, as condições da existência presente exigem uma aceitação da mudança contínua.”

(Kubler, 2004, pág. 92)

Existe, no entanto, no nosso tempo, uma ambiguidade do conceito de mudança, uma vez que ainda que sejamos movidos por esta, devido à necessidade incessante que temos de evolução, as tradições culturais onde nos baseamos provocam em nós uma reação conservadora quando somos confrontados com inovações radicais.

O autor afirma que o grande contraste da experiência que o ser humano tem do tempo, vive entre dois conceitos: “a repetição exata” e a “variação sem limites”. (Kubler, 2004, pág. 92) Quando afastado do comportamento habitual, o ser humano tem alguma dificuldade em conseguir lidar com as circunstâncias em seu redor e com a criação de uma nova realidade, uma vez que lhe é retirado tudo aquilo que conhece como sendo normal, tradicional e confortável. Por outro lado, quando lhe é retirada a capacidade de poder evoluir e ter uma mudança de cenário, deixando para trás a rotina habitual, a realidade torna-se insuportável ao fim de pouco tempo.

Um bom exemplo deste último cenário, é a condenação que é dada a um indivíduo detido, que permanece impedido de poder usufruir da liberdade de alterar a sua condição e rotina, estando sujeito à mesma realidade constantemente.

Quando olhamos para o conceito de invenção, que poderia normalmente representar um conjunto de mudanças que acontecem de forma rara e que vêm alterar a vivência de realidade habitual, conseguimos entender que este é, pelo contrário, um conceito inerente à vivência do ser humano e do seu constante crescimento e evolução como indivíduo. É um conceito que está diretamente ligado à liberdade do homem de poder variar as suas ações.

Uma mudança vem sempre agir como uma alteração da realidade uma vez que “a aceitação de uma invenção por muita gente bloqueia a aceitação da posição precedente.” (Kubler, 2004, pág.93)

“Os produtos de posições anteriores tornam-se obsoletos ou ultrapassados. No entanto, as posições anteriores são parte da invenção, porque, para chegar à nova posição, o inventor tem que reagrupar os seus componentes através de um discernimento intuitivo que transcende as posições precedentes na sequência.”

(Kubler, 2004, pág. 93)

Esta nova posição exige não só do inventor, durante a criação, mas também dos seus utilizadores, o conhecimento de posições anteriores de forma a que estes possam desfrutar com mais consciência e profundidade o contexto de toda a intervenção. O utilizador de um determinado território, consegue tirar um maior proveito do mesmo se for conhecedor de todas as camadas que compõem a sua ancestralidade.

“A técnica da invenção tem, portanto, duas fases distintas: a descoberta de novas posições, seguida da sua fusão com o corpo de conhecimento existente.” (Kubler, 2004, pág.94)

Uma nova expressão

Se pensarmos na invenção dos objetos e na sua origem, conseguimos concluir que não existem dois objetos iguais e não pode haver uma coincidência de objetos numa dimensão temporal e espacial, uma vez que por muito parecidos que sejam, cada um pertence a um sítio e tempo específicos.

O mesmo acontece com as ações. Qualquer ação difere sempre das que a procedem e sucedem, existindo num espaço temporal diferente de qualquer outra. O autor afirma: “Não há dois objetos ou atos que possam ser considerados idênticos”. (Kubler, 2004, pág.97)

A capacidade que possuímos de conseguir aceitar uma inovação e implementá-la na nossa realidade, depende muito do conhecimento que temos da realidade momentânea, uma vez que não temos facilidade em nos adaptarmos a cenários muito diferentes daqueles que conhecemos confortavelmente. No limiar entre o presente e o futuro, encontram-se as diversas possibilidades que são representativas de uma outra mentalidade, sendo que estas nunca deixam de ser uma variação daquilo que conhecemos no momento presente. “Quanto mais sabemos, mais conhecimentos novos podemos aceitar”. (Kubler, 2004, pág. 95)

Qualquer ação acaba por ser uma invenção, uma vez que é a “primeira” do seu género.

Desta forma, se cada ação representar uma mudança de paradigma, esta é vista como um “perigoso afastamento da rotina ou como um mergulho irrefletido no desconhecido”. (Kubler, 2004, pág. 98) Consequentemente, ao longo de muito tempo, foram muitas as sociedades que premiaram o cumprimento de tradições e condenaram o comportamento inventivo, pelo afastamento ao convencional que este causava. Todas as sociedades tentam seguir um rumo certo,

ainda que esse seja posto em causa pelas ocasionais tentativas de mudança de trajetória. Se pensarmos um mundo desprovido de uma sociedade que procura ser ordeira, haveria de facto uma maior liberdade na nossa existência, no entanto todas as nossas ações eram incertas, nunca provenientes de precedentes ou dos exemplos passados, sem “os caminhos sulcados pela tradição”. (Kubler, 2004, pág. 99)

As grandes transformações são feitas por aqueles que não se conformam com aquilo que é tido como certo, pondo em causa as noções usuais. Pondo em causa tais noções, poderá fazer com que as expressões que usamos e a linguagem formal que é até então utilizada, caia em desuso, dando origem a uma transformação repentina e inesperada. O autor dá como exemplo, a “súbita transformação de arte e da arquitetura ocidentais por volta de 1910”. (Kubler, 2004, pág. 100)

Até então, o tecido composto pela sociedade não mostrava qualquer tipo de rutura e as invenções seguiam uma ordem sistemática, avançando de forma muito gradual e com poucas alterações. Subitamente, pareceu haver uma revolução no que dizia respeito às formas que tinham sido herdadas de tempos anteriores, como se a sociedade tivesse tomado consciência de que esta linguagem formal antiquada já não correspondia nem fazia sentido com a realidade que se estava a viver no presente. A “expressão exterior” a que estamos acostumados nos dias de hoje, no que diz respeito às

artes figurativas e estruturais é uma reflexão destas novas interpretações que tentam responder a uma nova atitude da sociedade e a “novas conceções da natureza”.(Kubler, 2004, pág. 101)

A duração do tempo

A experiência humana baseia-se em duas realidades opostas: a permanência e a mudança. Precisamos de estabilidade para conseguirmos ter uma percepção clara do tempo e como tal, é necessário que este seja definido por acontecimentos regulares e recorrentes.

No entanto, os momentos que recordamos, a consciência histórica, é derivada dos momentos imprevisíveis que estão dependentes da mudança. “Sem mudança não há história; sem regularidade, não há tempo” (Kubler, 2004, pág.103)

Qualquer mudança é significativa, por muito pequena que seja. Como já foi referido anteriormente, não existem duas ações iguais, cada ação varia nem que seja ligeiramente em relação à anterior, dando origem a uma alteração considerável a longo prazo. Uma vez que de um momento para o outro tudo parece semelhante e inalterado, é difícil de reconhecer as mudanças que sucederam. Estas são muito pequenas no contexto global e enquadram-se na escala de relevância que damos aos fenómenos de duração momentânea. Ou seja, de um momento para o outro será impossível notar a diferença que uma pequena alteração numa ação causou. No entanto, conseguiremos notar no curso do próximo ano, as diferentes direções de curso que foram acontecendo, motivadas pelas pequenas alterações. A passagem do tempo e a forma como

nos adaptamos a ela, molda, através das nossas ações, o nosso meio envolvente. “As grandes mudanças históricas, ocupam grandes durações” (Kubler, 2004, pág.107)

“Os registos arqueológicos exibem constantemente a presença de séries encadeadas de manufaturas rapidamente mutáveis nas cidades, e de manufaturas de mudança mais lenta na província ou no campo.” (Kubler, 2004, pág.128)

Numa sociedade tribal, em que a sobrevivência é a principal prioridade, acaba por haver uma organização mais rigorosa da rotina. É uma sociedade autossuficiente que depende apenas de si para gerar alimentação, utensílios e abrigo. Desta forma, as mudanças que possam ocorrer serão sempre ocasionais derivadas de uma casualidade, ao fim de várias repetições rotineiras.

Ao fim de várias gerações, este tipo comportamento acaba por gerar um padrão, que surge e se desenvolve num ritmo lento. Por outro lado, numa sociedade urbana, que padece de habitantes privilegiados perante uma tribo que é auto dependente, os habitantes têm a maior parte das suas necessidades físicas asseguradas, existindo espaço mental para que possa ser dada atenção a outro tipo de assuntos e ocupações. As cidades acabam por ser o centro dos verdadeiros

acontecimentos, onde todas as decisões são tomadas, e esta é a característica principal para que estas sejam os centros também das ocorrências rápidas e consequentemente, “para o aparecimento do rápido ritmo histórico que sempre caracterizou as principais cidades do mundo”. (Kubler, 2004, pág.130) O autor refere que a velocidade que é experienciada nas cidades se assemelha a um “fogo de floresta”, que se propaga e influencia os diferentes pontos ao longo de grandes distâncias.(Kubler, 2004, pág. 132)

A forma do tempo

Cada geração, ao lidar com os problemas com que se depara, procura reavaliar os vestígios do passado que estão ligadas às preocupações que surgem no presente.

Surgirão soluções peculiares, inerentes às necessidades dessa mesma geração, que serão entendidas como as mais adequadas, à altura que são postas em prática. No entanto, essas serão também postas em causa no futuro, uma vez que passam também elas a ser nada mais que uma camada que é uma parte constituinte da história da civilização como um todo.

“Estas páginas delinham a ideia de uma sucessão encadeada

de obras originais com réplicas, todas elas distribuídas no tempo como versões reconhecíveis iniciais e finais do mesmo tipo de ação.”
(Kubler, 2004, pág. 175)

TERRITÓRIO COMO PALIMPSESTO, ANDRÉ CORBOZ

O território começa a surgir como um elemento fundamental no entendimento das comunidades e da sua relação com as funções nele desempenhadas. Há, como diz Corboz, uma necessidade de olhar para o passado, para que se reorganize a ordem das questões colocadas, de modo a compreender como se formou e em que consiste “esta entidade física e mental que é o território”. (Corboz, 1983, pág.841)

Existem as mais variadas definições de território, consoante as disciplinas que o estudam, umas mais complexas, e outras mais simplificadas. No entanto, existem também definições que se aproximam à linguagem do quotidiano, que se referem segundo Corboz, ou à alegorização da unidade da nação, ou à designação da superfície de terrenos agrícolas, ou também à identificação de espaços incultos como espaços de lazer.



Figura 7 - André Corboz, fotografia de Claire Cuti

Urbano vs Rural

Uma vez que o conceito de território é ligeiramente abrangente, poderíamos dizer que seria mais simples se houvesse uma mutação do conceito de terreno em território. Desta forma, poderíamos evitar um problema nascido com o desenvolvimento urbano no século XVIII, que se evidenciou com o despertar da civilização industrial: O antagonismo entre o campo e a cidade – o espaço rural e o espaço urbano.

O urbanismo começa a controlar até o espaço rural, uma vez que este se rege pelas ideias e decisões tomadas no seio da urbe. O espaço rural mantém-se, no século XIX, como “o local de execução das decisões tomadas no interior do espaço urbano”. (Corboz, 1983, pág. 842) O urbano foi estendido à totalidade do território e tudo aquilo que ele engloba.

O espaço urbano começa a ser todo aquele que é vivido por alguém com uma mentalidade cidadina e há uma identificação do território como cidade – *“O espaço urbanizado é menos aquele onde as construções se sucedem em ordem cerrada e mais aquele cujos habitantes adquiriram uma mentalidade cidadina”* (Corboz, 1983, pág.842)

Corboz refere ainda que o antagonismo entre cidade e campo, que foi, também segundo ele, um fator paralisante do território durante muito tempo,

é também uma noção cidadina, uma vez que a cidade se apresenta como anterior, “com a nitidez de uma figura inscrita num fundo”, ou seja a cidade apresenta-se como um elemento que se inscreve num passado e enquadramento. (Corboz, 1983, pág. 841)

O Homem e o Território

“Os habitantes de um território não cessam de rasurar e reescrever o velho “livro do oculto” dos solos”.

(Corboz, 1983, pág. 843)

As alterações feitas pelo homem ao território, mantém nele as características da génese do mesmo, modificando-o para que este se adapte às suas necessidades de sobrevivência - fisiológicas, de segurança, sociais, de deslocação e movimentação, etc. Para que possa viver num determinado local, o ser humano modifica-o de forma a poder tirar o maior proveito dele possível, rentabilizando-o a seu favor. Mesmo os sítios mais remotos e montanhosos que na “Idade Média se pensavam ser como uma espécie de inferno terrestre, foram colonizadas, graças aos equipamentos industriais e rentabilizadas”. (Corboz, 1983, pág. 843)

“A construção de redes de autoestradas, de novas infraestruturas ferroviárias e tráfego aéreo, a ocupação sistemática das costas mais favoráveis ao turismo estival, das regiões montanhosas

impróprias para a agricultura e a hotelaria para acolher o turismo de inverno, são os traços mais visíveis de uma atividade essencialmente citadina, cujo objetivo consiste em colocar os continentes à disposição do homem da cidade”.

(Corboz, 1983)

Tal como diz André Corboz, “O território não é um dado: resulta de diversos processos”. Modificando-se, por um lado espontaneamente, através de processos inerentes à natureza que são demonstradores da instabilidade da morfologia terrestre, como “o avanço ou recuo das florestas e dos glaciares, a extensão ou secagem dos pântanos, o preenchimento de lagos e a formação de deltas, a erosão das praias e das falésias, o aparecimento de línguas de mar e lagunas, o afundamento de vales, os deslizamentos de terra, o surgimento ou arrefecimento de vulcões e tremores de terra”. E por outro lado, existem processos que são modificadores do território que são infligidos pela mão do homem, como “irrigações, construções de estradas, de pontes, de diques, edificação de barragens hidroelétricas, escavação de canais, perfuração de túneis, aplanagem de terras, desbravamento, reflorestação, melhoramento de terras” e até os atos mais comuns da agricultura, fazem do território um espaço em constante mudança.

O território é alterado. Existe uma ligação entre o mesmo e a população que o ocupa e é possível observar os efeitos recíprocos desta coexistência e desta forma, o território, acaba por ser, segundo Corboz, um objeto de uma construção, e por tornar-se numa espécie de artefacto, (Corboz, 1983) uma vez que, a partir do momento em que é ocupado por uma determinada população, gera-se uma relação que é baseada na organização e planificação do território,

seja essa relação ligeira, baseada apenas na recolção, ou mais extrema, envolvendo processos como a extração mineira.

O território acaba por resultar de um projeto que é imaginado para ele, de acordo com as suas características e com os recursos que o mesmo pode fornecer aos seus utilizadores. Para que esta relação entre a superfície topográfica e a população nela estabelecida se dê e seja possível, é necessário que haja em conjunto, uma imaginação do território, explorando as suas potencialidades e tirando partido delas.

O território transforma-se então num tema, quando faz parte de uma narrativa e de uma imaginação, quando é objeto de estudo de um projeto.

Limites

As diferentes sociedades tratam o território de formas diferentes, uma vez que para algumas “o território é um corpo vivo, de natureza divina, ao qual prestamos culto” (Corboz, 1983, pág. 844)

Em algumas, há uma procura de fazer coincidir certas partes do território com personagens ou formas específicas, de modo a “expressar o carácter do país representado”, como é o caso do mapa mundo de Erbstrof do séc. XIII (figura 8), em que a cabeça de cristo é retratada no topo. (Corboz, 1983)



Figura 8 - Mapa de Erbstorf, da autoria de Gervase of Erbstorf, séc. XIII

As diversas alegorias de representação do território, remetem-nos para uma questão: a forma do território.

Corboz refere-se a Roma e ao quadriculado imposto fisicamente a todos os países conquistados, que fornecia um exemplo de configuração, e explica que esta malha seria visível da Escócia à Síria, da Roménia a Portugal e da Tunísia à Alemanha. Um quadrado de 2400 passus (uma unidade de medida da antiga Roma), ou aproximadamente 710 metros, que constituía a base para o sistema de exploração agrícola. Este “quadrado” era consequentemente subdividido em múltiplos e submúltiplos, permitindo que houvesse um domínio não só de um espaço de maior dimensão, como também de um espaço menor, como um “actus” (menos de um quarto de hectare).

O autor refere também o exemplo dos Estados Unidos da América, onde a divisão do espaço se baseia num método semelhante ao referido anteriormente, estando dividido num quadriculado dos Apalaches ao Pacífico, segundo um sistema decidido em 1785, conhecido por “Land Ordinance” (figura 9).

Corboz refere ainda os rangs do Quebec, onde podem ser vistas porções estreitas de terra, colocadas perpendicularmente ao curso de água e os quadrados e círculos que parecem cobrir toda a superfície do estado Americano do Nebraska.

Poderíamos pensar de que forma é que estes limites

impostos ao espaço afetam o crescimento de um determinado local, ou a forma como este se poderia expandir. Estas formas reguladoras do território, têm um efeito sobre o mesmo, a vários níveis, mas principalmente a um nível físico.

Se pensarmos na forma como cresce uma cidade que foi limitada por uma muralha, por questões defensivas, esta expande-se e desenvolve-se num núcleo muito reduzido, uma vez que lhe foi imposto um limite. Desta forma, esta pequena cidade irá tornar-se extremamente dinâmica e autónoma, devido à concentração de uma população num espaço comprimido ou limitado. Os limites impostos num território têm uma grande influência na forma como esse território cresce e se desenvolve, na forma que este toma.

Existem diferentes tipos de limites. Geralmente estes são apenas imaginários, ou reguladores de espaço, servindo para otimizar e rentabilizar certas porções de terreno. Mas muitas outras vezes, deparamo-nos com limites impostos ao território que vão influenciar a sua estrutura. Estes podem ser limites físicos, como um rio que limita uma ilha e torna o terreno nessa ilha limitado e, portanto, findável. Pode ser também um limite menos rigoroso, como aquele que é um limite determinante de um espaço agrícola, que vai separar possivelmente uma zona rural de uma zona urbana. Ainda assim este seria determinante para a caracterização e evolução do território.

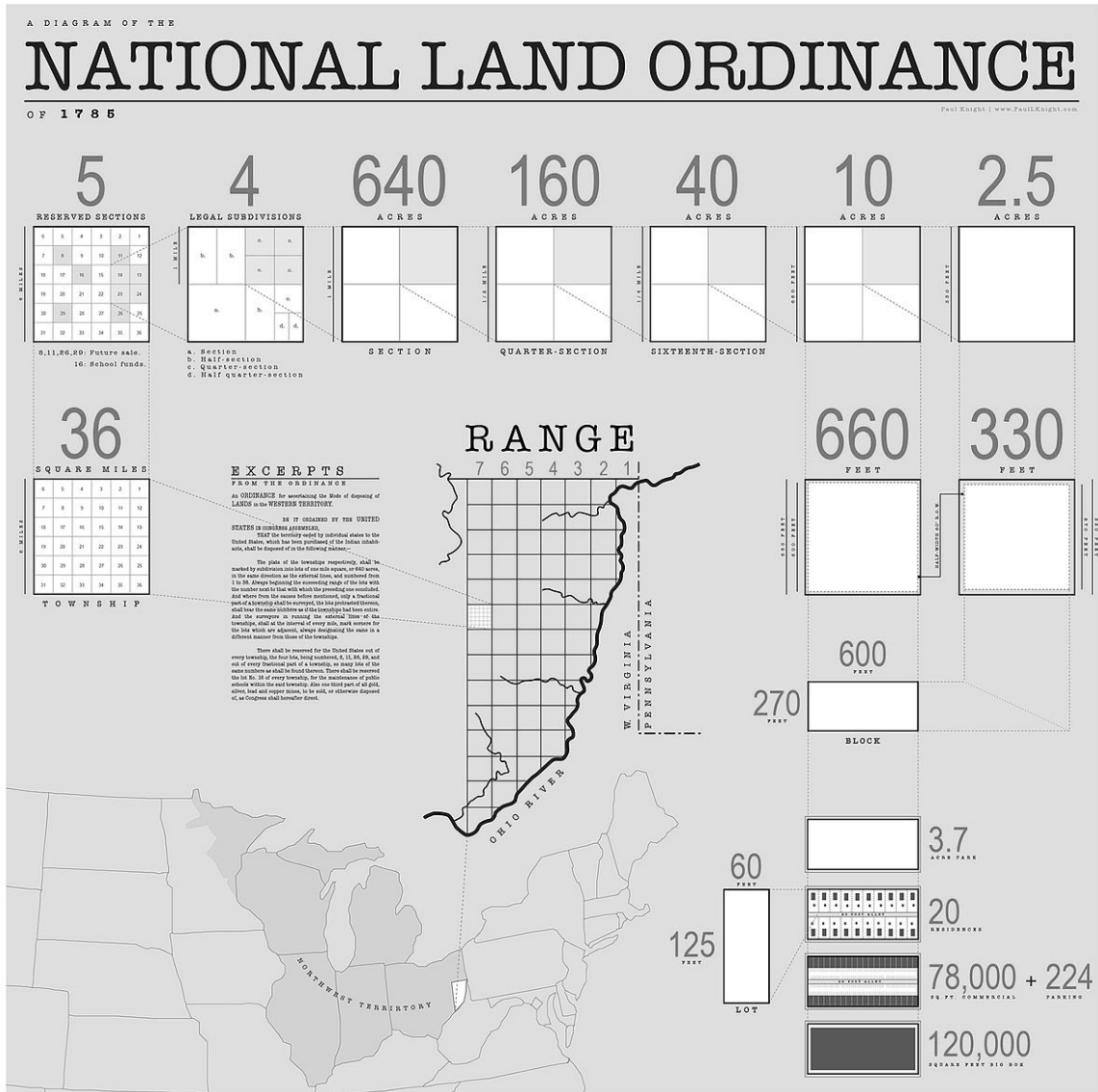


Figura 9 - Sistema de Land Ordinance

Representação do Território

Desde sempre que tem havido por parte do ser humano, uma grande sensibilidade no que diz respeito à forma territorial. Uma procura pela verdadeira representação da natureza, através de imagens, quadros, jardins, etc.

Com o renascimento, é evidenciada uma necessidade de conciliar as necessidades da produção e da “bela paisagem”(Corboz, 1983). Este facto é marcado por uma nascente de reprodução da natureza, seja ela reprodução artística ou física, como no caso do jardim Inglês, onde era fingida uma natureza selvagem, apesar de que todos os detalhes deste fossem calculados, até última folha.

Sobre o jardim Inglês:

“Ele é sempre o resultado da manipulação e da reunião no espaço de um certo número de produtos naturais selecionados, com vista a suscitar diversos efeitos de natureza filosófica no homem cultivado que nele se empenha.” (Corboz, 1983)

Nos últimos dois séculos do antigo regime, foram desenvolvidas duas relações possíveis com a forma do território, que foram privilegiadas pelos contemporâneos da revolução industrial: O mapa e a paisagem natural como objeto de contemplação. Na primeira, o território apresenta-se como um

objeto, que é estudado e que suporta o crescimento das ciências, sendo explorado pelo ser humano. A segunda tem um olhar diferente sobre o território, uma vez que o utiliza como um instrumento de enriquecimento da alma humana, ou seja, aqui este desempenha o papel de sujeito, como “um ser místico que mantém um incessante diálogo com os homens”. (Corboz, 1983, pág. 846)

Há uma dualidade aliada ao conceito de território, entre a razão e o sentimento. Existem os que trabalham com o território no sentido de ganhar uma maior clarividência sobre o mesmo, tendo sobre ele mais poder e os que procuram estabelecer uma relação de comunicação recíproca com a Natureza.

Corboz refere que a antiguidade conheceu mapas muito semelhantes aos que consultamos hoje em dia e que estes eram elementos essenciais para permitir a gestão do mundo romanizado, uma vez que eram “abreviações adequadas de uma dada superfície terrestre” e dá como exemplo a tábua de Peutinger (figura 11), que representava o itinerário do império Romano, no qual Roma se apresenta como o centro do mundo.



Figura 10 - Pintura de Claude Lorrain inspirada na paisagem do jardim Inglês



Figura 11 - Tábua de Peutinger, século XIII (cópia feita a partir de um original romano do séc. IV)

O autor escreve sobre a imprescindibilidade de um mapa na procura do domínio e compreensão sobre um dado território, uma vez que um mapa “sendo uma redução do real nas suas dimensões e nas suas componentes, (...) contém, portanto, as relações originais dos elementos retidos”. (Corboz, 1983)

É importante referir, no entanto que por mais real que seja a representação do território num mapa, este nunca deixa de ser aquilo que é, uma abstração da realidade. O território contém muito mais do que aquilo que pode ser representado num papel. Ao mapa irá sempre faltar aquilo que caracteriza de facto o território: “a sua extensão, a sua espessura e a sua perpétua metamorfose”. (Corboz, 1983, pág. 847)

O mapa representa uma situação genérica e não tem em conta fenómenos fundamentais como as estações do ano, a população que ocupa o território, os conflitos da mesma, os mitos, a vivência ou as atividades nele desempenhadas. Estes são elementos fundamentais na compreensão da relação entre um dado território e a população que o ocupa. No entanto, a representação do território, significa já um alcance sobre o mesmo, um domínio geral das suas características principais e Corboz afirma que esta representação “não é um decalque, mas sempre uma construção”.

O mapa acaba por ser um elemento semelhante ao território, na medida em que ambos são alvos

de um processo e representam um produto ou projeto. No entanto o autor reconhece que o mapa acaba por ser mais “puro” que o território, uma vez que obedece à vontade do seu autor.

Uma vez que o mapa representa uma realidade estática, Corboz afirma que é preciso desconfiar dele. Representa com a mesma seriedade o território efetivo, ao qual se refere, e o território não existente ou indefinido. Ambos parecem legítimos e não há forma de conseguir perceber qual dos dois está fielmente representado. Esta falta de legitimidade fez com que a Geografia fosse, “entre todas as disciplinas que cresceram no século XIX, (...) talvez a mais desprovida de ideologia”. (Corboz, 1983, pág. 847)

Começou por ser uma ciência que procurava descrever e representar o território com exatidão. No entanto, mais tarde, surge um apelo, por parte da filosofia, para que o ser humano não se limite simplesmente a interpretar o território, mas também a transformá-lo. Corboz faz referência à bíblia onde consta o ensinamento “Ide e sujeitai a terra à vossa vontade”, ao invés de ter um ensinamento que visasse uma relação de simbiose entre o ser humano e a natureza.

O mapa age como uma ferramenta que permite um domínio vertical sobre o território, semelhante àquele que apenas teriam os deuses, uma vez que para o ser humano, até então, estaria apenas disponível a paisagem, um elemento distante, sobre o qual não existe intervenção, onde se pode estar apenas num lugar de cada vez e que é observado horizontalmente. Há assim, uma “visão unilateral sobre o mundo”.

Olhar a Paisagem

Além deste olhar muito informado e conhecedor sobre a paisagem, há também, por um outro lado, uma apreciação meramente receptiva da mesma, um olhar sensorial e espiritual da natureza. Este não procura explicar os fenómenos inerentes à mesma, procura somente que haja uma perceção intensa deles, da “(...) passagem das estações, as epifanias da luz e a glória das cores, montanhas, rios, árvores e nuvens (...)”. (Corboz, 1983, pág. 848)

Esta relação com a natureza não se baseia somente naquilo que é visível. É uma abordagem flexível e não vai limitar e categorizar o território consoante a primeira impressão do seu utilizador, uma vez que este quer estar sujeito também às sensações transmitidas pelo ambiente em seu redor.

Com o Iluminismo, surge uma grande escola de seguidores que se propõem a analisar o território como um resultado de diversos processos, um objeto que representa uma realidade independente do seu observador. Corboz afirma então, que a geologia em construção, faz da paisagem, “o palco da história humana”. (Corboz, 1983, pág. 848)

Surge um grande interesse em viajar, manifestado pelas diferentes populações. O autor refere que estas viagens são ligeiramente diferentes daquelas que faziam os “aristocratas do Grande Tour”, uma vez que estes iam em busca de cultura e os primeiros queriam apenas sujeitar-se às sensações intrínsecas dos locais visitados. (Corboz, 1983)

Com esta crescente de interesse, surge a necessidade de criar uma rede de infraestruturas que possibilite a deslocação dos viajantes, uma vez que a presença de os mesmos requeria a existência de hotéis, caminhos de ferro e barcos a vapor. Estes equipamentos vieram facilitar a deslocação de passageiros e continuam a representar a “estrutura transportadora de regiões inteiras”. (Corboz, 1983, pág. 848)

Por esta altura, generaliza-se o conceito de miradouro. Um local em que a paisagem pode ser contemplada a baixo custo. Onde o homem tem uma posição de poder sobre a observação do território, alcançando um amplo domínio visual, a partir de um só local. O miradouro acaba por tornar a paisagem numa figura, onde a grandiosidade do território é posta em oposição ao tamanho quase insignificante do ser humano. Corboz afirma que “o miradouro é o contrário de lugar”. (Corboz, 1983, pág. 849) O miradouro é o local onde o indivíduo comum se pode colocar perante a natureza, com a mesma soberania que um elemento de uma família real o faria. Consegue ter o mesmo tipo de domínio visual e percepção sobre a mesma, mesmo que de forma momentânea.

Este grande entusiasmo em relação à contemplação da paisagem veio em consequência do fenómeno da mesma na pintura. Acompanhado pelo culminar da escola impressionista, a paisagem veio ser caracterizada como um elemento absoluto, na pintura. Certos locais altamente acidentados, vistos talvez como dificilmente alcançáveis, eram transformados em bonitos elementos de paisagem, constituintes de lindíssimos cenários, em pinturas como a montanha de Sainte-Victoire, de Paul Cézanne (figura 12).



Figura 12 - Montagne Sainte Victoire, de Paul Cézanne, 1904



Figura 13 - O plano utópico da construção de uma cúpula sobre Manhattan, Buckminster Fuller, 1960

As diferentes interpretações que o ser humano tem retirado da paisagem, ao longo dos anos, são muitas vezes consequências da vivência do homem citadino ou da industrialização gerada por uma cidade decomposta, sejam elas organizações de eventos ao ar livre, utilização da paisagem como atração ou como experiência espiritual. Como resultado, é apenas natural que existam tentativas de restituir o funcionamento orgânico da terra, voltando às “origens”, à natureza.

O autor refere um exemplo de um plano utópico, de Buckminster Fuller (figura 13), que propõe restabelecer a harmonia climática em Manhattan, através da construção de uma estufa gigante de plástico. Esta estufa tinha como objetivo regular a temperatura meteorológica e reduzir a poluição do ar. Esta ideia vinha, no entanto, entrar em grande contraste com os ideais dos ecologistas, que sonhavam com o retorno da “floresta primordial”, da natureza no seu estado puro e genérico e não tanto com a construção de elementos sobre a já saturada cidade.

Por muito diferentes que sejam estes ideais, é fácil compreender que ambos tinham, apesar de tudo, o mesmo objetivo final, aquilo que André Corboz descreve como: “reinstalar o paraíso sobre a terra”. (Corboz, 1983, pág. 849)

O autor fala ainda sobre o facto de que a percepção da paisagem que nasce em cada indivíduo, é muito diferente, uma vez que essa percepção estará aliada a inúmeras referências pessoais, analogias e sentimentos que tornarão a paisagem numa experiência diferente de pessoa para pessoa. A paisagem ganha um carácter diferente para cada um dos seus observadores e todos os visitantes “receberão do mesmo ponto de vista, paisagens incomparáveis entre si”. (Corboz, 1983, pág. 850) Desta forma, os ideais que cada um de nós tem sobre o território ou sobre a paisagem, variam consoante qual é a nossa experiência com ela e interpretação da mesma.

A escala do território

Como já foi referido anteriormente, a tecnologia desempenhou um grande papel na forma como o ser humano percebe o território como um todo e como, através dela, consegue obter um domínio sobre a representação do mesmo. A partir do momento que conseguimos obter um ponto de vista sobre o território, fornecido por um satélite, a oposição entre mapa e paisagem acaba por se desvanecer. O autor refere que o ser humano obteve o “olhar dos deuses”, uma vez que este tipo de perspectiva era associada apenas aos seres sobrenaturais, sendo algo inalcançável para os meros “mortais”.

Este tipo de tecnologia é vista como revolucionária, na medida em que permite que qualquer indivíduo, com ou sem fundos monetários, possa “viajar” instantaneamente para qualquer parte do globo. Com esta facilidade de transição momentânea entre locais, proporcionada pela revolução tecnológica, existem dois conceitos que são cruciais: tempo e espaço. A relação entre os dois altera-se por completo. Ao viajar de avião, por exemplo, o nosso corpo adapta-se a uma compressão espaço-temporal imposta pelo deslocamento aéreo de grande distância. Ou seja, a medida que em tempos esteve associada com o tempo que demoraria a percorrer uma certa distância, é neste momento completamente alterada, tornando-se subjetiva.

O mesmo acontece com as autoestradas, onde o sujeito percorre com facilidade uma grande quantidade de espaço, numa pequena quantidade de tempo. Corboz descreve esta realidade, escrevendo que “o presente que reina no veículo relaciona-se com pontos muito longínquos, situados numa rede cuja escala não tem nada em comum com as regiões de travessia”. (Corboz, 1983, pág. 850) Cria-se assim uma sobreposição de duas realidades opostas, na medida em que a rede de autoestradas, em nada se relaciona com o que se passa paralelamente à mesma, nas pequenas regiões circundantes. No caso de um helicóptero, uma vez que não é possível de representá-lo a si ou à sua trajetória, existe uma maior liberdade de relação entre espaços e vem alterar a escala presente na utilização do automóvel.

Território como Palimpsesto

No início da década de 1970, surge um grande interesse pelo estudo dos povoamentos humanos e o seu crescimento. Após uma época de grande foco na ideologia do movimento e mutação, onde o território foi tido como um local desprovido de permanência, é demonstrado um entusiasmo pelo entendimento do desenvolvimento das cidades. Estas passam a ser objeto de estudos muito minuciosos sobre o seu tecido, etapas de formação e de desenvolvimento. (Corboz, 1983)

Nesta altura, há um empenho por parte dos investigadores no campo da arquitetura, para decifrar e entender a relação complexa entre o território e as construções erguidas sobre o mesmo. Estas investigações motivaram a reanálise de inteiras povoações e de documentos antigos, procurando desvendar as conexões entre caminhos e o estrato geológico, dando significado a diversos projetos, tanto os construídos como os que nunca chegaram a ser realizados. (Corboz, 1983)

Com esta análise, dá-se uma mudança radical na interpretação que tinha sido feita até então sobre variados locais. Através de pistas ainda visíveis de outros tempos, foi possível haver um entendimento da formação dos solos e de aluviais, onde se fixaram diversos povoamentos humanos.

Consequentemente, através destas novas elucidações sobre o território, muitos urbanistas começam a utilizar estes “instrumentos” como a base das suas intervenções. Até aqui e durante dois séculos, as ações de intervenção e gestão territoriais, baseavam-se num processo de tabula rasa. Por fim, surge uma diferente interpretação do conceito de território, como o resultado de um longo e lento processo de estratificação. Esta mentalidade vem atribuir ao mesmo, uma densidade e espessura que passa a ser utilizada como a base do seu conhecimento e entendimento e que tinha, até então, sido esquecida. (Corboz, 1983)

O autor reforça a ideia de que a consideração atenta a estas pistas, não tem como objetivo tratar estes elementos como museológicos, cercando-os e tentando dar-lhes algum tipo de dignidade, mas antes utilizá-los como instrumentos e pontos de apoio. Todos os acidentes do território passam a ter significado na compreensão da instalação do homem em diversas regiões. Corboz escreve que ao conseguirmos compreendê-los, estamos a dar-nos a nós próprios, a oportunidade de realizar uma intervenção mais inteligente. (Corboz, 1983)

Ao falarmos sobre o território, o conceito de estratificação pode não ser adequado, uma vez que certas camadas do mesmo têm pouca espessura, ou seja pouca informação. Em certos casos, algumas são mesmo suprimidas, dando lugar a novas camadas, ou seja, intervenções. Desta forma, podemos dizer que o território se assemelha seriamente a um palimpsesto, onde as escrituras são apagadas para dar lugar a novas.

Esta supressão de certas camadas é um processo natural na evolução do território. Acaba por fazer parte desse processo, uma vez que para dar lugar a novos equipamentos ou a outras formas de gestão territorial, acaba por ser inevitável que se dê uma mudança irreversível na sua génese. No entanto, o cenário ideal é que se conservem estes sinais do passado como diretrizes para gerações futuras,

para que possam ser utilizados como instrumentos em futuras intervenções. Devido ao carácter único de cada território, é apenas natural que haja uma necessidade de reutilização do mesmo, de geração para geração, transformando cada local para que este responda o melhor possível às necessidades do quotidiano da população em questão. Cada geração, deverá, no entanto, tentar tirar o maior partido do território, sem que comprometa a usufruto de gerações futuras.

Corboz refere-se ao início do texto, constatando que tal como foi dito anteriormente, a cidade não pode agir como a base de fundamento das nossas intervenções, mas sim o fundo territorial, onde a própria cidade se deve apoiar. (Corboz, 1983, pág. 852)

“O território estende-se além, diferindo sempre daquilo que eu sei dele, perceciono dele, vejo dele.” (Corboz, 1983, pág. 852)

*“O território, completamente sobrecarregado
como está de vestígios e leituras passadas forçadas,
assemelha-se mais a um palimpsesto.”*

(Corboz, 1983, pág. 851)

2. METAMORFOSE TEMPORAL

2.1 VILA NOVA DA RAINHA

Situada na planície aluvial do Tejo, a freguesia de Vila Nova da Rainha, que se localiza a noroeste da cidade de Lisboa e pertencente ao mesmo distrito, é uma freguesia pertencente ao concelho da Azambuja. Ao todo, a freguesia estende-se por uma área de 24,9 km², tendo ao seu abrigo 926 habitantes. (DGT, 2018)

É considerada como o berço da aviação Portuguesa, devido ao funcionamento, entre os anos 1915 e 1920, da escola de aeronáutica militar, construída no contexto da primeira grande guerra entre 1914 e 1918. (Pereira, 2018)

Vila Nova da Rainha é detentora de uma grande densidade histórica, tendo sido referenciada pela primeira vez no ano de 1232, num documento com o nome “Estudos da Expansão Portuguesa no Mundo”. (Pelúcia, 2018) Sofreu diversas transformações ao longo da sua existência, tendo agido como cenário para diversos acontecimentos históricos de extrema importância.



Figura 14 – Freguesia de Vila Nova da Rainha, assinalada a vermelho, pertencente ao concelho da Azambuja (imagem orientada a norte)



Figura 15 – Vila Nova da Rainha, núcleo urbano principal assinalado a vermelha



Figura 16 – Imagem aérea de Vila Nova da Rainha, 2015, fotografia de Duarte Fernandes Pinto

Época Romana

Uma das presenças mais antigas registadas desta vila, prende-se com os vestígios romanos existentes em Portugal, uma vez que Vila Nova da Rainha se localiza como ponto de paragem ao longo de uma grande via que faria uma ligação direta entre as cidades de Santarém e Lisboa (figura 17). Esta via fazia parte de e estabelecia uma ligação direta com o longo itinerário do período romano entre Braga e Lisboa. Acredita-se que este itinerário era constituído por diferentes troços que seriam utilizados em ocasiões diferentes. (Costa, 2010)

“A estrada entre Lisboa e Braga era, na realidade, um grande itinerário, constituído por vários troços com características pouco uniformes e que tinham como ponto inicial as várias mansiones correspondentes a cidades com estatuto romano e jurisdição territorial.” Vasco Mantas (Costa, 2010, pág. 92)

Um destes troços, (assinalado na figura x a amarelo) que se pensa ter sido aquele que faria a ligação mais rápida entre Olissipo (Lisboa) e Scallabis (Santarém), era feito junto ao rio, passando por Castanheira do Ribatejo, pela ponte da Marinha, que se pensa também ter origens romanas, continua por Casal do Mouchão, onde foram encontrados também vários materiais romanos e por Aposento. Este foi o traçado que deu origem à estrada que hoje em dia conhecemos como Estrada Nacional 3. Seguindo por

traçado que se encontra sobrelevado em relação ao território envolvente, chega a Vila Nova da Rainha, passando pela ponte que é designada como “ponte de Villa Nova”, da qual existem registos no ano de 1747. A partir deste ponto, segue para norte, para a Azambuja até Santarém. (Costa, 2010) O percurso que conecta a ponte da Marinha e a ponte de Vila Nova da Rainha é construído segundo uma técnica muito célebre no período romano, que consistia em elevar o solo em relação ao terreno envolvente, de modo a proteger o caminho das eventuais inundações, (figura 18) devido à sua proximidade com a beira rio. Esta técnica de construção é denominada de “construção em agger”. (Costa, 2010)

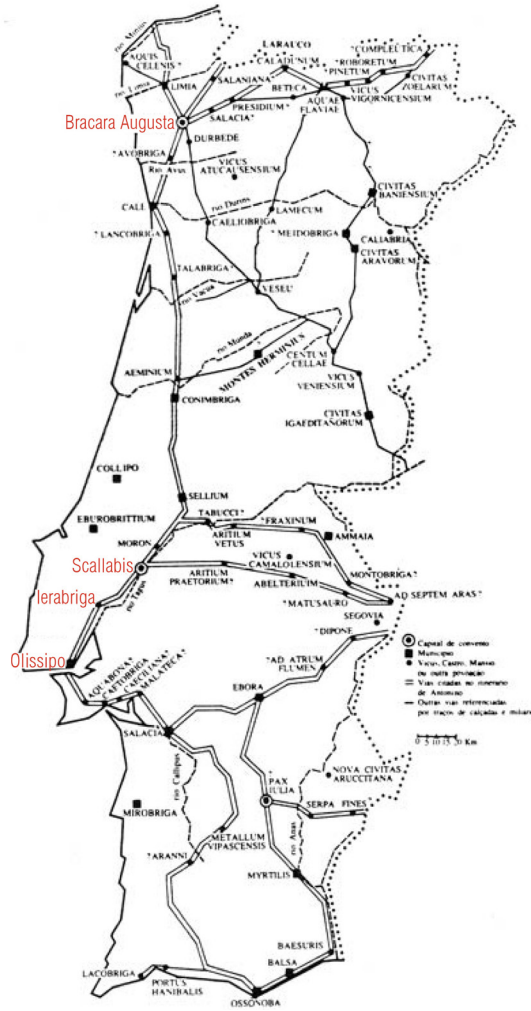


Figura 17 – Mapa de Povoações e vias de Portugal durante o Império Romano (séculos I a. C. e V d. C.), 1191, José Manuel Garcia

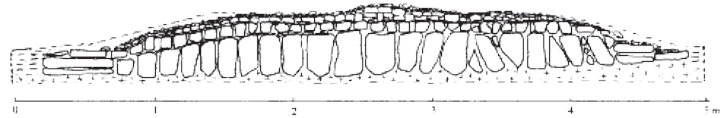


Figura 18 – Secção de uma estrada de construção em “agger”



Figura 19 – Itinerários romanos (imagem orientada a norte)

Outro destes troços, (assinalado na figura a azul) que possibilitava também o acesso entre Lisboa e Santarém, que se pensa ter sido o trajeto principal, é um percurso que passa por Paredes, localidade em Alenquer, onde se pensa que se tenha localizado *Ierabriga*, um aglomerado urbano de origem romana. Este não teria ligação direta a Vila Nova da Rainha, no entanto existe entre Alenquer e a vila, um traçado muito antigo que parece corresponder a um *deverticulum* (apêndice) da época romana. Este caminho é hoje em dia conhecido como a Estrada da Várzea (assinalada na figura 19 a vermelho)

e faz num percurso de cota e junto ao rio de Alenquer, uma ligação desde a vila de Alenquer até ao rio Tejo, passando por Vila Nova da Rainha. (Costa, 2010)

A ligação entre Vila Nova da Rainha e a estrada da estrada da várzea, que por sua vez permite a ligação com a vila de Alenquer, é assegurada, nesta altura, pela existência de três pontes, (figura 20) intituladas de pontes de São Bartolomeu, que apresentam uma estrutura em dois arcos. (Pereira, 2018) Estas já terão sido intervencionadas na época moderna, perdendo as eventuais características do seu período de origem. (Costa, 2010)

Acredita-se que esta estrada, em tempos teve como função facilitar o acesso ao rio Tejo para os habitantes

da vila de Alenquer, uma vez que era através do transporte fluvial que chegavam as principais mercadorias das maiores cidades. Tais mercadorias faziam-se chegar através de um porto, que existiu até ao século XVIII, localizado à margem do rio Tejo, junto a Vila Nova da Rainha. (Costa, 2010)



Figura 20 – Pontes de S. Bartolomeu



Figura 21 – Ponte 1



Figura 22 – Pontes 2



Figura 23 – Vestígios da presença de uma cidade romana, que se pensa ter sido Ierabriga, junto à Vila de Alenquer, 2017, fotografia de Mariana Brito

Época Idade Média

Devido ao seu estabelecimento com uma posição estratégica no território Português, Vila Nova da Rainha continua a ser palco de acontecimentos de extrema importância ao longo do tempo, tendo desempenhado especialmente, um papel importante junto da família real portuguesa, sendo uma das vilas portuguesas senhoreadas pela Casa das Rainhas de Portugal. (Pereira, 2018)

D. Fernando I, que se apaixonou por esta vila, concede aos seus moradores, em 1375, a carta de privilégio, concedendo-lhes jurisdição e termo próprio. (Sousa, 1993) No dia 3 de Fevereiro de 1376, o rei eleva o estatuto desta povoação a qualidade de vila, concedendo-lhe independência do concelho de Alenquer. (Pelúcia, 2018) No mesmo ano, a 15 de Agosto de 1376 celebra-se na igreja de Santa Marta, igreja matriz de Vila Nova da Rainha, o casamento de D. Nuno Álvares Pereira e de D. Leonor de Alvim. A razão por detrás da escolha deste local para a celebração do matrimónio, prendeu-se com o facto da corte estar ali instalada. (Pelúcia, 2018)

No ano de 1376, D. Fernando I que ainda se encontra instalado em Vila Nova da Rainha, emite a partir dela uma “Carta de Provisão” sobre o comércio de produtos na cidade de Lisboa e o instrumento de “Doação das Ilhas do Arquipélago das Canárias”

a Lançarote da França. A estadia do monarca na vila não é algo surpreendente, uma vez que na altura, o rei de Portugal tinha o direito que visitar todo o reino, podendo instalar-se onde entendesse. Ou seja, as populações tinham como obrigação, acolher a corte, caso esta assim o decidisse, providenciando os meios necessários, como roupa, alimentação, animais, palha, lenha, etc. No entanto as viagens da corte estavam ligeiramente limitadas à rede viária existente no país até à data, que era quase na sua totalidade, herdada do período romano. (Pelúcia, 2018)

Esta rede *“fazia a ligação entre os centros urbanos mais pujantes em termos demográficos, económicos e culturais. O mesmo é dizer que os circuitos mais trilhados eram os que davam acesso a Lisboa, Coimbra, Évora e Santarém.”* (Pelúcia, 2018)

A relação afetiva que o rei tinha com esta vila, fez com que esta ganhasse um interesse junto do exército de Castela, que no contexto da terceira guerra Fernandina, a arrasou completamente, incendiando-a, no ano de 1382, deixando-a quase completamente destruída à exceção da igreja, que ficou a salvo. (Sousa, 1993) Após esta desgraça, no ano de 1383, a rainha D. Leonor de Teles, manda reintegrar a vila no concelho de Alenquer, perdendo assim a autonomia e a categoria de concelho, mantendo-se assim desde esta data, até ao ano de 1855, em que a localidade foi acolhida pelo concelho da Azambuja. (Pereira, 2018)

Foi sobretudo sobre o itinerário romano de Olissipo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga), que se consolidou a rede de estradas medievais. Até ao aparecimento do serviço da mala-posta, na segunda metade do século XVIII, as deslocações pelo país eram feitas a pé, através da ajuda de animais, ou por via marítima ou fluvial. Esta última estava estabelecida como o principal meio de transporte e era através dela

que viajavam aqueles que pretendiam deslocar-se para longe, tendo os meios para o fazer. Este cenário manteve-se constante, até ao aparecimento do comboio. Dificilmente se encontravam estradas pelas quais pudessem circular carruagens de forma tranquila. (Lourenço, 2010)

Em 1780, com a chegada de D. Maria I ao trono, começa-se a assistir a um conjunto de ações e obras, que diziam respeito à construção de diversas estradas e pontes, mais especificamente o projeto para a estrada que ia de Lisboa a Coimbra, que só ficaria pronta, 18 anos depois, em 1798, tendo sido inaugurado, no dia 6 de Setembro, “um serviço de diligências entre as duas cidades”. (Lourenço, 2010)

“(...) [durante] quase dois séculos – de 1520 a 1970 – parece que o transporte de correio em Portugal se efetuou unicamente a pé e a cavalo, pois não conhecemos documento em que se faça referência à utilização de carros para o efeito, como acontecia noutros países da Europa.”

Godofredo Ferreira em (Lourenço, 2010, pág. 112)

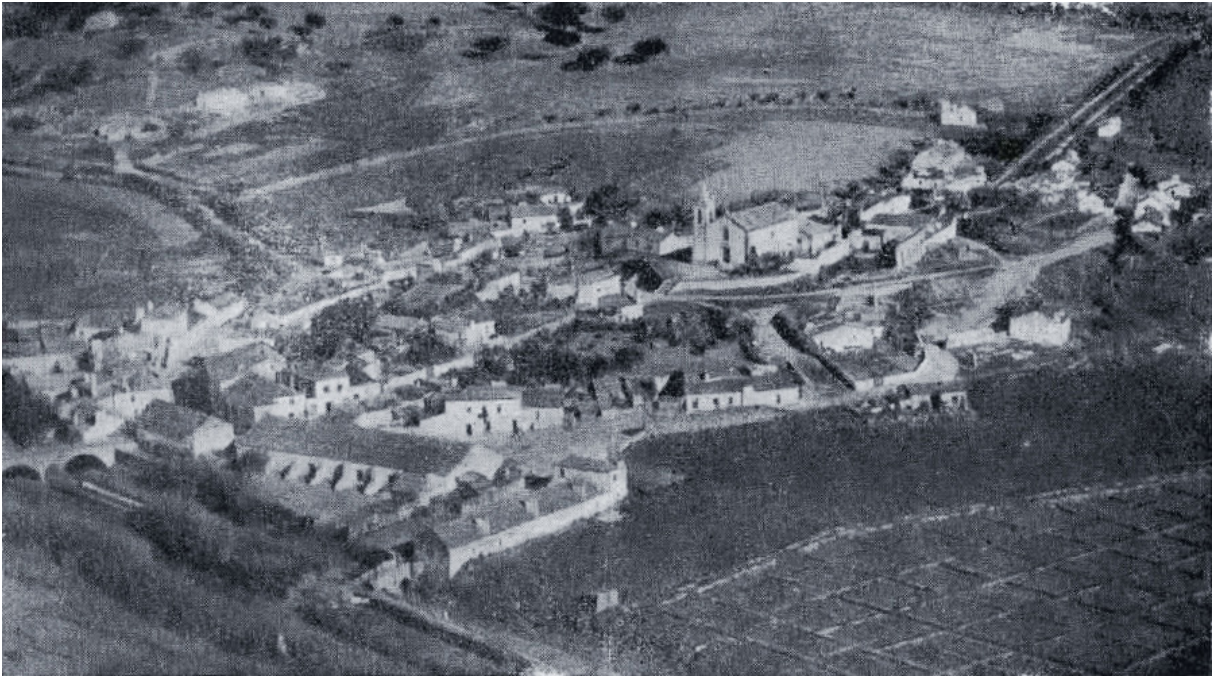


Figura 24 – Imagem aérea de Vila Nova da Rainha, 1950, fotografia de autor desconhecido

Em 1780, com a chegada de D. Maria I ao trono, começa-se a assistir a um conjunto de ações e obras, que diziam respeito à construção de diversas estradas e pontes, mais especificamente o projeto para a estrada que ia de Lisboa a Coimbra, que só ficaria pronta, 18 anos depois, em 1798, tendo sido inaugurado, no dia 6 de Setembro, “um serviço de diligências entre as duas cidades”. (Lourenço, 2010)

No dia 14 de Outubro de 1820, dá-se a entrada triunfal do barco movido a vapor no rio Tejo, dando início a um percurso para o porto de Vila Nova da Rainha, a partir de Lisboa. Este barco, batizado “Duque de Palmela”, já fazia, no ano de 1825, viagens trissemanais até ao porto de Vila Nova da Rainha, porto esse que facilitava a articulação com as diligências. (Lourenço, 2010)

Analisando os registos referentes à história de Vila Nova da Rainha, podemos encontrar diversas referências a um porto fluvial, existente junto à vila, fazendo o acesso entre esta e o rio Tejo. Em 1845, D. Maria II é recebida no cais de Vila Nova da Rainha, onde pernoita no barco a vapor “Terceira”, na viagem que a levará a Tomar (Sousa, 1993). E é também feita uma referência a este cais no livro de Almeida Garrett, “As viagens na minha Terra”, onde o autor descreve a sua viagem desde que embarca no “vapor de Vila Nova” no Terreiro do Paço, até à sua chegada ao porto de Vila Nova da Rainha.

“Somos chegados ao triste desembarcadouro de Vila Nova da Rainha, que é o mais feio pedaço de terra aluvial em que ainda poisei os pés.” (Garrett, 1846)

Até à chegada do comboio, este porto fluvial terá servido como o porto principal da Vila de Alenquer. Frei Nicolau de Oliveira, na sua obra “Livro das Grandezas de Lisboa”, terá feito uma apresentação dos diferentes portos localizados ao longo do rio Tejo, caracterizando o de Vila Nova da Rainha com uma interessante posição intermédia, “evidenciando razoável movimento”. (Lourenço, 2010)

Por volta desta época o porto de Vila Nova da Rainha é referenciado como sendo um dos mais importantes para o abastecimento da cidade de Lisboa:

“[Alenquer] não tendo por parte do Tejo mais vizinhos que as suas águas livres, por onde frequentemente os barcos de Vila Nova da Rainha, seu porto término, levam à dita cidade muitos mantimentos, e outras coisas necessárias, podendo levar tudo a bordo das Armadas de sua majestade sem impedimento algum em menos de cinco ou seis horas.”

Relacion de la antigüedad, y particularidades de la noble villa de Alanquer, [S.l.: s.n.], 1625, p. 2. em (Lourenço, 2010)

Em 1856, com a chegada do caminho de ferro, Vila Nova da Rainha perde importância, enquanto que a Vala do Carregado a ganha. Devido à ascendente utilização da linha de comboio, o acesso à frente ribeirinha torna-se mais dificultado, não só para as pessoas que trabalham nos campos agrícolas, como vem também dificultar a chegada de mercadorias à vila, a partir do acesso fluvial, fazendo com que este deixe de ser o seu principal meio de transporte. Este manteve-se ativo durante algumas dezenas de anos, até ao seu gradual desaparecimento na segunda metade do século XX. (Lourenço, 2010)

Esta ligação com o rio Tejo prendia-se com a importância do mesmo como um elemento estruturante da vida das populações que habitavam as zonas ribeirinhas. Este servia não só como meio de transporte de pessoas e de mercadorias, como também como um meio de sobrevivência, devido aos seus recursos alimentícios e fertilizantes dos terrenos agrícolas que a ele ficam adjacentes. (Lourenço, 2010)



Figura 25 – Linha Ferrviaria do Norte, junto a Vila Nova da Rainha

Atualidade

Vila Nova da Rainha prevaleceu durante várias décadas como uma localidade autónoma e densa, com uma grande ligação ao rio e à cultura agrícola potenciada por ele, tendo fornecido atividade laboral a muitos dos seus agora idosos habitantes.

Torna-se, em 1916, o berço da aviação portuguesa, albergando a primeira escola aeronáutica do país, que funcionou até ao ano de 1920. (Pereira, 2018) Tendo-se mudado posteriormente para a Granja do Marquês, em Sintra. A escola estava localizada perto da linha ferroviária, junto ao apeadeiro de Vila Nova da Rainha. (figura 26) O edifício principal, o quartel, ainda existe nos dias de hoje.

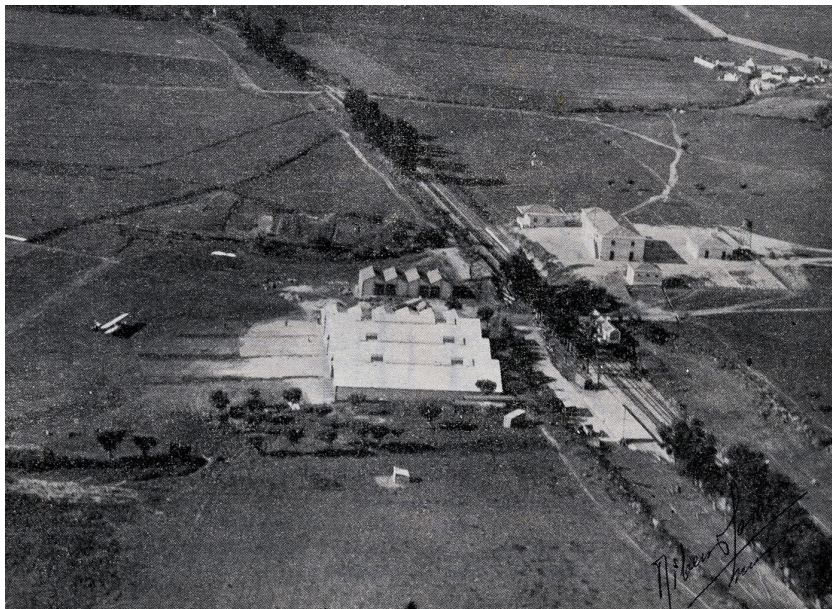


Figura 26 – Fotografia aérea da escola aeronáutica de Vila Nova da Rainha, 1917, fotografia de autor desconhecido

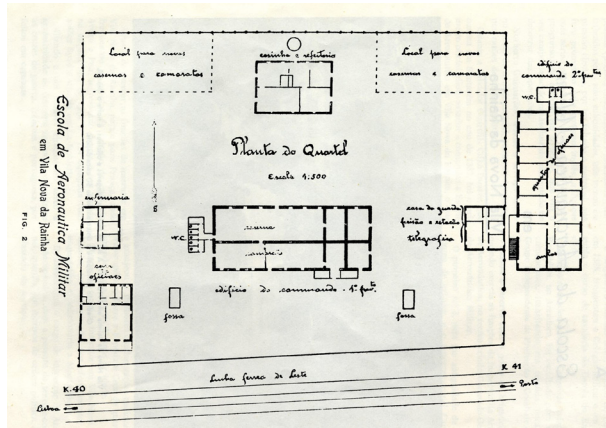


Figura 27 –Planta da escola de aeronáutica de Vila Nova da Rainha

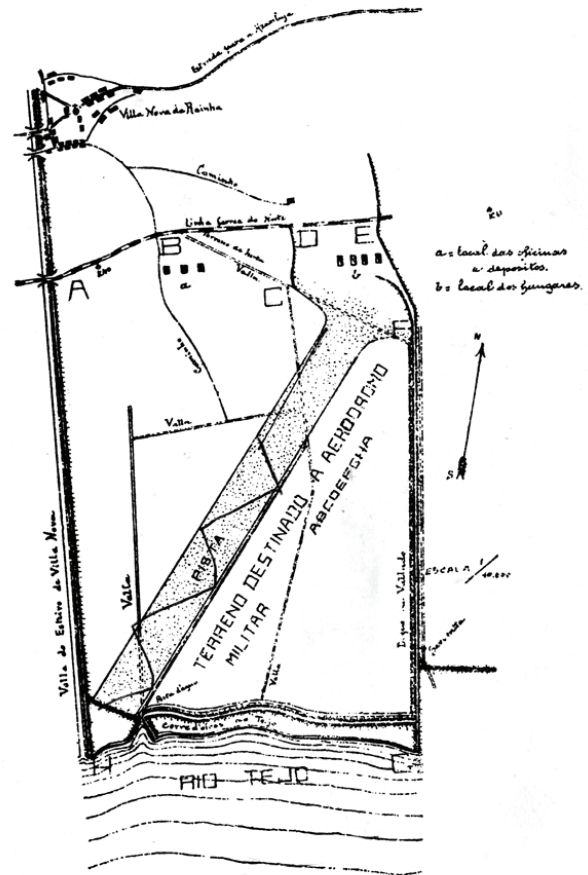


Figura 28 –Planta de implantação da escola aeronáutica de Vila Nova da Rainha

Entre os anos 1940 e 1950, a Vila sofreu gravemente com a construção de um viaduto da estrada nacional 3, que através do seu posicionamento dividiu a vila em duas partes, resultando num bloqueio dos trajetos secundários que eram feitos por entre a vila. Este viaduto é construído numa cota superior à da vila, sobrepondo-se sobre a mesma através de uma escala que não parece corresponder à da envolvente.

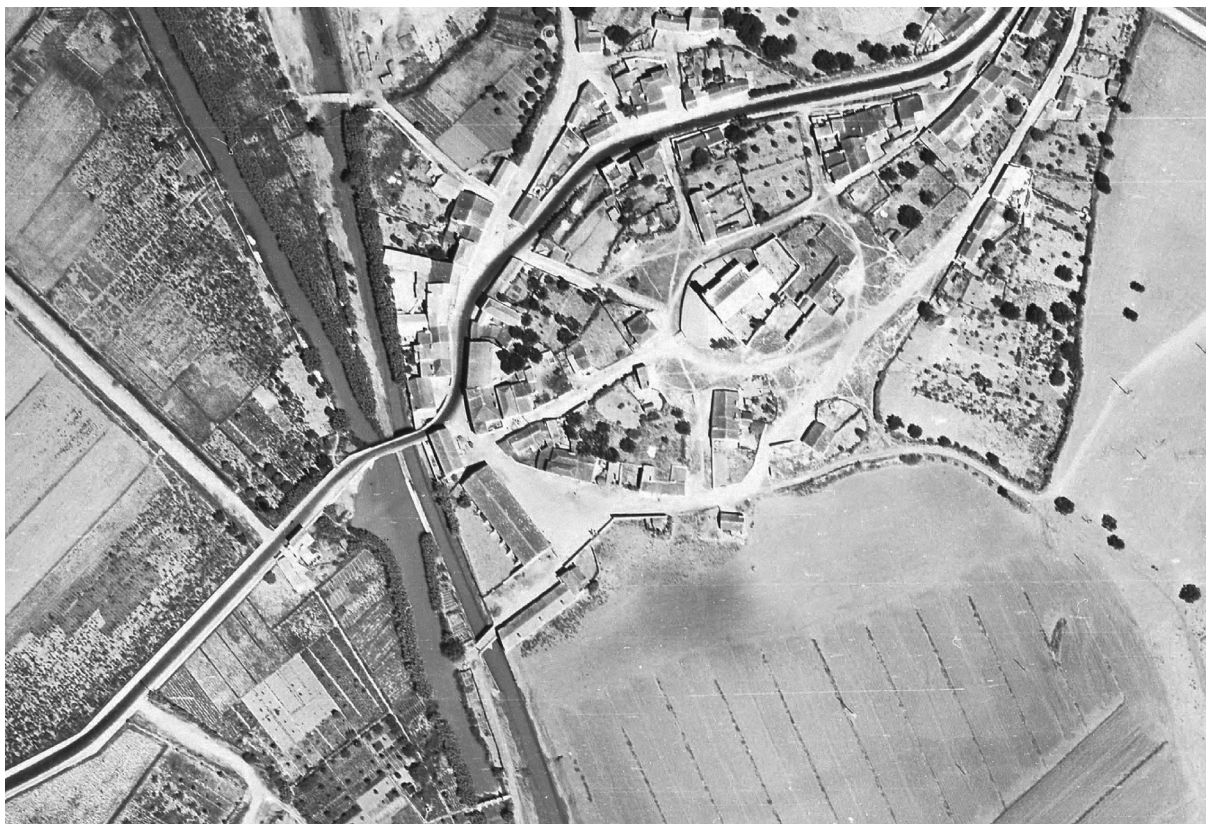


Figura 29 – Fotografia aérea, Vila Nova da Rainha, 1948, Direção Geral do Território

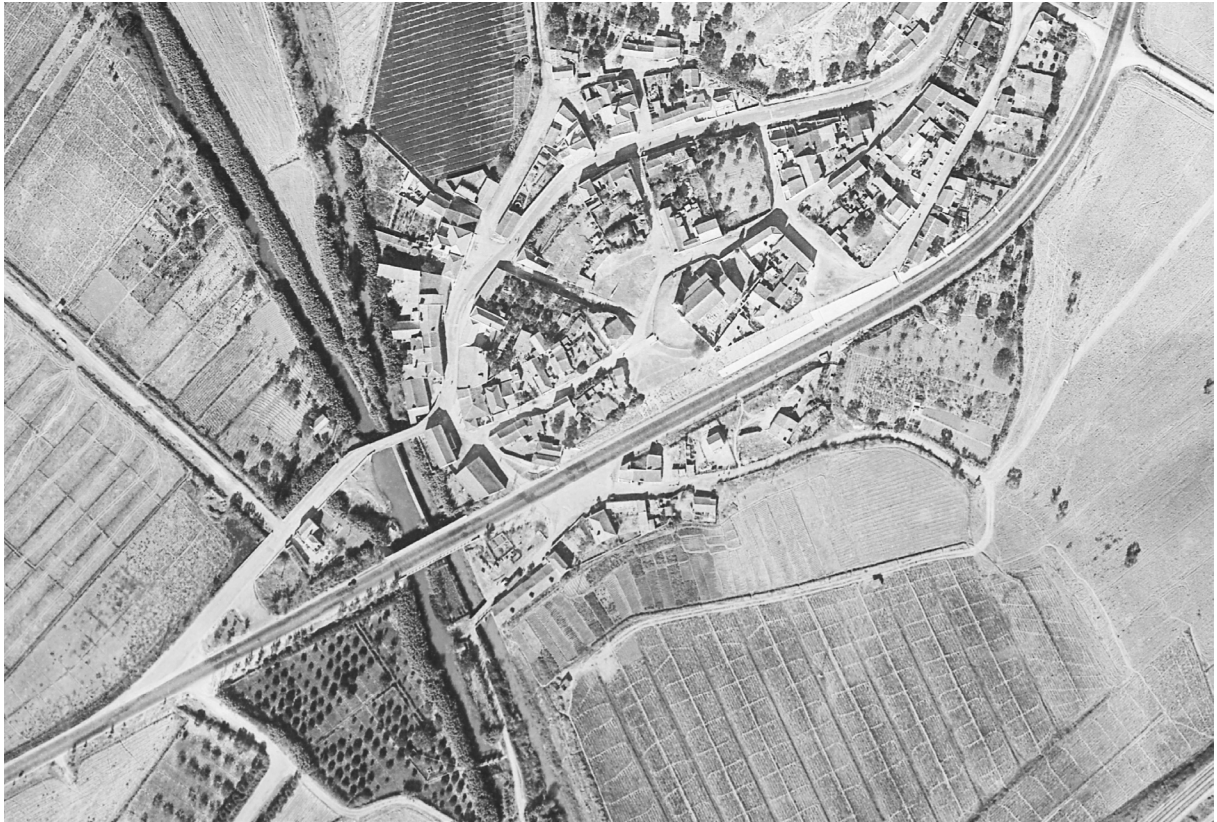


Figura 30 – Fotografia aérea, Vila Nova da Rainha, 1958, Direção Geral do Território

Devido à posição que ocupa, junto da lezíria do Tejo, enquadra-se numa paisagem característica, onde predomina uma fauna e flora particular. São várias as espécies de aves que se desenvolvem neste tipo de habitat, o que faz com que este tipo de paisagem seja a indicada para a atividade de observação de aves. Outra das espécies animais características deste local são os cavalos selvagens, que se deslocam em grupos e pastam livremente ao longo dos campos, servindo como um ponto de atração para os passeios turísticos que são feitos nestas zonas.



Figura 31 – Fauna e flora, características da zona da Lezíria



Figura 32 – Fauna e flora, características da zona da Lezíria

Vila Nova da Rainha faz também parte de um grande percurso, intitulado “Caminho do Tejo”, que com 149 km de comprimento, faz a ligação entre Lisboa e Fátima. A vila está integrada no itinerário como ponto de paragem, proporcionando auxílio aos peregrinos através do fornecimento de comida, locais de merenda, postos médicos e instalações para pernoitar. O número de peregrinos que percorrem este caminho é surpreendente, tendo chegado a 37.000 no ano 2017, o que faz com que esta seja uma das formas mais comuns de trazer visitantes à freguesia de Vila Nova da Rainha.



Figura 33 – Caminho do Tejo, de Lisboa a Fátima, assinalado a vermelho

Atualmente Vila Nova da Rainha, é uma pequena vila que se encontra junto à estrada nacional 3. É evidente o efeito que esta estrada teve na topografia desta vila, outrora possuidora de uma grande importância.



Figura 34 – Imagem aérea de Vila Nova da Rainha, 2015, fotografia de Duarte Fernandes Pinto

“Hoje corre-lhe em paralelo o altaneiro viaduto da EN 3. Se no plano altimétrico esta obra de arte da década de 1960 quase esmaga a escala menor das suas funcionais congéneres, não fica esmagada na “Herança Comum” das gerações de viandantes, almocreves e peregrinos que as usaram durante séculos. Pelo contrário, hoje são, uma imagem forte na paisagem e nas imagens fotográficas únicas que propiciam.”

(Pereira, 2018)

2.2 UM QUILÓMETRO QUADRADO: O NÓ DA ESTRADA NACIONAL 3

Neste trabalho pretende-se fazer uma análise fora do comum, em que o território de Vila Nova da Rainha é reduzido a um quilómetro quadrado (km²) onde tudo acontece, onde convergem todos os antagonismos que deram origem a este lugar. Neste sentido, através desta análise podemos tentar relacionar a importância dos diversos elementos que compõem este “universo” entendendo o que eles representam e de que forma influenciaram os restantes componentes do mesmo lugar.

Vila Nova da Rainha é um elemento participante de diferentes redes que funcionam a diferentes escalas físicas e temporais. Estas compõem e determinam a sua existência no território a nível mundial e materializam-se em infraestruturas que se estendem ao longo do território que ao convergir, dão origem a diversos nós, correspondendo geralmente aos sítios onde se desempenham as grandes ações entre as comunidades. A própria forma como se desenvolveu o lugar de Vila Nova da Rainha pode estar relacionada com uma destas interseções de diferentes infraestruturas, um nó que se gerou a partir delas.

Este “nó” em particular, é composto por diferentes camadas de tempo. Neste quilómetro quadrado conseguimos encontrar tudo aquilo que precisamos de saber sobre os elementos que compõem e geraram Vila Nova da Rainha. Numa área de pequena escala, converge um conjunto de informação que pertence a uma grande escala. Dentro deste km² estará não só a intervenção cirúrgica do largo da pequena Vila Nova da Rainha, mas está também o mundo inteiro, está o império Romano, está o curso da água, a relação deste com a espinha dorsal que é o Rio Tejo, está a história da família real Portuguesa que ali se instalou, está a chegada de Almeida Garrett, que em comparação com a escala mundial pode ser insignificante.



Figura 35 – Quilómetro quadrado que abrange as diferentes camadas temporais de Vila Nova da Rainha

João Nunes, um ilustre arquiteto paisagista, teoriza sobre os nós que são gerados através das intersecções que se geram entre infraestruturas. Explica que são determinantes na constituição da malha urbana de um sítio. Estes são gerados pelo território e pela sua constituição genérica, mas mais tarde são traçados efetivamente através da intersecção das diferentes redes existentes no mesmo, gerando pontos de interesse e lugares de uso público. Estes “nós” articulam as redes entre si, interligando diferentes territórios, gerando consequentemente diferentes tipos de espaços. Estes espaços, para além de serem pontos de interligação entre territórios, passam a ser espaços independentes por si só, de atração, que reúnem pessoas. (Nunes, 2010) Como é o caso do largo de Vila Nova da Rainha, que a partir dos traçados genéricos determinados pelo território e pelos usos que as diferentes sociedades fizeram dele, geraram este espaço de reunião de pessoas, junto ao rio de Alenquer, num caminho que vai “desaguar” no rio Tejo.

Numa tentativa de fazer uma analogia entre escalas, surge o pequeno filme, “Powers of ten” do atelier Eames, do ano 1977, como uma obra que confronta a noção de dimensão relativa das diferentes realidades das quais fazemos parte.

Os autores nesta obra colocam em perspectiva o tamanho dos diferentes componentes do universo,

confrontando-os sequencialmente. O vídeo começa por se apresentar como “um filme que lida com o tamanho relativo das coisas no universo”. Também em Vila Nova da Rainha, conseguimos pôr em perspectiva a importância dos seus componentes perante a tamanha imensidão do universo. Enquanto que numa perspectiva alargada estes possam parecer insignificantes, num espaço de 1000 metros por 1000 metros, encontramos todos os traçados geradores daquilo que é uma Vila, que ocupou um lugar importante em diferentes espaços temporais e que se estabeleceu como um elemento crucial no desenvolvimento da história do país que teve uma importância a nível nacional, a uma escala muito maior do que aquela que estes traçados ocupam neste limite de um quilómetro quadrado, e veio influenciar o funcionamento de territórios muito para além deste.

O filme cria um limite de área sobre uma superfície que se vai multiplicando decimalmente, revelando uma enormidade de realidades, que sendo aumentadas sob uma regra fixa, parecem ser melhor compreendidas pela mente humana, uma vez que são caracterizadas de uma forma lógica e sequencial. Apresentando-nos assim, a ideia de uma escala que vai muito para além das nossas capacidades de compreensão e imaginação.

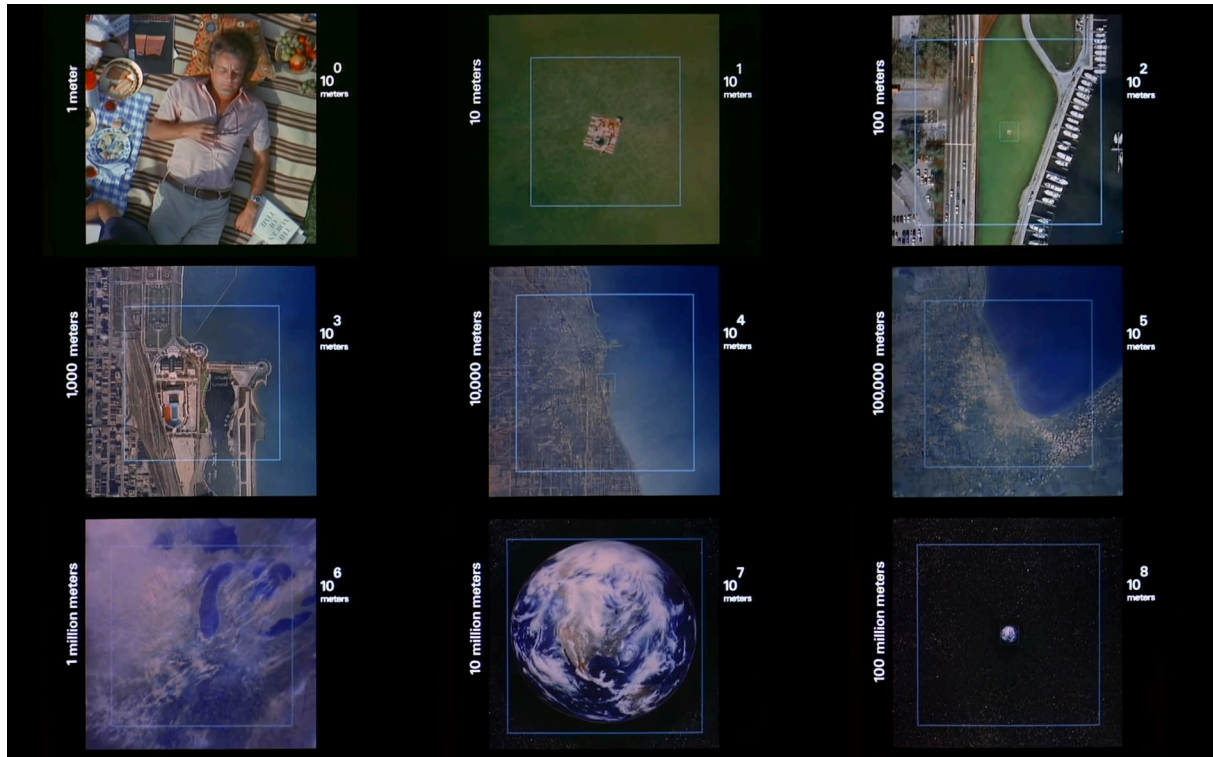


Figura 36 – Frames do vídeo “Powers of Ten” do atelier Eames

Vila Nova da Rainha desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da vila de Alenquer, sendo que tomou posição num lugar estratégico do território português e serviu como ponto de passagem entre a grande capital e várias outras localidades, por onde fizeram caminho variadas figuras ilustres, desde a pela família real portuguesa, até autores como Almeida Garrett que veio a incluir a vila na sua obra “Viagens na minha Terra”.

Através da análise de vários espaços temporais, e confrontando as diferentes escalas com este limite de um quilómetro quadrado (km²), conseguimos entender a evolução da vila e a forma como esta se concentra num curto espaço físico, mas ao longo de um enorme espaço temporal. As diferentes transformações que aconteceram com o passar dos anos, vieram dar lugar às características com que nos deparamos na atualidade. Podem reconhecer-se nestas os vestígios dos antepassados, a memória das suas ações e intenções e é evidente o quanto estas ficaram “gravadas” no solo.

Se tomarmos atenção ao processo natural de evolução, o metabolismo do território desempenha um papel importante. Antigamente apenas poderíamos consumir uma laranja quando fosse a época das mesmas. Hoje em dia, devido ao fenómeno da globalização, e dos meios e processos que estão ao nosso alcance, é possível comer laranjas em qualquer

altura do ano, ou seja conseguimos “enganar” a verdadeira génese do planeta.

Na modernidade podemos verificar que é colocada uma espécie de “laje” por cima do território, onde existem todas estas infraestruturas que não olham ao que lá estava colocado. Por baixo desta laje, está então o resto do território no seu funcionamento natural, onde passam os rios, os vestígios romanos, etc. Nós vivemos em cima desta laje, completamente isolados do seu funcionamento natural, sendo que apenas somos lembrados do verdadeiro metabolismo do território na eventual ocorrência de um desastre natural. A história da nossa modernidade está relacionada com um alisamento. (Nunes, 2010)

São diversos os locais, em que o metabolismo do território não é tomado como uma variável, dando lugar a este tipo de fenómeno de tabula rasa. Este fenómeno é exatamente aquilo que acontece em Vila Nova da Rainha, com a construção do viaduto da estrada nacional 3 no ano de 1952. De modo a dar continuação à enorme rede que são as infraestruturas rodoviárias, é passado por cima desta histórica vila, um elemento que vem destruir por completo os lugares que se vieram a desenvolver e construir ao longo de vários anos.

Para que estes fenómenos possam ser melhor compreendidos, é feita uma desconstrução ilustrativa das diferentes camadas temporais que constituem Vila Nova da Rainha, através de imagens que mostram a evolução das mesmas, procurando entender a forma como os diferentes traçados que geraram a vila que existe como a vemos nos dias de hoje se vieram sobrepor uns aos outros.

Esta desconstrução é ilustrada através do auxílio de cartografias de várias épocas, que demonstram a forma como a vila foi evoluindo ao longo do tempo.

O Quilómetro quadrado de Vila Nova da Rainha

Neste km², é possível encontrar uma reunião de tempos cuja origem está separada por grandes intervalos de tempo, tais como:

O traçado dos **rios Alenquer e Ota**, que provêm da base genérica do território, assinalados a azul;

O caminho da **Estrada da Várzea** que tendo uma raiz romana, foi “aberto” a partir da Vila de Alenquer para que fosse feito o acesso até ao rio, dando origem talvez ao início do assentamento populacional nesta zona do território, pelas suas condições favoráveis de localização, assinalado a verde;

A **Estrada da Marinha**, que provém também de um primeiro assentamento romano, que perfazia a ligação entre Lisboa e Santarém.

A **Estrada nacional 3** que é posterior e que faz parte de uma rede de estradas construídas para criar ligação entre diversos pontos do país;

A **linha ferroviária do Norte**, que é a mais recente infraestrutura presente neste quilómetro quadrado, assinalada a laranja.

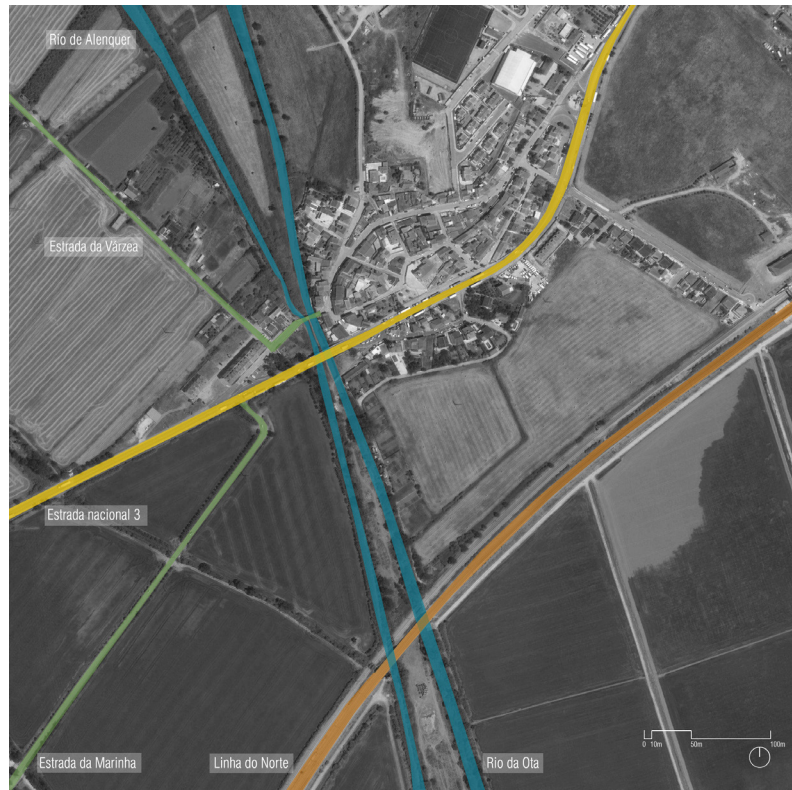


Figura 37 – O km² de Vila Nova da Rainha, Imagem de satélite obtida no ano 2018

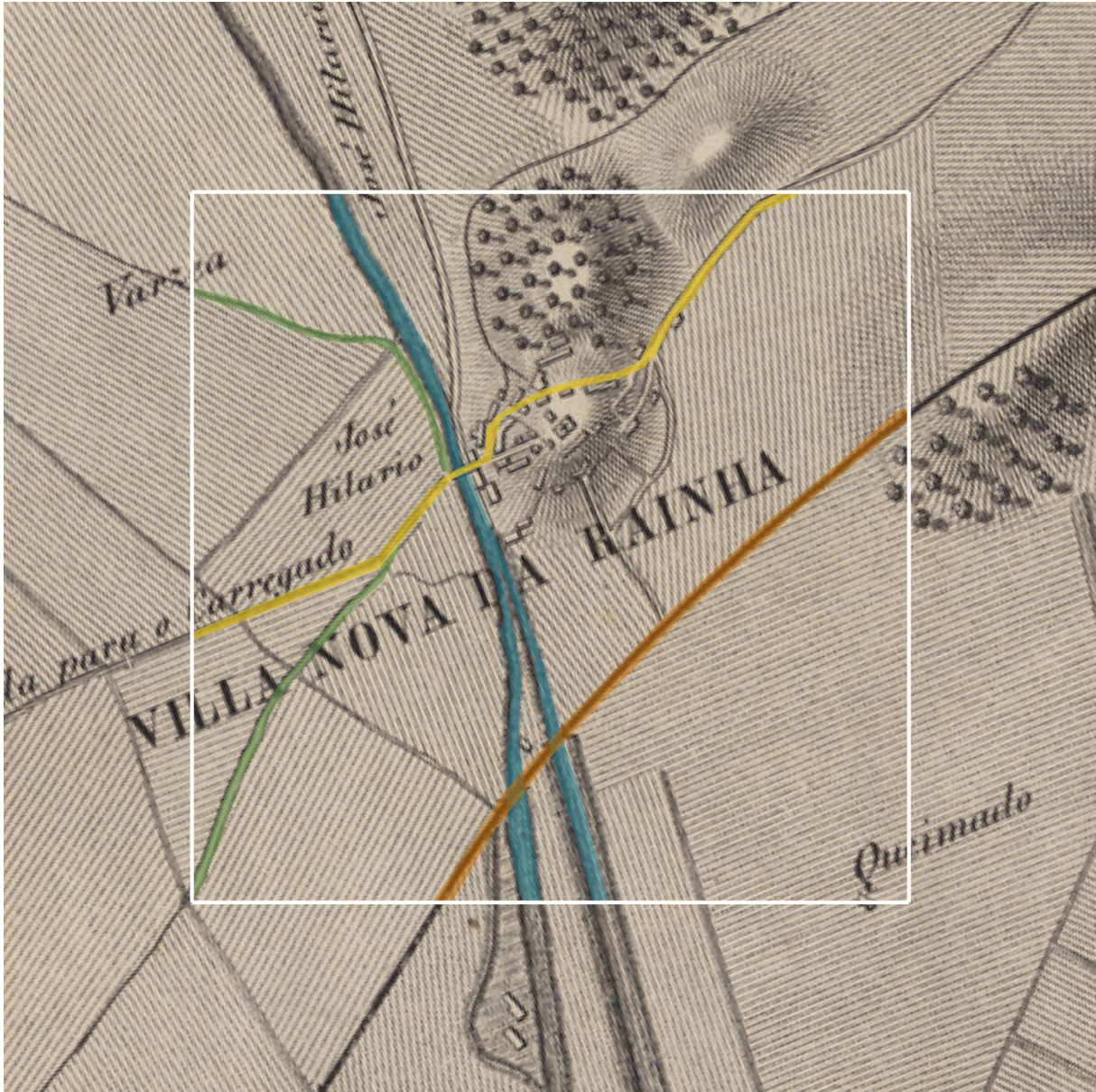
FIGURA 38 - 1800, PLANTA MILITAR DOS CAMINHOS RIBERINHOS, INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Nesta planta encontra-se representada a antiga estrada nacional 3, assinalada a amarelo, que circundava a Vila, continuando até a Azambuja. É possível notar também, assinalado a verde, a Estrada da Várzea que compreendia a ligação entre a Vila de Alenquer e Vila Nova da Rainha e mais adiante até ao Rio Tejo.





FIGURA 39 - 1856 PLANTA DO RIO TEJO DESDE OS CAMPOS DE SALVATERRA ATÉ AO CARREGADO” MANUEL JOSÉ JÚLIO GUERRA
Nesta cartografia que foi levantada para “servir aos estudos do rio”, é possível notar a introdução da linha ferroviária.



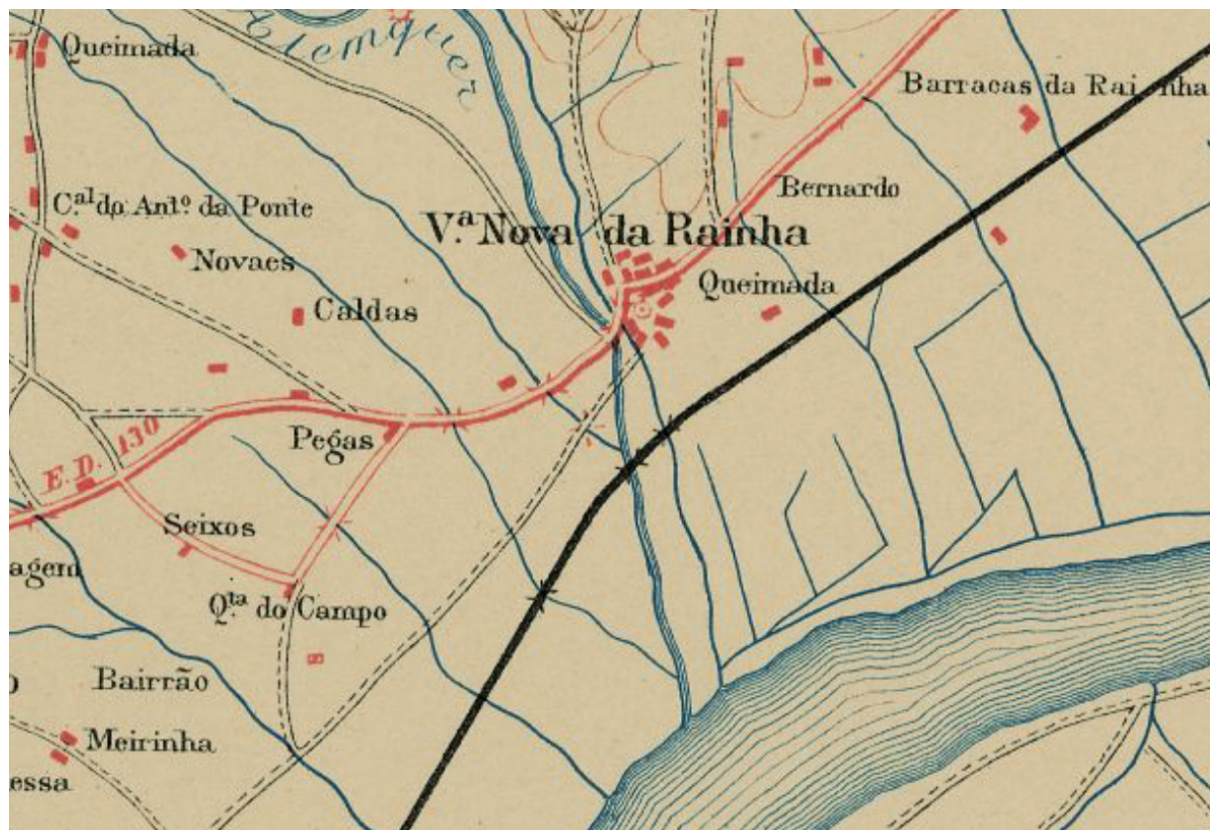


FIGURA 40 - 1902 VILA NOVA DA RAINHA, DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO



FIGURA 41 - **1948**, VILA NOVA DA RAINHA, FOTOGRAFIA AÉREA, DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO

Esta fotografia aérea é o último registo documentado do estado de Vila Nova da Rainha antes da construção do viaduto que viria a dividir a Vila em dois.

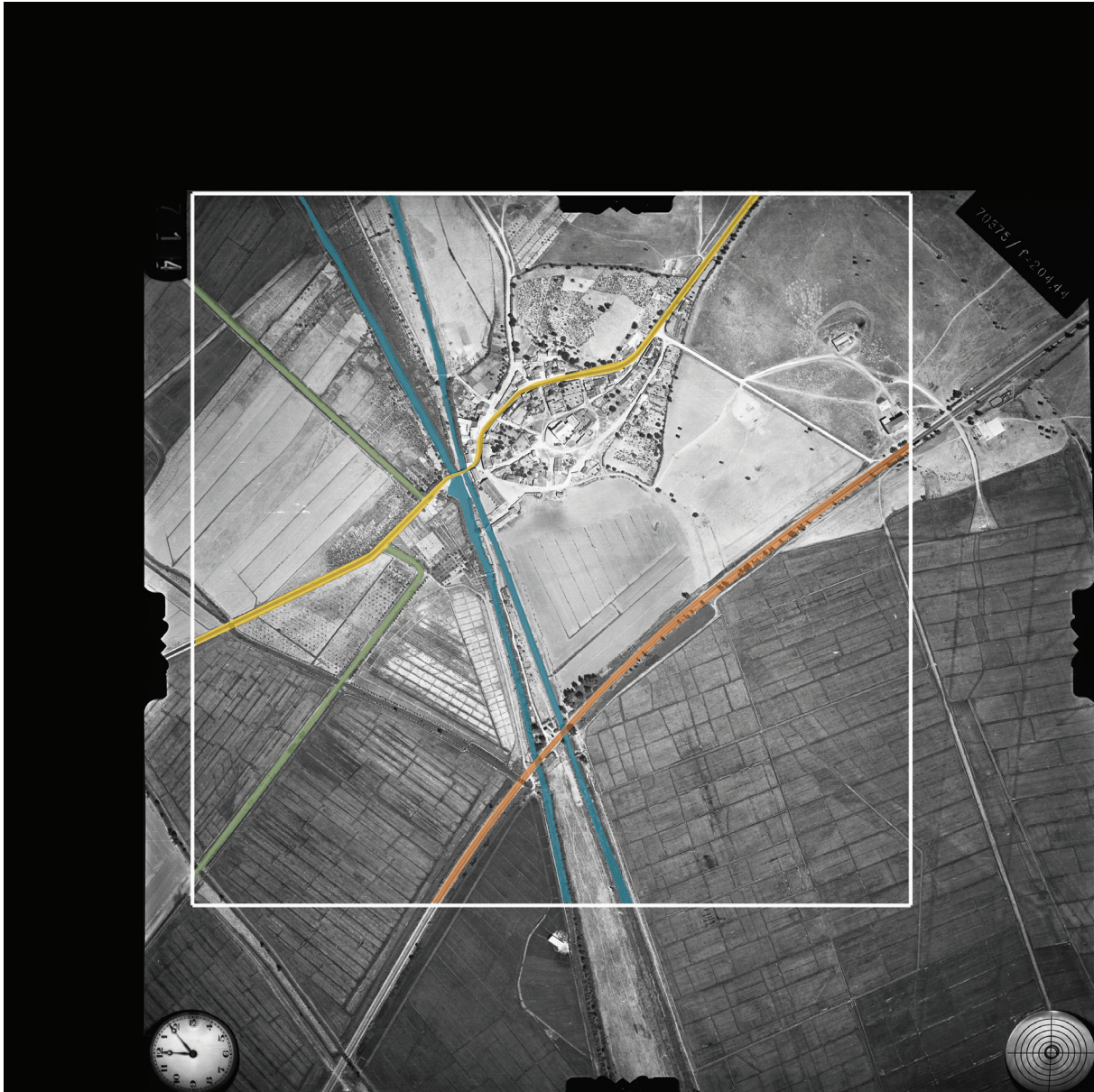
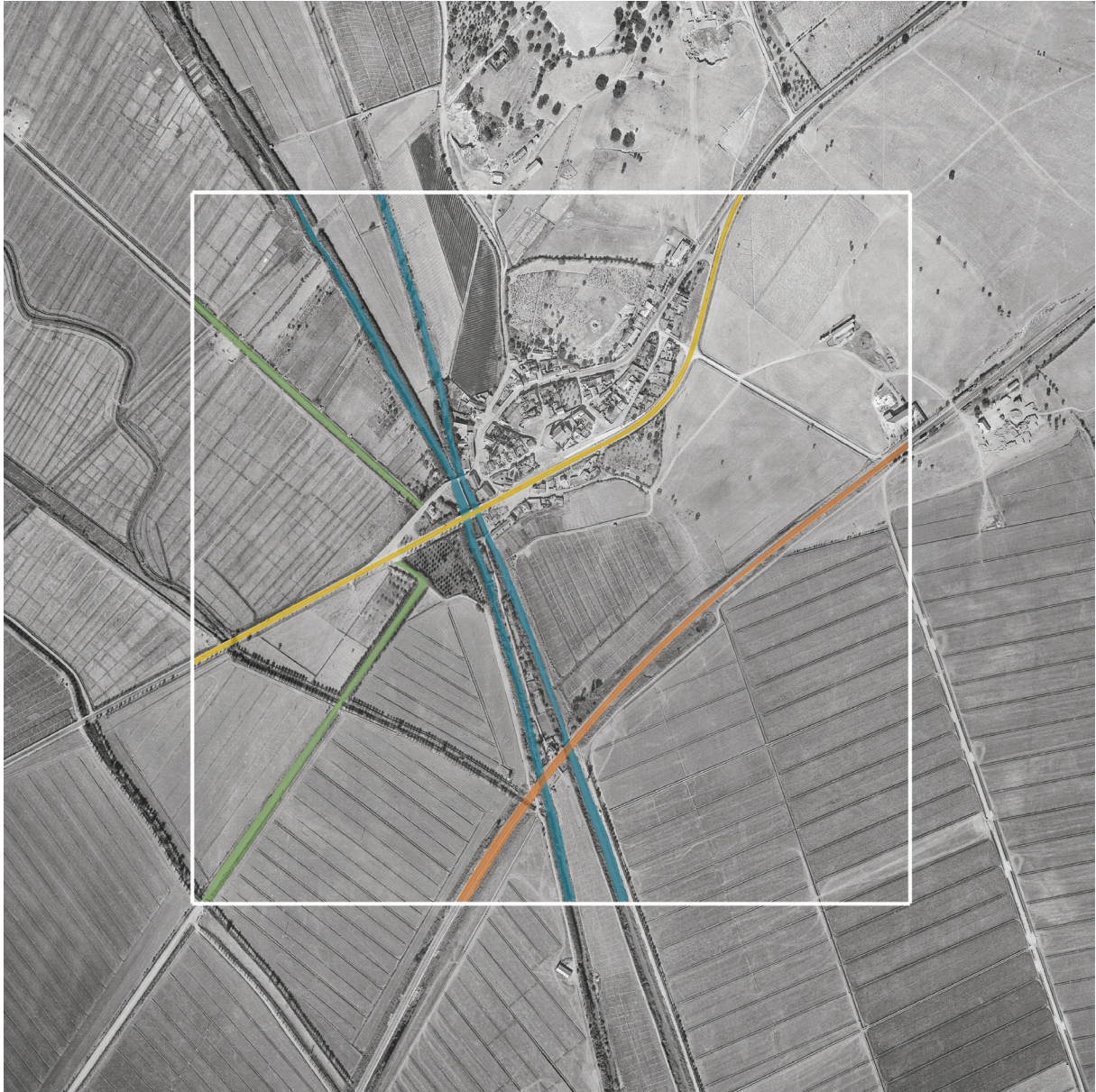
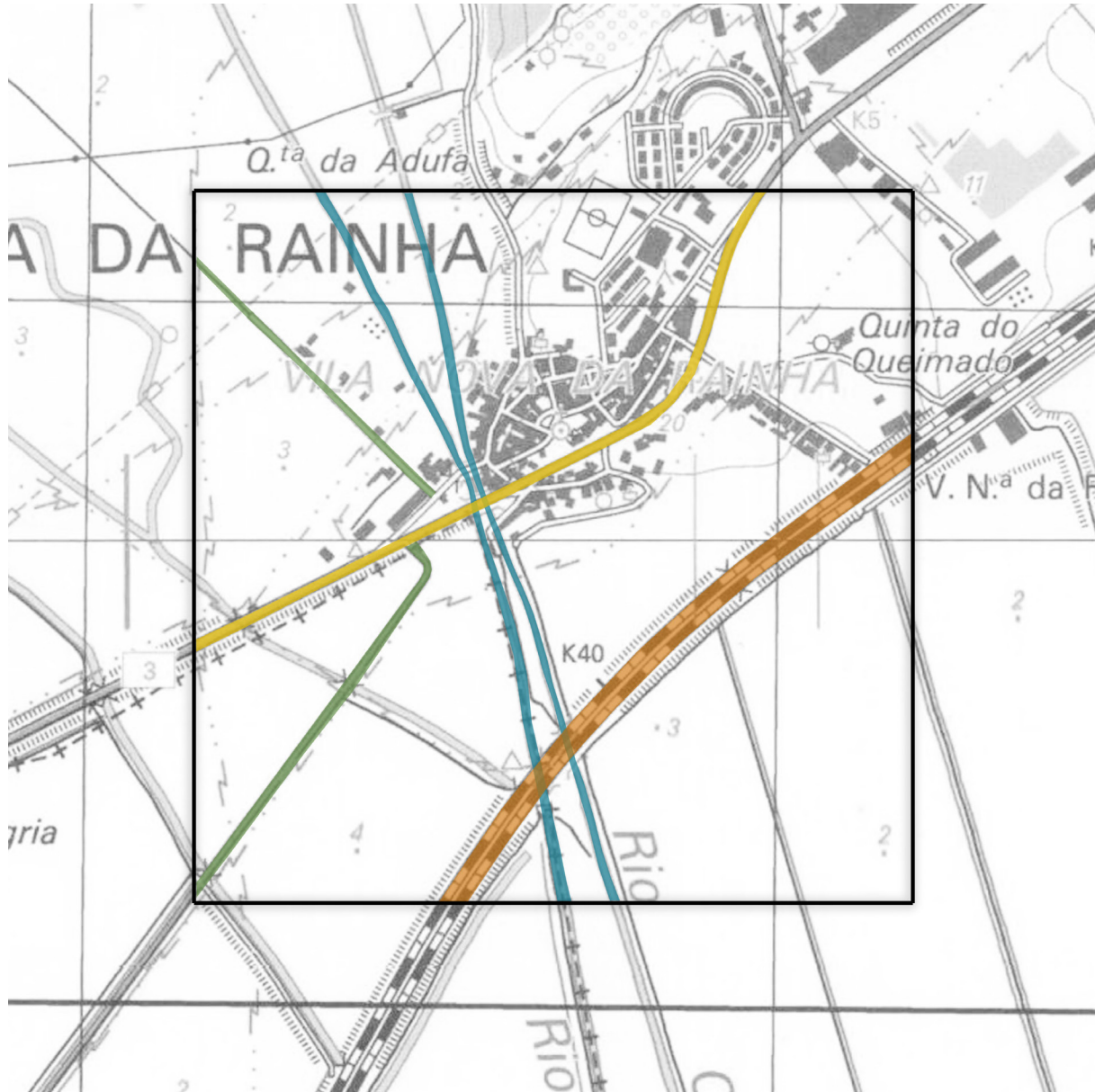


FIGURA 42 - **1958**, VILA NOVA DA RAINHA, FOTOGRAFIA AÉREA, DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO

Nesta fotografia aérea é evidente a consequência da passagem do viaduto da estrada nacional 3 na malha urbana deste território.





3. O LARGO DE VILA NOVA DA RAINHA

3.1 PROPOSTA DE PROJETO PARA O RANCHO FOLCLÓRICO

A escolha do local para este projeto surgiu de uma investigação aprofundada sobre o concelho de Alenquer, uma vez que este foi a zona de intervenção definida para o trabalho de projeto deste ano letivo. Numa tentativa de entender a forma como a vila de Alenquer se formou, foi inevitável conhecer o território que a rodeia, e consequentemente, a forma como este influenciou este processo de evolução.

A água é um elemento extremamente importante na vila de Alenquer, tendo contribuído para que esta vila se estabelecesse como um dos pontos industriais mais notáveis em Portugal. Esta agiu como um instrumento fundamental para a vila não só ao nível de produção industrial, mas também de transporte fluvial. Os materiais produzidos em Alenquer, maioritariamente relacionados com a indústria de lanifícios, eram transportados até à capital através do rio de Alenquer (assinalado a azul na figura 44), até ao rio Tejo e finalmente até ao porto de Lisboa.

Vila Nova da Rainha desenvolve-se maioritariamente devido à proximidade estratégica a este rio. As duas vilas encontravam-se conectadas por um percurso de

cota que acompanhava o rio de Alenquer; a estrada da várzea (assinalado a branco na figura 44), que tal como o nome indica, se encontra junto à zona de inundação do rio.

No decorrer desta investigação, foi possível apurar, como já foi mencionado anteriormente, que este percurso terá tido uma origem muito anterior à época da revolução industrial, estando presente em cartas dos itinerários romanos como um diverticulum entre a vila de Alenquer e Vila Nova da Rainha. Desta forma, foi possível atribuir a este caminho uma grande significância uma vez que este juntamente com o rio poderão ser considerados os grandes originadores do lugar de Vila Nova da Rainha. Estes e outros percursos também mencionados anteriormente, deram origem aos traçados que ainda conseguimos reconhecer nos dias de hoje, como é o caso da estrada nacional 3, que originalmente terá servido como um itinerário romano que perfazia a ligação entre Lisboa e Santarém. Vila Nova da Rainha estabelecia-se como um ponto de paragem ao longo deste percurso.



Figura 44 – Rio Alenquer e percurso de cota da estrada da várzea

Ao estudar este sítio, começaram-se a tornar cada vez mais óbvias as diferentes camadas que o compunham. Estas camadas pertenciam a diferentes períodos temporais. Sobrepostas dão origem ao lugar como o conhecemos atualmente, individualmente contavam cada uma, a história do lugar e do território onde este assenta.

Falámos anteriormente sobre os nós que são gerados pela interseção de diversas redes, e a forma como esses nós podem ser frequentemente identificados como geradores dos locais de grande interesse. Em Vila Nova da Rainha, existe na interseção entre estes traçados que fomos mencionando, um espaço em que estes convergem. Esse espaço é um largo.

Largo – Espaço público e amplo geralmente rodeado de edifícios e onde desembocam várias ruas.

(Porto Editora, 2018)

Até este momento temos analisado este sítio numa orientação a norte, no entanto, para efeitos do projeto e da sua melhor compreensão, vamos enquadrar os elementos representativos de acordo com os edifícios que foram estudados e nos quais houve uma intervenção.

Na imagem aérea de 1948, é possível olhar para a vila num estado muito mais puro e natural do que aquilo que ela é na atualidade. Assinalado a azul

estão os dois rios, Rio Ota (superior na figura 45), Rio Alenquer (inferior na figura 45), a amarelo a antiga estrada romana entre Lisboa e Santarém, que é hoje em dia a estrada nacional 3 e que passava nesta época de uma forma circundante à vila. Finalmente assinalado a verde encontra-se a Estrada da Várzea.



Figura 45 – Imagem aérea de Vila Nova da Rainha, de 1948, com indicação dos traçados principais.

Esta foi a imagem mais importante no desenvolvimento do trabalho, uma vez que torna clara a brutalidade com que a vila foi intervencionada. No entanto, nesta imagem é fundamental uma vez que nela é possível identificar um grande espaço que se situa no fim da rua que desce desde a Igreja Matriz de Santa Marta, que é delimitado por vários edifícios que se encontram na margem do rio. Este espaço, que era denominado pelos habitantes como “Largo de Vila Nova da Rainha”, funcionava como o principal espaço de reunião dos habitantes desta vila, para diversos eventos, como reuniões relacionadas com os trabalhos agrícolas e festas ou bailes que se passavam nos edifícios circundantes ao largo.

Os três edifícios assinalados a verde escuro na figura x, desempenham um papel importante na vila, uma vez que estes funcionavam como celeiros e zonas de descanso para os trabalhadores agrícolas. Ou seja, o principal objetivo destes edifícios em 1948, seria o auxílio às atividades agrícolas que se desenvolviam junto aos rios, na zona da várzea.

Não se sabe ao certo qual será a época de origem destes edifícios. No entanto, o edifício principal, que é atualmente o edifício que alberga o Rancho Folclórico de Vila Nova da Rainha, tem na fachada a sigla MCM (figura 47), que diria respeito ao Marquês Conde de Melhor, um título criado por D. José I em

1766, para a pessoa encarregue de tratar dos edifícios pertencentes à família real, dos quais os habitantes da vila teriam que pagar impostos. Segundo os habitantes era também neste edifício que geralmente se davam as principais festas da Vila.



Figura 46 – Indicação do Largo de Vila Nova da Rainha em 1948



Figura 47 – Fachada do edifício do Rancho Folclórico, onde pode ler-se a sigla MCM (Marquês Conde de Melhor)



Figura 48 – Indicação dos edifícios principais do Largo de Vila Nova da Rainha. edifícios A, B e C, da esquerda para a direita respetivamente

No ano 1952, é construído em Vila Nova da Rainha um viaduto para a estrada nacional 3, que vai fazer com que esta estrada, que anteriormente circundava a vila, passe pelo seu centro, irrompendo-a. Este acontecimento faz com que o antigo Largo seja completamente destruído, uma vez que nele passa agora uma estrada e o edifício icónico onde aconteciam os vários eventos dos habitantes é “cortado” ao meio, passando a existir apenas uma metade do mesmo. Antes da construção deste viaduto, a vila existia num alto que se estendia até chegar ao rio, com o qual tinha uma frente. Aquela que era uma zona frente ribeirinha que permitia a comunicação com o rio, deixa de existir, tornando a marginal do rio numa espécie de traseiras onde a vila termina. Assinalado a verde claro na figura x, está a estrada da várzea que com a construção da estrada é também interrompida, impedindo o percurso que foi outrora feito desde a vila de Alenquer até ao rio Tejo.

A partir de 1976, a metade do edifício que foi deixada pela passagem do viaduto, começou a ser utilizado como a sede do Rancho Folclórico de Vila Nova da Rainha. Manteve assim uma das suas funções. Este continua a ser um espaço de reunião da comunidade, onde são organizadas algumas festas, almoços e principalmente ensaios que estão relacionados com a atividade do rancho folclórico. Devido à falta de espaço que este edifício tem, as atuações são realizadas num espaço desportivo no lado oposto

da vila. O edifício junto à antiga estrada nacional é atualmente um clube columbófilo no andar superior e uma oficina de bicicletas no andar inferior. O edifício comprido encontra-se abandonado de momento, sem nenhuma utilização.

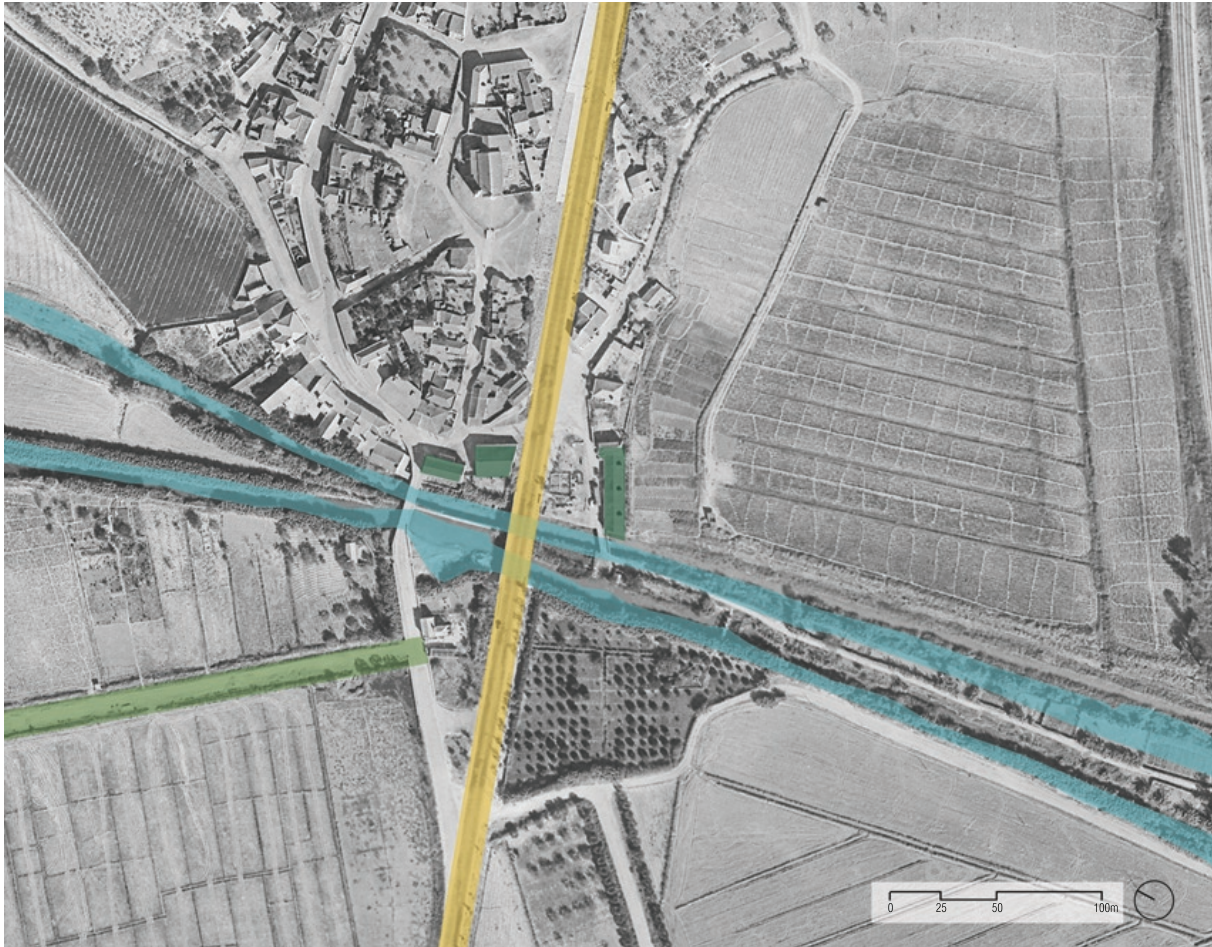


Figura 49 – Fotografia aérea de Vila Nova da Rainha, 1958



Figura 50 – Vista Superior do Viaduto da Estrada Nacional 3, 2018



Figura 51– O encontro entre o espaço do antigo largo e o viaduto, Vila Nova da Rainha, 2019



Figura 52 – O rio Ota e o viaduto, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 53 – O caminho até ao rio Tejo, que foi interrompido, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 54 – Uma das pontes de São Bartolomeu em contraste com o viaduto, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 55 – Espaço inferior ao viaduto, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 56 – Rampa de acesso ao espaço inferior ao viaduto, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 57– Espaço inferior ao viaduto, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 58 – Consequência da passagem do viaduto no edifício do rancho, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 59 – Interior do Rancho Folclórico, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 60 – Interior do Rancho Folclórico, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 61 – Interior do Rancho Folclórico, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 62 – Imagem panorâmica do estado atual da zona ribeirinha, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 63 – Edifício C, do conjunto de edifícios que delimitam o novo largo, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 64 – O abandono do espaço do antigo largo, Vila Nova da Rainha, 2018



Figura 65 – Sistema de controlo de caudal no rio Ota, Vila Nova da Rainha, 2018

Através de uma atitude que analisa este território como uma palimpsesto, é proposta uma intervenção que tem as diferentes camadas deste local em conta. Desta forma, o projeto para o Largo de Vila Nova da Rainha pretende interpretar a reunião destes diferentes tempos, tentando recuperar a gênese dos primeiros assentamentos deste lugar na materialização de um projeto que tem em vista a reunião da comunidade da vila.

Com a construção do viaduto, deixou de existir um espaço central na vila, onde as pessoas se encontravam e reuniam. Um local que pertencesse à comunidade, que fosse de todos e para todos. O antigo largo que costumava representar esse espaço foi destruído, deixando a vila com uma enorme carência. Também a relação que a vila tinha com o rio foi completamente interrompida pela passagem da nova estrada nacional. Com esta intervenção, pretende-se devolver essa relação com o rio, voltando a dar à vila uma frente ribeirinha.

Desta forma, de modo a concretizar esse objetivo, é feita uma intervenção que tenta repensar o viaduto como elemento participante do novo Largo de Vila Nova da Rainha, impedindo que este continue a conseguir “interromper” a Vila como fez até à atualidade. O espaço inferior ao viaduto na zona do largo é libertado e a estrutura do viaduto é duplicada, para que este se prolongue até ao limite do novo largo,

de modo a que possa existir espaço circulável sob o mesmo.

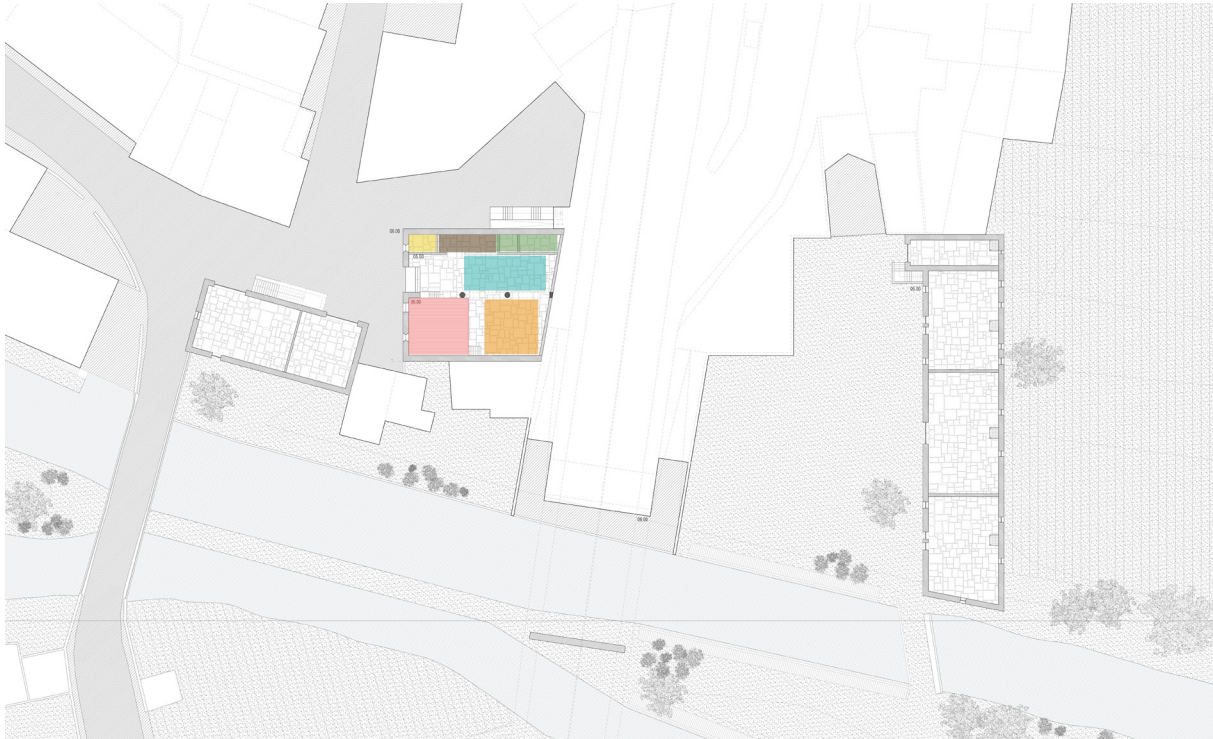
Tirando partido do mesmo tipo de programa que tem vindo a existir neste mesmo local, era desejável que este albergasse um espaço útil de festa, onde os eventos do passado pudessem voltar a ter lugar. Desta forma, são utilizados os três edifícios como os elementos definidores deste novo largo, onde este programa se desenvolve. Uma vez que o Rancho Folclórico está associado aos eventos de festividade e atuações, esse programa é mantido, sendo realocado. O antigo edifício do rancho, (edifício B) é deixado como uma espécie de “ruína” que evidencia e enfatiza o corte que foi feito na vila, existindo apenas como uma “casca” que funcionará como um espaço multiusos em ocasiões especiais de festa ou necessidade, através da abertura ou encerramento de um portão. O chão de pedra que costumava fazer parte do antigo edifício é recuperado de debaixo do aterro, desenhando um palco exterior através da manipulação das cotas do largo. Este palco sendo exterior, estará coberto pela estrutura do viaduto que serve como elemento de sombreamento e cobertura contra intemperes.

O espaço do rancho passa a estar dividido por diferentes zonas do largo, de acordo com o programa que desempenham. O edifício A mantém-se com o mesmo programa sem qualquer intervenção, fazendo

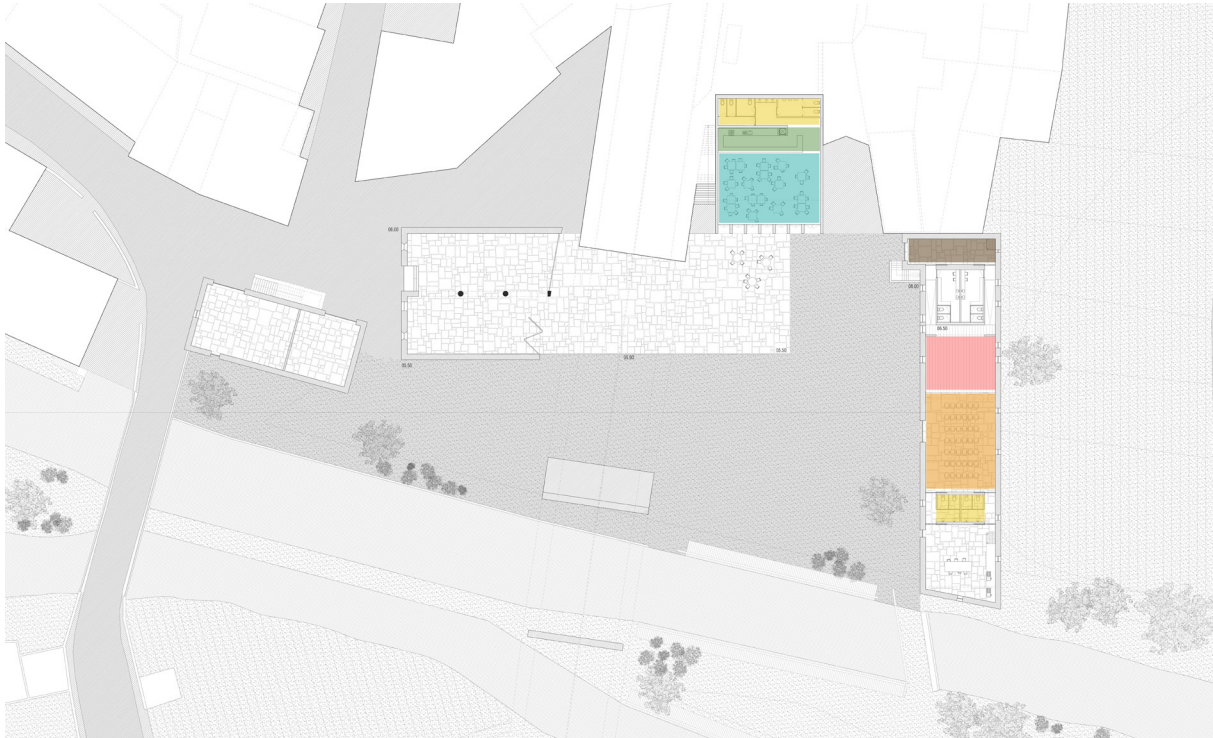
apenas parte do conjunto de edifícios que delimitam e compõem o largo, uma vez que o seu programa já se relaciona com atividades reunião entre a comunidade. No edifício C, existe um espaço de serviços administrativos no piso superior, uma zona de camarins, uma zona de ensaios ou atuações e uma cozinha comunitária, que poderá servir de auxílio a piqueniques ou festas no exterior.

É construído um novo edifício, que juntamente com os restantes, desenha um dos limites do largo, articulando simultaneamente uma das entradas neste. Este edifício tem como programa um restaurante em que a cozinha se situa no piso superior, articulando-se com o espaço de refeições através de um monta-pratos. Este espaço assegura o acontecimento dos habituais almoços entre os habitantes da vila, que costumavam ter lugar no antigo edifício. Este edifício é construído em betão branco, procurando assemelhar-se ao pigmento dos edifícios que o rodeiam e compõem o largo, enquanto se tenta relacionar com a estrutura maciça que é o viaduto da estrada nacional.

A libertação do espaço inferior ao viaduto permite novamente a passagem que foi outrora interrompida, devolvendo a comunicação dos habitantes com o rio e a frente ribeirinha. O espaço que representa atualmente as “traseiras” da vila, passa a ser a fachada principal da vila.



Planta do programa antigo do Rancho Folclórico. Amarelo - instalações sanitárias; Castanho - zona administrativa;
Verde - cozinha; Azul - espaço de refeições; Rosa - palco; Laranja - audiência



Planta do programa proposto para o largo de Vila Nova da Rainha. Amarelo - instalações sanitárias; Castanho - zona administrativa; Verde - cozinha; Azul - espaço de refeições; Rosa - palco; Laranja - audiência

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



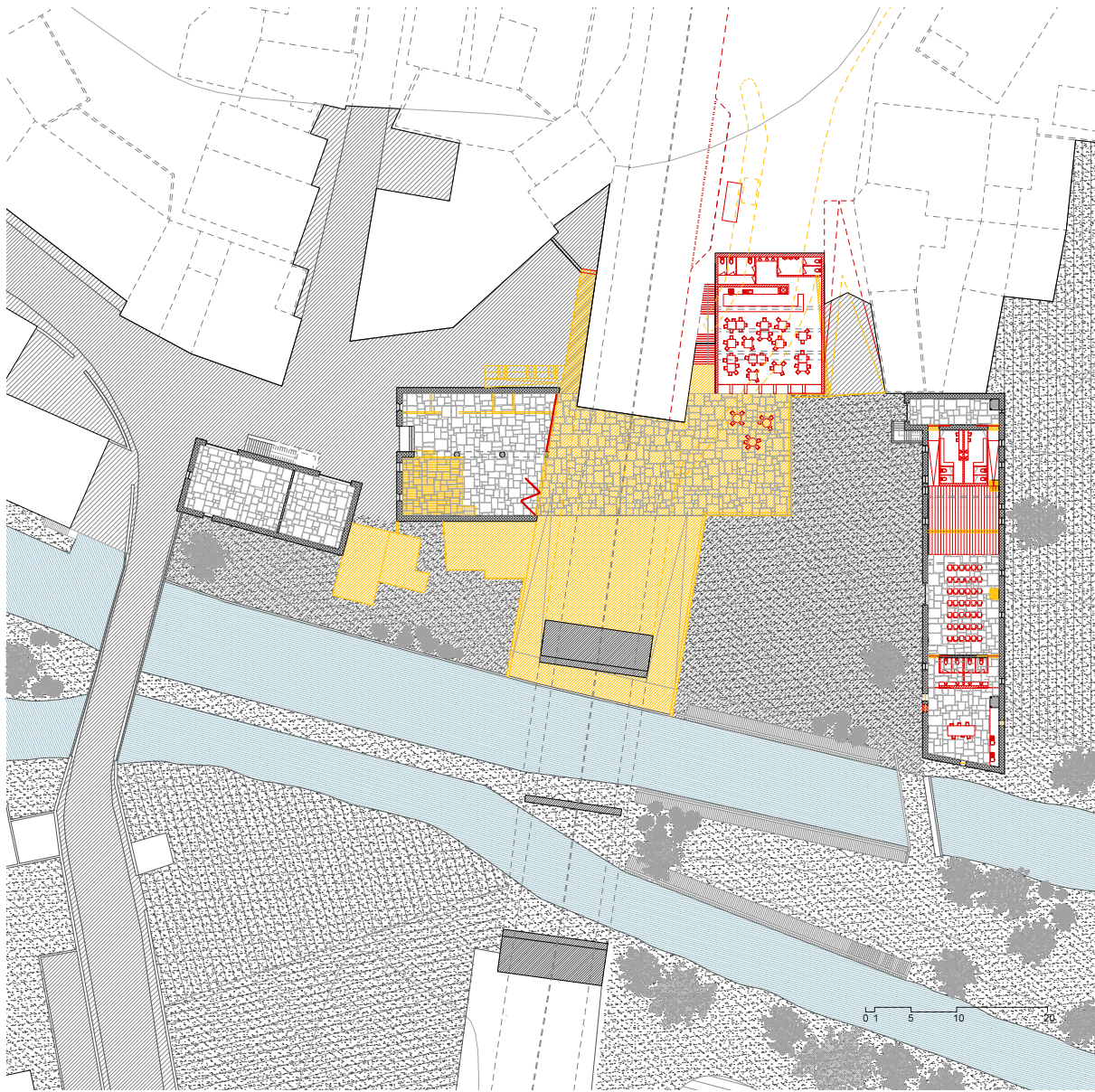
PLANTA DE COBERTURA ATUAL



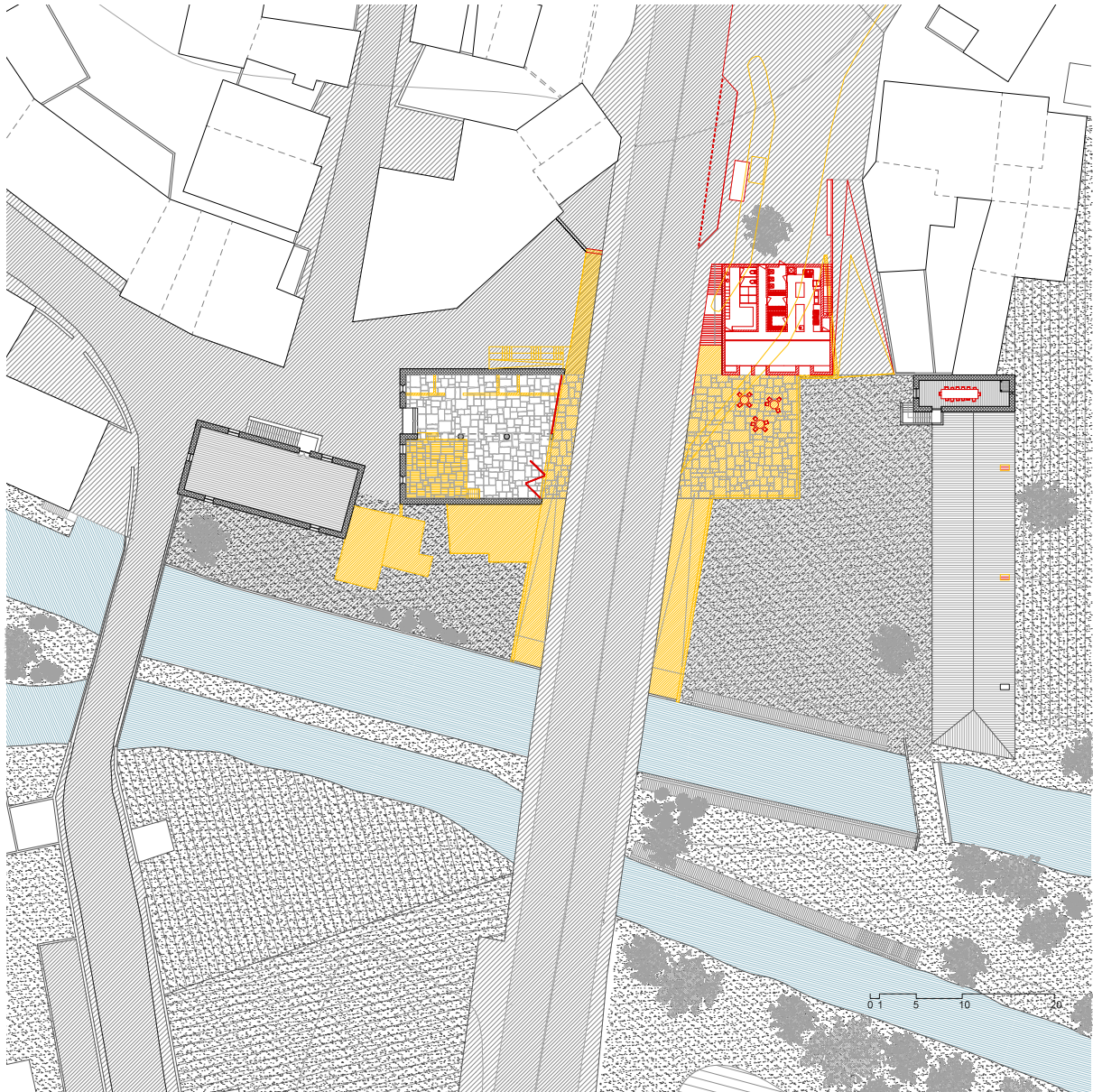
PLANTA DE INFERIOR DO LARGO ATUAL



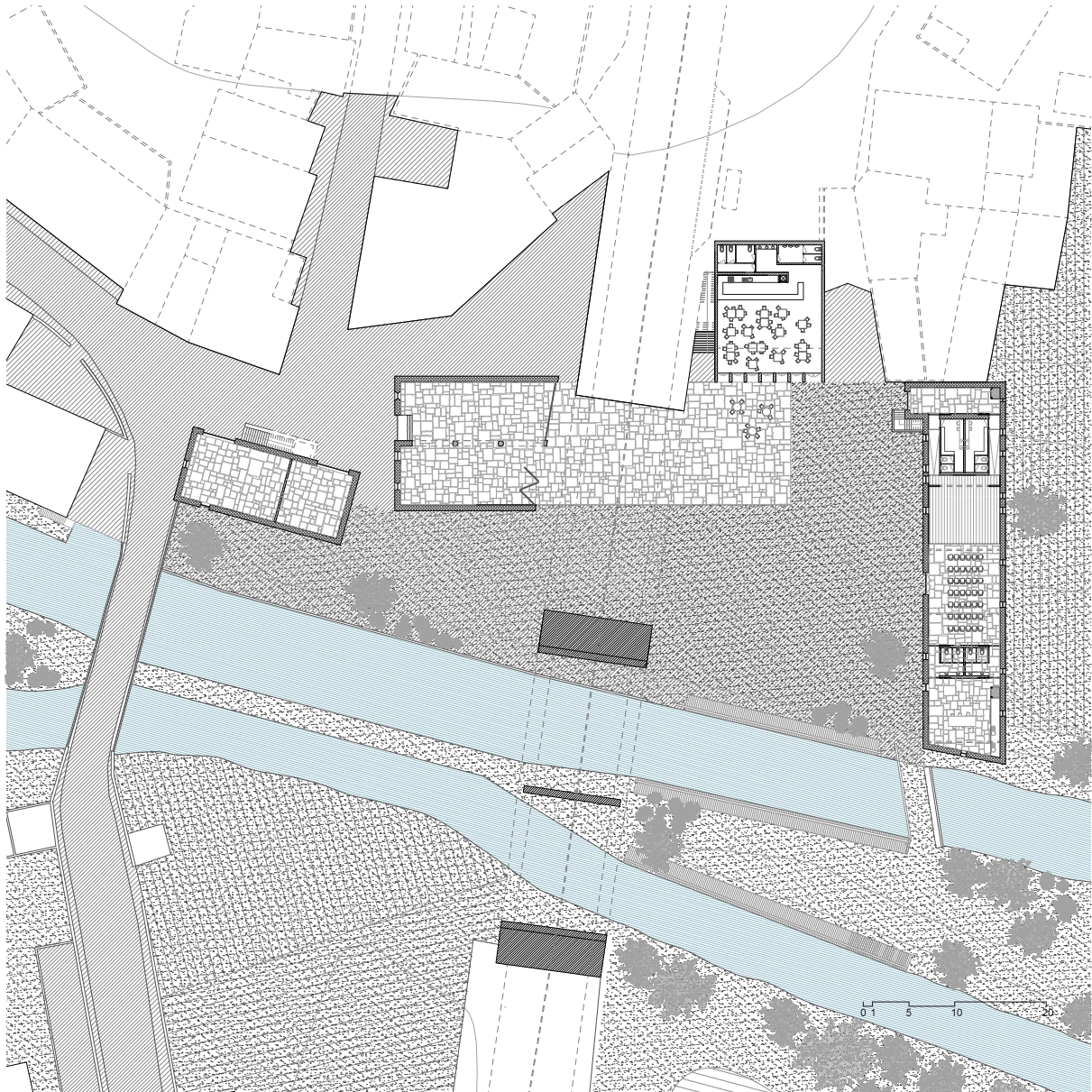
PLANTA DE ALTERAÇÕES DO PISO INFERIOR



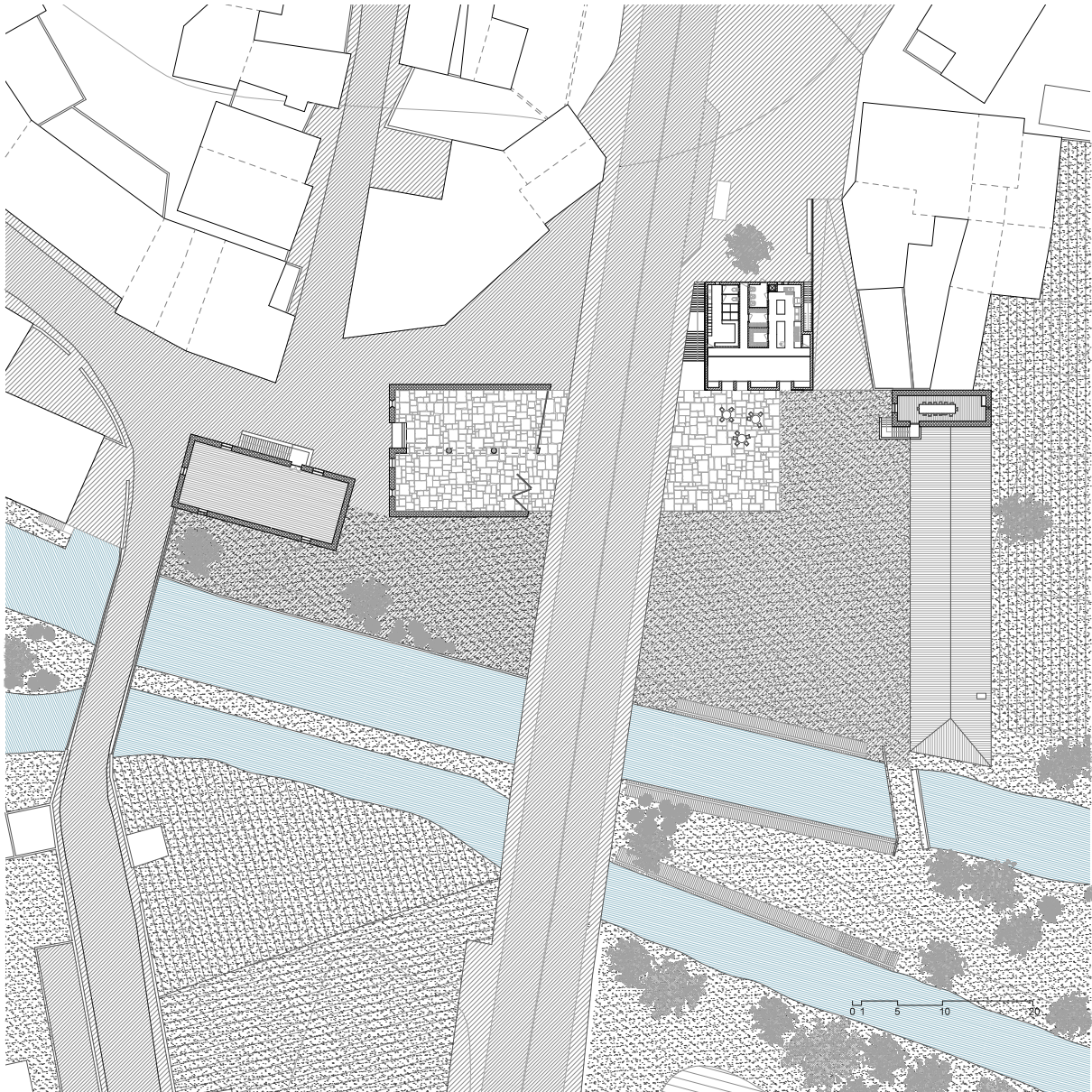
PLANTA DE ALTERAÇÕES DO PISO SUPERIOR



PLANTA DE INFERIOR DA PROPOSTA



PLANTA SUPERIOR DA PROPOSTA

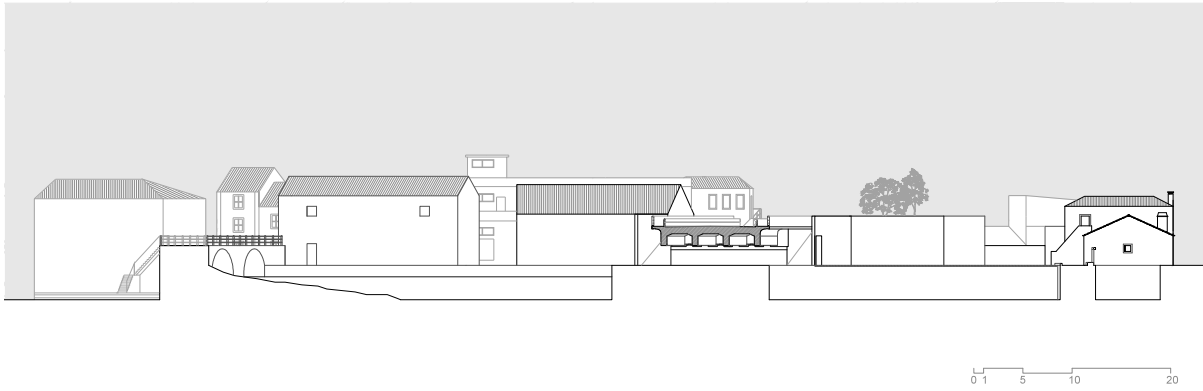


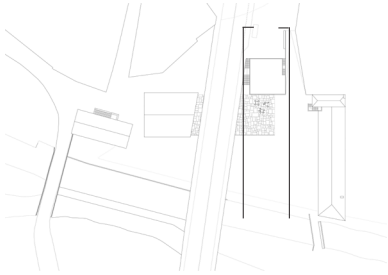
PLANTA DE COBERTURA DA PROPOSTA



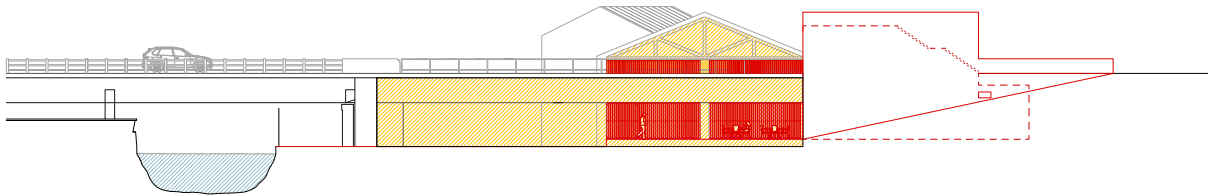
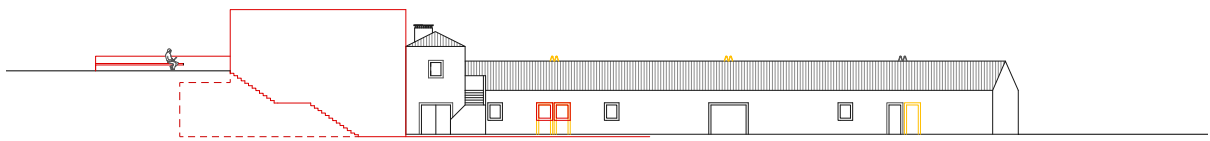


ALÇADO DO ATUAL





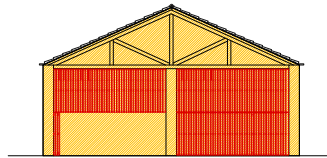
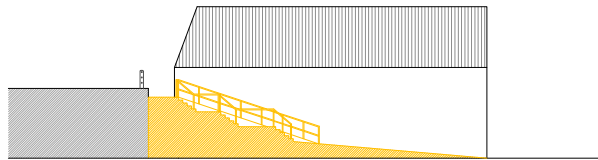
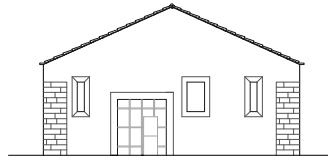
CORTES RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES



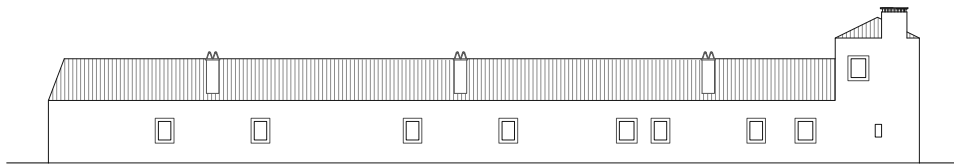
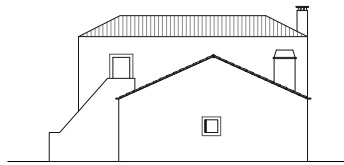
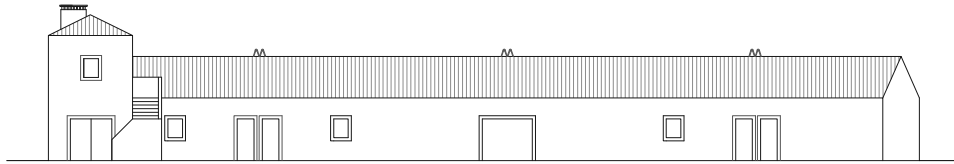
0 1 5 10 20

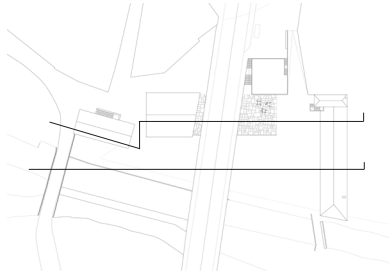
ALÇADOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES

Vertente Prática



ALÇADOS ATUAIS DO EDIFÍCIO C

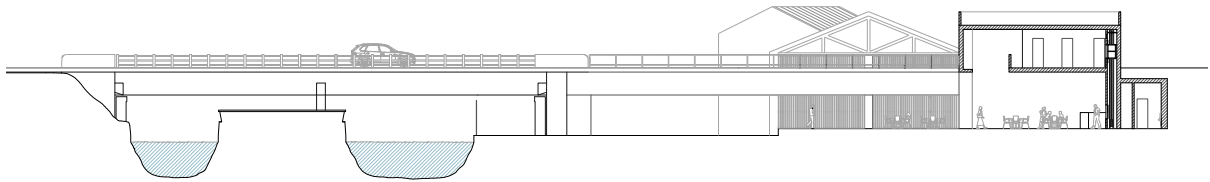




CORTES LONGITUDINAIS DA PROPOSTA



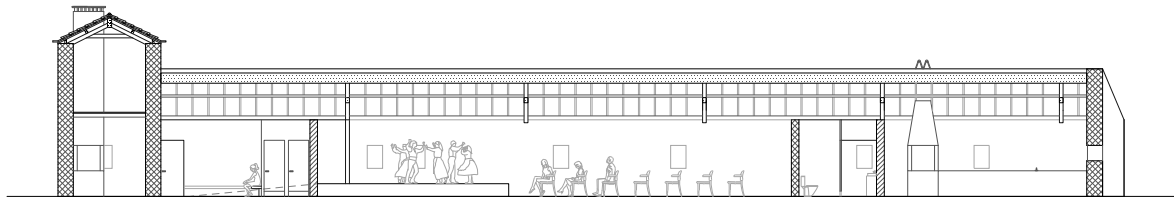
CORTE TRANSVERSAL DA PROPOSTA



0 1 5 10 20

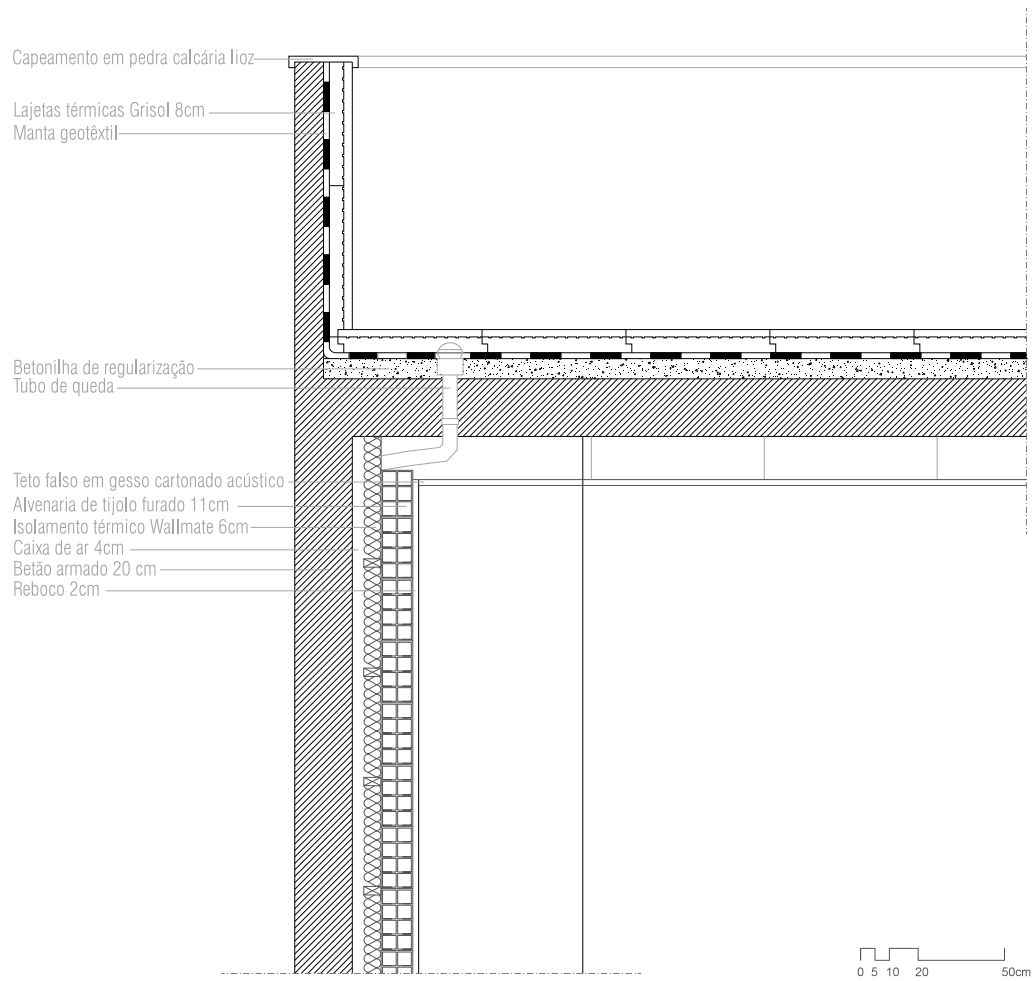


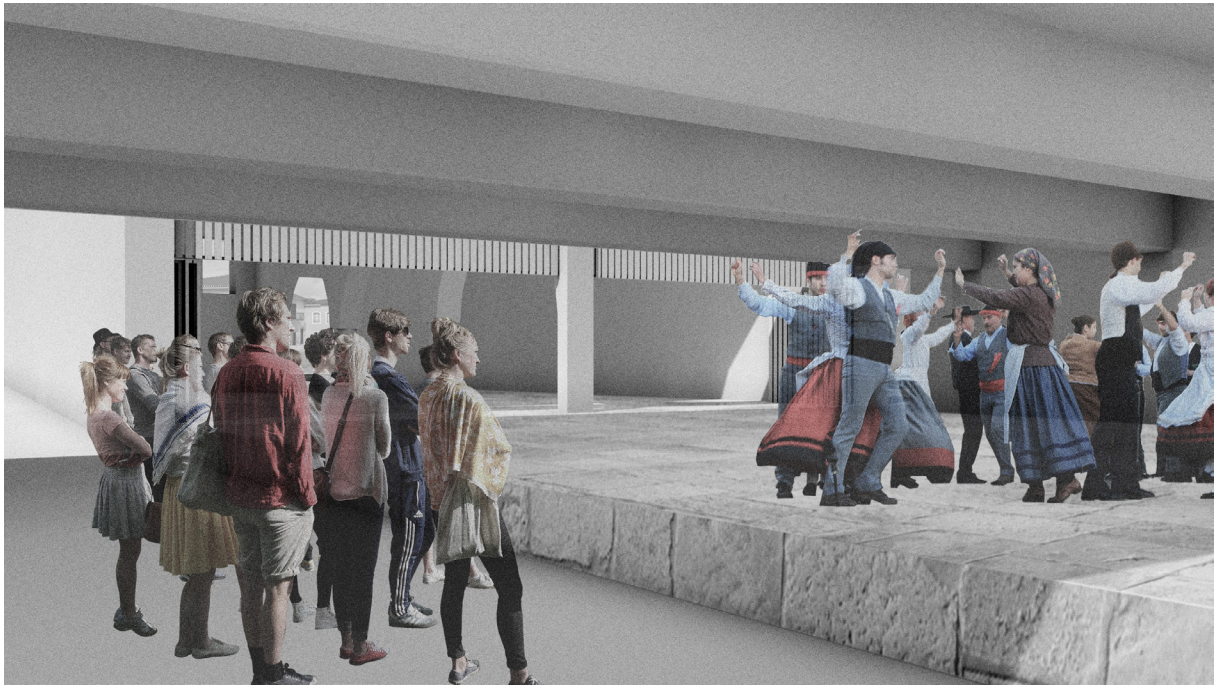
CORTE DO EDIFÍCIO DE ENSAIOS E ATUAÇÕES



PORMENOR CONSTRUTIVO

Vertente Prática





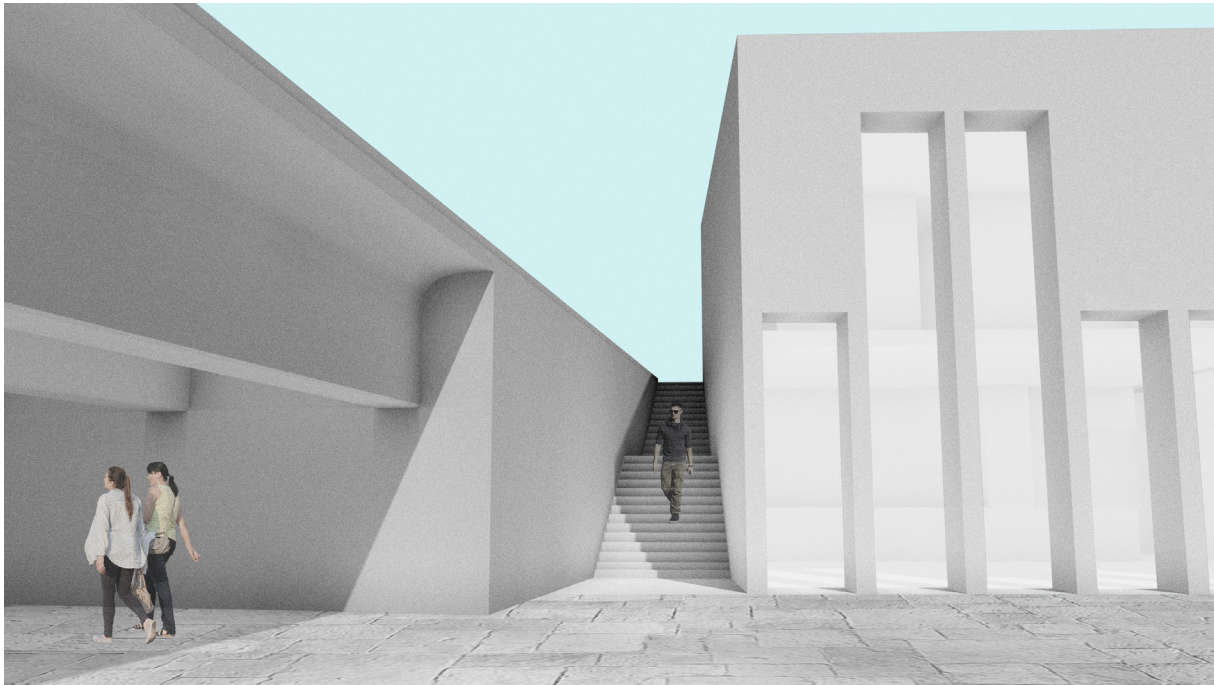
Palco exterior com portão aberto



Palco exterior com portão fechado



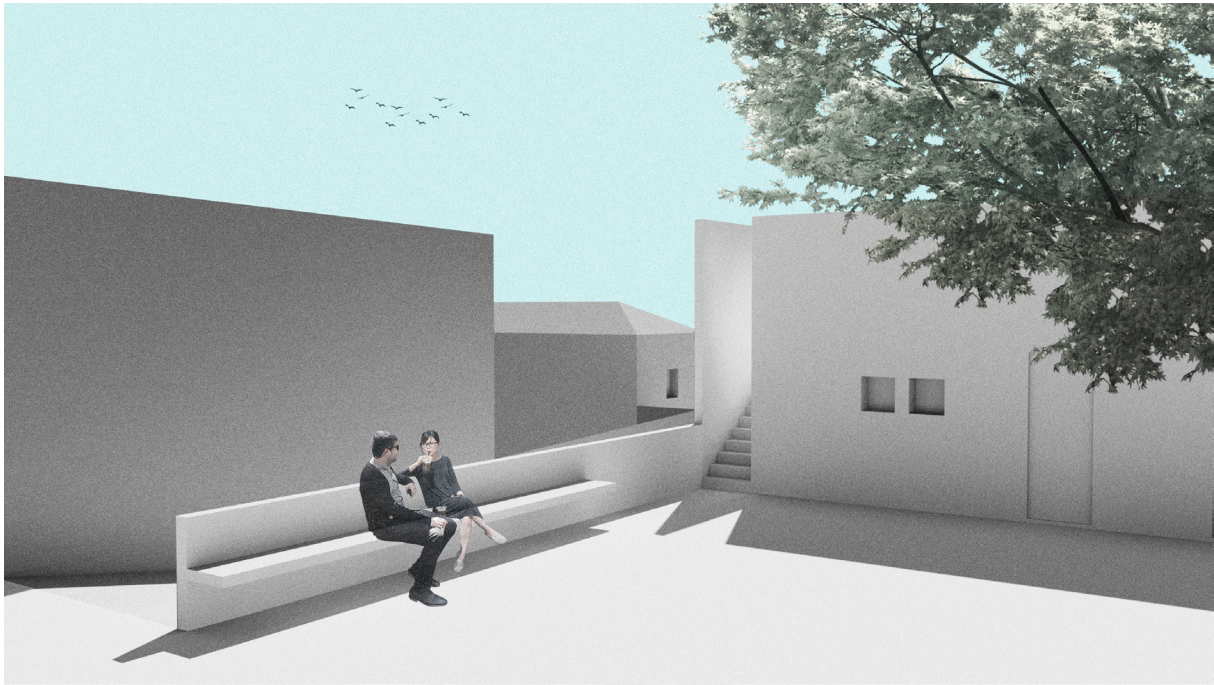
Palco exterior com vista da esplanada



Escada do restaurante



Largo de Vila Nova da Rainha



Espaço que antecede o largo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nos dedicarmos a teorizar sobre a periferia das cidades e a forma como estas crescem e se estabelecem sobre o território, rapidamente conseguiremos entender que as mesmas se desenvolvem com a ausência de um fio condutor, uma vez que se trata da exploração de território novo, que padece de uma camada histórica desenvolvida sobre a qual se possa assentar uma intenção fundamentada.

Uma vez que normalmente este é um território sem maturidade, sem sinais fortemente marcados por assentamentos ancestrais, estas zonas acabam por se estabelecer de uma forma desajeitada e pouco organizada, sendo notória a falta de relações que na sua maturidade, por necessidade de harmonia, se irão estabelecer. O trabalho do arquiteto deve partir de um conhecimento extensivo sobre o lugar no qual se propõe a trabalhar, de forma a que as suas intervenções sejam fundamentadas pela gênese do território e das ações dos seus antepassados, que agiram sobre o mesmo, sem perturbar o seu metabolismo.

Este trabalho introduz o conceito de território como palimpsesto. Sendo um organismo que é caracterizado

pelas diferentes camadas que o compõem, o território deve ser estudado tendo em conta as evidências que nos são dadas pelo seu passado, para que ao “escrever” sobre este, consigamos fazê-lo baseado numa continuidade que nos fornece pistas que fundamentam as nossas ações, ao invés de agir com uma atitude de tabula rasa que ignora o carácter fundamental do território. Uma atitude baseada na metáfora de palimpsesto permite conhecer as diferentes camadas de um sítio, podendo fornecer ao arquiteto as ferramentas necessárias para uma ação consciente num determinado local.

O autor André Corboz afirma na sua obra “Território como Palimpsesto”, que “a paciente decifração de ligações entre os caminhos, o parcelar e estrato geológico” do território, concede ao seu utilizador uma interpretação e análise a partir de uma nova perspectiva, na qual são reveladas evidências ainda presentes de “processos territoriais desaparecidos” como a formação dos solos, que são cruciais para um claro entendimento do território. O autor enfatiza ao longo da sua obra, a importância do conhecimento destes processos no trabalho das entidades que agem sobre o território.

“Alguns urbanistas começam também eles a tomar atenção a estas pistas para basear as suas intervenções. Após dois séculos, durante os quais a gestão do território mal conheceu outra receita que a tabula rasa, esboçou-se então um conceito de organização, que também não o considera como um campo operativo quase abstrato, mas como o resultado de uma muito longa e muito lenta estratificação que interessa conhecer para intervir.”

(Corboz, 1983)

O ilustre arquiteto Álvaro Siza Vieira, escreve também ele, no livro “Imaginar a Evidência”, sobre a relação inseparável entre a natureza e a arquitetura, revelando que o nome do livro se deve à forma como o arquiteto pensa ser a forma mais acertada de agir sobre um determinado território. O arquiteto afirma que a arquitetura deve revelar uma intenção que age em harmonia com o território, não impondo uma solução que não seja natural ao mesmo.

“A relação entre natureza e construção é decisiva na arquitetura. Esta relação, fonte permanente de qualquer projeto, representa para mim como que uma obsessão; sempre foi determinante no curso da história e apesar disso tende hoje a uma extinção progressiva.”

(Siza, 2009)

Através da análise das teorias de diferentes autores constroem sobre o conceito de tempo e os fenómenos

que a ele estão inerentes, procurou-se fazer uma investigação sobre um território que se encontra altamente influenciado pelas diferentes camadas temporais que o compõem. É feita uma desconstrução que permite entender a importância de cada uma, não só na influência da imagem atual de Vila Nova da Rainha, mas também como ponto de partida para uma proposta de projeto.

Com este trabalho, o objetivo foi explorar a teoria que se encontra subjacente a uma ação arquitetónica sobre um determinado território, procurando partir dela para gerar um gesto fundamentado e que venha a coexistir em sintonia com os elementos pré-existentes.

A proposta do projeto para o Largo de Vila Nova da Rainha tem como fim a construção de um lugar que remete à memória daquilo que outrora existiu. Procura desenvolver uma proposta baseada na ancestralidade do sítio, um lugar de reunião de comunidade gerado pelos assentamentos de povos anteriores e determinado pela vivência do lugar. Ao ser construído um viaduto sobre o centro da vila, foi arrasado um dos edifícios mais icónicos da mesma, que delimitava o espaço de convivência onde tomavam lugar as festas, reuniões e celebrações. O projeto procura devolver à vila a relação que esta tinha com o passeio ribeirinho, bem como um local central reunião da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corboz, A. (1983) *Território como Palimpsesto*

Costa, M. C. E. (2010) *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Garrett, A. (1846) *Viagens na minha terra*. Porto: Porto editora.

Graça, J. L. C. da. (2015) *Lisboa*. Porto: Dafne.

Kubler, G. (2004) *The shape of time: remarks on the history of things*. Yale University Press.

Lourenço, J. H. T. L. (2010) *A indústria da vila de Alenquer: 1565-1931*. Universidade de Lisboa.

Lynch, K. (1972) *What time is this place?* MIT Press.

Nunes, J. (2010) PROAP: *Arquitetura Paisagista*. NOTE.

Pelúcia, A. (2018) *Freguesia de Vila Nova da Rainha*. Disponível em: <http://www.freguesia-vnrainha.pt/>

Pereira, J. A. M. (2018) Freguesia de Vila Nova da Rainha. Disponível em: <http://www.freguesia-vnrainha.pt/>

Salgueiro, T. B. (2006) *Oportunidades E Transformação Na Cidade Centro*, Finisterra XLI

Siza, A. (2009) *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70.

Sousa, L. M. G. de (1993) *Cronologia da história de Vila Nova da Rainha 1232-1920*. Vila Nova da Rainha.

Verheij, R. (2015) *Palimpsest in Architecture. Six personal observations*, Faculty of Architecture, Delf University of Technology

Vidal de La Blache, P. (2008) *Principes de géographie humaine*. Archives Karéline.

Yourcenar, M. (1993) *That mighty sculptor, time*. Noonday Press.

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1 - “Percurso de festo”, Guadiana, 1997, fotografia de Duarte Belo

Figura 2 - Palimpsesto do Codex Nitriensis, copiado pelo monge Simeon, séc. IX, disponível em: <http://britishlibrary.typepad.co.uk>

Figura 3 - Mapa arqueológico de Troia, 1904, da autoria de Wilhelm Dörpfeld, disponível em: <http://images.zeno.org>

Figura 4 - Marguerite Yourcenar, 1987, fotografia de Yousuf Karsh, disponível em: <https://karsh.org/wordpress/wp-content/uploads/2016/10/Yousuf-Karsh-Marguerite-Yourcenar-1987-1499x1960.jpg>

Figura 5 - Vitória de Samotrácia, descoberta em 1863, fotografia de autor desconhecido, disponível em: <http://images2.wikia.nocookie.net/>

Figura 6 - George Kubler, fotografia de autor desconhecido

Figura 7 - André Corboz, fotografia de Claire Cuti

Figura 8 - Mapa de Erbstorf, da autoria de Gervase

of Erbstorf, séc. XIII, disponível em: <https://www.researchgate.net>

Figura 9 - Sistema de Land Ordinance, disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Land_Ordinance_of_1785

Figura 10 - Pintura inspirada na paisagem do jardim Inglês, Claude Lorrain

Figura 11 - Tábua de Peutinger, século XIII (cópia feita a partir de um original romano do séc. IV) disponível em: http://arqueovox.com/images/MAIN_map_segment.jpg

Figura 12 - Montagne Sainte Victoire, de Paul Cézanne, 1904

Figura 13 - O plano utópico da construção de uma cúpula sobre Manhattan, Buckminster Fuller, 1960, disponível em: <https://i.pining.com/>

Figura 14 - Freguesia de Vila Nova da Rainha, ortofotomapa, Google Maps, 2018

Figura 15 - Vila Nova da Rainha, ortofotomapa, Google Maps, 2018

Figura 16 - Imagem aérea de Vila Nova da Rainha, 2015, fotografia de Duarte Fernandes Pinto

Figura 17 - Mapa de Povoações e vias de Portugal durante o Império Romano (séculos I a. C. e V d. C.), 1191, José Manuel Garcia

Figura 18 - Secção de uma estrada de construção em “agger”, disponível em: <http://www.traianvs.net/viasromanas/index.php>

Figura 19 - Itinerários romanos, ortofotomapa, Google Maps, 2018

Figura 20 - Fotografia aérea de 1948, Direção Geral do Território

Figura 21 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 22 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 23 - Fotografia de Mariana Brito, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 24 - Imagem aérea de Vila Nova da Rainha,

1950, fotografia de autor desconhecido

Figura 25 -Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 26 - Fotografia aérea da escola aeronáutica de Vila Nova da Rainha, 1917, fotografia de autor desconhecido, cedida pelo Museu da Azambuja

Figura 27 - Planta da escola de aeronáutica de Vila Nova da Rainha, cedida pelo Museu da Azambuja

Figura 28 - Planta de implantação da escola aeronáutica de Vila Nova da Rainha, cedida pelo Museu da Azambuja

Figura 29 - Fotografia aérea, Vila Nova da Rainha, 1948, Direção Geral do Território

Figura 30 - Fotografia aérea, Vila Nova da Rainha, 1958, Direção Geral do Território

Figura 31 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 32 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 33 - ortofotomapa, Google Maps, 2018

Figura 34 - Imagem aérea de Vila Nova da Rainha, 2015, fotografia de Duarte Fernandes Pinto

Figura 35 - Ortofotomapa, Google Maps, 2018

Figura 36 - Frames do vídeo “Powers of Ten” do atelier Eames, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0fKBhvDjuy0>

Figura 37 - Ortofotomapa, Google Maps, 2018

Figura 38 - Planta Militar dos Caminhos Ribeirinhos, 1800, Instituto Geográfico do Exército.

Figura 39 - Planta do Rio Tejo desde os campos de Salvaterra até ao Carregado, 1856, Manuel José Júlio Guerra

Figura 40 - Vila Nova da Rainha, 1902, Direção Geral do Território

Figura 41 - Fotografia aérea de 1948, Direção Geral do Território

Figura 42 - Fotografia aérea de 1958, Direção Geral do Território

Figura 43 - Vila Nova da Rainha, 2009, Instituto Geográfico do Exército

Figura 44 -Ortofotomapa, Google Maps, 2018

Figura 45 - Fotografia aérea de 1948, Direção Geral do Território

Figura 46 - Fotografia aérea de 1948, Direção Geral do Território

Figura 47 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 48 - Fotografia aérea, Vila Nova da Rainha, 1948, Direção Geral do Território

Figura 49 - Fotografia aérea, Vila Nova da Rainha, 1958, Direção Geral do Território

Figura 50 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 51 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 52 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 53 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 54 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 55 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 56 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 57 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 58 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 59 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 60 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 61 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 62 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 63 -Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 64 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

Figura 65 - Fotografia da autora, Vila Nova da Rainha, 2018

